

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE LETRAS



«CRIME!», DISSERAM ELES.

***REPRESENTAÇÕES DE ACTOS CRIMINOSOS
NOS ORADORES ÁTICOS***

Joana de Jesus Mira Pinto Salvador da Costa

Dissertação

Mestrado em História

Especialidade de História Antiga

2016

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE LETRAS



«CRIME!», DISSERAM ELES.

***REPRESENTAÇÕES DE ACTOS CRIMINOSOS
NOS ORADORES ÁTICOS***

Joana de Jesus Mira Pinto Salvador da Costa

Dissertação de Mestrado em História Antiga orientada pelo Prof.
Doutor Nuno Simões Rodrigues para a obtenção do grau de Mestre
em História Antiga

2016

*À minha Mãe,
por tornar possível o impossível*

Índice

	Páginas
Resumo	6
Abreviaturas	7
Introdução	8
Capítulo 1 – O Sistema Judicial na Atenas Clássica	13
1.1 O Sistema	13
1.2 Os Processos	13
1.3 A Estrutura	14
1.4 Os Tribunais	16
Capítulo 2 – O Cânone dos Dez Oradores Áticos	20
2.1 Os Oradores	20
2.1.1 Antifonte	21
2.1.2 Andócides	21
2.1.3 Lísias	22
2.1.4 Isócrates	23
2.1.5 Iseu	23
2.1.6 Demóstenes	24
2.1.7 Ésquines	25
2.1.8 Licurgo	25
2.1.9 Hiperides	26
2.1.10 Dinarco	26
2.2 A Logografia	27
Capítulo 3 – O Conceito de «Crime»	33
3.1 O Crime como manifestação do comportamento humano	33
3.2 Norma e Desvio na Grécia Clássica	37
3.2.1 O que é a norma?	37
3.2.2 O que é o desvio?	38
3.2.3 Se um crime era um desvio e um crime era um delito (uma violação de lei), então o desvio era um delito?	38
3.2.4 Quem definia o que era considerado comportamento desviante?	39
3.3 Norma e desvio na Grécia dos séculos V e IV a. C.	39

3.3.1 A Norma e o Desvio nos Discursos dos Oradores	43
Capítulo 4 – O Crime Sexual	48
4.1 A Prostituição	48
4.1.1 A imoralidade de Timarco	48
4.1.2 Neera, a mulher mediática	51
4.2 O Adultério	59
4.3 A Violação	65
Capítulo 5 – O Crime Económico e Político	68
5.1 O caso Hárpalo	69
5.1.1 A Corrupção de Demóstenes	69
5.1.2 Aristogíton, o devedor	71
5.1.3 Fílocles, o general corrupto	71
5.2 Leócrates e a traição	72
Capítulo 6 – O Crime Religioso	76
Capítulo 7 – O Crime de Sangue	83
7.1 O homicídio intencional	85
7.1.1 Premeditação feminina	85
7.1.2 Crime de Vingança ou Oportunidade?	89
7.2 O homicídio involuntário	90
7.2.1 Justiça ou consolo emocional?	90
7.3 O homicídio justificado perante a lei	93
7.3.1 Legítima defesa	93
7.4 Onde está Herodes?	94
7.5 O Corego e o homicídio	96
7.6 Agressão	97
7.6.1 Agressão ou tentativa de homicídio	97
7.7 Crimes de sangue	99
Capítulo 8 – Estudo Estatístico da Presença dos Crimes nos Discursos dos Oradores Áticos	101
Conclusões	108
Fontes e Bibliografia	111
Anexos	126

«Crime!», disseram eles.

Representações de Actos Criminosos nos Oradores Áticos

Resumo

A Antiguidade, no seu conjunto, é uma fonte preciosa de informações, que permitem não só o estudo político, económico e social, mas também cultural e mental das sociedades que pertencem a essa época. Tendo isto em conta, consideramos o crime como uma acção intemporal, radicado em comportamentos diversificados e manifestando-se de formas díspares. De modo a alcançar um entendimento sobre este conceito e da forma como era entendido pelo ser humano, torna-se fundamental a realização desta investigação. Com recurso aos discursos dos oradores áticos, às ciências sociais e humanas e aos parâmetros que caracterizam o crime nas suas várias vertentes, será possível formular uma teoria explicativa do comportamento criminoso, no século V e IV a.C., em Atenas.

Palavras-Chave: crime; oradores áticos; norma e transgressão; comportamento social; Atenas.

Abstract

Antiquity is a valuable source of information. This allows us not only the political study, economic and social, but also cultural and mental of societies which belong to that time. Crime is something timeless, from diverse behaviors and manifests itself in diverse ways. In order to reach an understanding about this concept and how it was seen by humans, it is essential to do this research. As resources we will use the Attic Orators speeches, social sciences and humanities. All those components can help us characterize the crime in various aspects. In that way it will be possible to prepare a theory about criminal behavior in the V and IV BC.

Keywords: crime; attic orators; norm and transgression; social behavior; Athens.

Abreviaturas¹

Antipho.= Antifonte

And.= Andócides

Lys.= Lísias

Isoc.= Isócrates

Is.= Iseu

D.= Demóstenes

Aeschin.= Ésquines

Lycurg.= Licurgo

Hyp.= Hiperides

Din.= Dinarco

¹ As abreviaturas utilizadas para as fontes gregas seguem o Liddell, Scott, *Greek-English Lexicon*, compiled by Henry George Liddell and Robert Scott, Oxford: Clarendon Press, 1948.

Destaca-se que o texto foi escrito segundo o acordo ortográfico de 1945.

Introdução

No século I a.C., alguns estudiosos de Alexandria compilaram um *corpus* literário composto por textos de dez oradores de Atenas². Esse *corpus* acabou por se tornar num cânone literário, constituído sobretudo por peças de retórica e textos discursivos. É esse mesmo cânone que transmite múltiplas informações, não só em relação ao nosso tema, como também para outras áreas da vivência humana, todavia com delimitação cronológica e geográfica bem definida.

O tema desta dissertação, o estudo do crime nos oradores áticos, tem como objectivo perceber qual a concepção que subjazia a um acto ou actos que pudessem ser entendidos como «crime», ou transgressão da norma, através dos olhos dos Dez oradores áticos. A escolha destes dez autores surgiu pela pertinência dos seus textos. A maior parte dos discursos pertencentes a este cânone ático, referem-se a textos forenses, em que a questão da norma, da transgressão e por consequência do crime são centrais.

Os discursos que integravam o cânone dos oradores não correspondem todos a delitos, mas sim a uma multiplicidade de temas: há também discursos políticos, retóricos, funerários e eróticos. Porém, será através de Antifonte, Andócides, Lísias, Isócrates, Iseu, Ésquines, Licurgo, Demóstenes, Hiperídes e Dinarco que tencionamos entender o que era uma transgressão criminal do ponto de vista sociológico, legal e político na Grécia dos séculos V e IV a.C.

O sistema de justiça ateniense, nos séculos V e IV a.C. não tinha as mesmas características ou funcionamento que os sistemas jurídicos do século XXI. Os modos de actuação e de adaptação do sistema eram naturalmente adequados e moldados àquela sociedade. Como é evidente, emanavam também dela.

O objectivo desta Dissertação não é realizar uma descrição exaustiva dos 150 discursos dos Dez oradores áticos, analisar os múltiplos conceitos jurídicos envolvidos nos textos, ou realizar uma descrição biográfica pormenorizada dos autores e personalidades neles referidos, mas sim compreender uma ideia, aquela a que hoje associamos ao conceito de «crime», e contribuir para a sua definição.

O crime é uma infracção que não é fixa, cuja definição é passível de ser alterada ou adaptada ao longo do tempo, seguindo e de acordo com a evolução e as transformações de

² Vide David D. Phillips, *Athenian Political Oratory, 16 Key Speeches*, New York, Routledge, 2004, p. 1.

cada sociedade que o tenta definir. Porém, a sua existência ou a de algo que com ele se identifica enquanto conceito tem sido reconhecida em todas as sociedades (juridicamente) organizadas. Como tal, averiguaremos em contexto histórico, na sociedade ateniense, os motivos de um delito e o que espoleta comportamentos desviantes que tenham como produto final um acto considerado criminoso.

Pretendemos assim perceber o crime, a sua categorização, os métodos utilizados para a sua concretização, os motivos indicados, a linha comportamental, bem como as justificações para cada caso.

Ademais, procurámos responder a outras questões: o que era um criminoso? O que é que a lei em vigor na Atenas dos séculos V e IV a.C. previa em relação aos crimes de sangue, religioso, político, económico e sexual e quais os casos que não se inseriam na legislação? Quais eram as formas de punição?

As leis aplicadas em cada sociedade têm permitido aos investigadores perceber as diferentes concepções e atitudes relativamente à autoria, função e tipificação de crimes³. Eram esses códigos que regulavam os parâmetros comportamentais, implementados em cada sociedade. Desta forma, é possível afirmar que sem a sua funcionalidade, a existência dos discursos áticos não teria sentido, uma vez que estes se baseiam em argumentos de acordo com a legislação e com o objectivo de corresponder a regras e normas.

O antropólogo Cesare Lombroso, apesar de aceitar que o mundo envolvente e social influencia o comportamento criminoso, também acredita que a maioria dos criminosos é constituída por seres biologicamente degenerados e que ainda não se desenvolveram totalmente, encontrando-se, portanto, num estado inicial da evolução.⁴

No entanto, a realização de um crime pode, por vezes, não ser passível de explicação, o que deixa espaço para especulações, tendo como fonte apenas o comportamento humano.

A manutenção de um modelo político implica o respeito e cumprimento dos direitos e deveres cívicos da comunidade integrante de uma cidade. Se existe um desrespeito pelos modelos implementados, então os pilares do sistema político, económico e social entram em ruptura e, com estes, a coesão da sociedade fica destruída.

³ Vide Michael Gagarin, *Writing Greek Law*, Cambridge, Cambridge University Press, 2008, p. 67.

⁴ Vide Anthony Giddens, *Sociologia*, tradução de Alexandra Figueiredo, coordenação e revisão científica de José Manuel Sobral, 8ª ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, p. 207.

Platão n’A *República* relembra que para um estado ser bem organizado, era necessário possuir as quatro virtudes cardiais (ser sábia, corajosa, temperante e justa)⁵ e só assim tornar-se-ia numa boa cidade. A cidade mantém-se tendo como base a legislação feita pelos homens justos, nunca esquecendo que aquilo que está mais distante da lei e da ordem é o que mais se afasta da razão.⁶

Deste modo, o bom funcionamento da cidade implica a cooperação de todos os cidadãos⁷, prevenindo o homem de cometer qualquer crime ou acto que aja contra a lei e dessa forma impedindo a oposição da segurança, a destruição⁸, de emergir. Assim, o estado encontra-se em parceria com a felicidade individual do seu cidadão.⁹

Uma cidade era considerada virtuosa, no século IV a.C. quando os cidadãos que participavam no seu governo fossem eles próprios virtuosos.¹⁰ Lembramos que actualmente, século XXI, nas sociedades democráticas e ocidentais todos os cidadãos fazem parte do governo. Michel Foucault acrescenta ainda que a “atitude do indivíduo em relação a si próprio, a maneira como ele assegura a liberdade face aos seus desejos, a forma de soberania que exerce sobre si são um elemento constitutivo de felicidade e boa ordem da cidade”.¹¹ Se os cidadãos que fazem parte da sociedade, participam no governo, então um comportamento desviante e actos criminosos quebram os modelos sociais intrínsecos ao *nomos*.

É partindo destas ideias que avançamos para a análise do *corpus* dos Oradores Áticos. O nosso estudo encontra-se dividido em duas partes fundamentais: a primeira, de cariz introdutório, com uma análise do sistema judicial ateniense, do papel dos oradores áticos na Atenas dos séculos V e IV a.C., do conceito de crime e de que forma este se relaciona com a norma e com o desvio. Na segunda parte, o geral transforma-se em particular, dividindo o crime em vários grupos: sexual, político e económico, religioso e de sangue. Finalizamos com um estudo estatístico, que após a sua elaboração nos auxiliará na sistematização teórica da relação da sociedade ateniense do período clássico com o crime.

⁵ Pl. R. 427e

⁶ Pl. R. 587 a

⁷ Pl. Lg.12.969c; Pl. Lg.12.965a

⁸ Arist. Pol.5.7.2

⁹ Arist. Pol.1.1; Arist. Pol.8.6.2.

¹⁰ Arist. Pol. 7. 14.1.332.

¹¹ Vide Michel Foucault, *O Uso dos Prazeres, História da Sexualidade*, Vol. 2, tradução de Manuel Alberto, Lisboa, Relógio de Água, 1994, p. 93.

No início da nossa investigação deparámos com um dos maiores desafios: a bibliografia. Seria de presumir que um conjunto tão alargado como o dos Dez Oradores Áticos fosse objecto de investigação em múltiplos estudos. E de facto existem diversas referências aos Oradores Áticos, aos seus discursos, havendo inclusive análises da retórica utilizada por eles e da legislação em vigor nos dois séculos em que eles viveram, bem como das questões políticas, sociais e económicas do seu tempo, sendo que estes estudos são na maioria feitos a partir dos textos por eles produzidos ou a eles atribuídos. Porém, não encontrámos ensaios específicos sobre o tema que aqui analisamos: o crime e a sua definição. Esta ausência criou-nos um grande desafio, uma autêntica Guerra de Tróia.

Desta forma, o passo seguinte foi a organização das fontes. Como base do nosso estudo, utilizámos 150 discursos do cânone dos Dez Oradores Áticos, cuja listagem se encontra no Anexo 1. Devido à inexistência de traduções portuguesas destes discursos (com excepção do *Contra Neera* (Demóstenes 59), atribuído a Apolodoro)¹², recorreremos às versões inglesas.¹³

A utilização dos textos de outros autores, como Platão, Aristóteles, Xenofonte e Pausânias tornou-se igualmente indispensável, não só para verificarmos a situação política e social de Atenas, como para os relacionar com o tema em análise.

Apesar da bibliografia específica ser limitada, existem alguns estudos que nos auxiliaram neste percurso. Por conseguinte, recorreremos a obras como *Nomos: Direito e Sociedade na Antiguidade Clássica*, coordenação de Delfim F. Leão, Livio Rossetti, Maria do Céu Fialho, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2004. Nesta obra estão presentes

¹² Tradução do grego de Glória Onelley, introdução, notas e índice de Ana Lúcia Curado, Coimbra, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 2011.

¹³ Vide *Minor Attic Orators in two volumes* 1, Antiphon Andocides, K. J. Maidment, M.A. Cambridge, MA, Harvard University Press; London, William Heinemann Ltd. 1968; *Demosthenes*, Vol. I, with an English translation by J.H. Vince, London, William Heinemann Ltd, 1952; *Demosthenes*, Vol. II, with an English translation by C.A. Vince and J.H. Vince, London, William Heinemann Ltd, 1953; *Demosthenes*, Vol. III, with an English translation by J. H. Vince, London, William Heinemann Ltd, 1954; *Demosthenes*, Vol. IV, with an English translation by A.T. Murray, William Heinemann Ltd, 1958; *Dinarchus*, Minor Attic Orators in two volumes, 2, J. O. Burt, M.A. Cambridge, Harvard University Press; London, William Heinemann Ltd, 1962; *Hyperides*, Minor Attic Orators in two volumes, 2, J. O. Burt, M.A. Cambridge, MA, Harvard University Press, London, William Heinemann Ltd. 1962; *Lycurgus*, Minor Attic Orators, 2, J. O. Burt, M.A. Cambridge, MA, Harvard University Press, London, William Heinemann Ltd, 1962; *Lysias*, W.R.M. Lamb, M.A. Cambridge, MA, Harvard University Press; London, William Heinemann Ltd, 1930; *Lysias*, W.R.M. Lamb, M.A. Cambridge, MA, Harvard University Press; London, William Heinemann Ltd, 1930; *Isaeus*, Edward Seymour Forster, M.A. Cambridge, MA, Harvard University Press; London, William Heinemann Ltd, 1962; *Isocrates*, George Norlin, Ph.D., LL.D. Cambridge, MA, Harvard University Press; London, William Heinemann Ltd, 1980.

estudos sobre os delitos sexuais, da autoria de Mariateresa Galaz, bem como os crimes religiosos, da investigação de Delfim Leão.

Ao nível nacional, utilizámos vários artigos de Delfim Leão, tendo em conta a sua área de especialização e a importância que os seus estudos têm para o tema. Ao nível internacional, destacamos as investigações de Michael Gagarin, David D. Phillips e Douglas M. MacDowell como pontos de apoio fundamentais.

Para conseguirmos estudar esta temática com a maior amplitude possível, tivemos a necessidade de recorrer a sínteses produzidas no âmbito de outras ciências sociais e humanas, procurando assim uma abordagem interdisciplinar. A utilização da Antropologia, da Sociologia, da Psicologia e, claro está, do Direito tornaram-se indispensáveis para a obtenção de resultados objectivos e concisos, até porque a História é criada pela interpretação de sucessivos acontecimentos, que têm uma influência no mundo da sua época, sendo que os indivíduos que as realizam estão sujeitas à gestão de sentimentos e da susceptibilidade individual, o que implica a necessidade de recorrer a outras disciplinas para que seja possível uma análise abrangente dos processos históricos. Deste modo, os estudos de Durkeim, Lombroso, Mercier e Foucault foram essenciais não só para a definição prévia à recolha de informações, como para a análise do tema.

Este projecto nasceu da nossa consciência da desvalorização com que parte da sociedade hodierna, sobretudo a sua plataforma mais economicista, olha para as sociedades e culturas clássicas. Assim, acreditamos que com um tema intemporal fortalecemos a necessidade do estudo da História e da Filologia Clássicas. Esperamos assim, com este pequeno estudo, poder contribuir para a investigação do Mundo Clássico em geral, e da sua área forense, em particular.

Capítulo 1

O Sistema Judicial na Atenas Clássica

1.1 O Sistema

Na Atenas Clássica, o sistema jurídico era parte integrante da vida do homem grego. Como modelo estruturado, o sistema permitia a sustentação e o fortalecimento dos três princípios da democracia: isocracia, isonomia e isegoria. Mas, esse modelo tinha também uma função reguladora que levava ao cumprimento das leis, o que tornava o sistema legal ateniense uma estrutura social e política única.¹⁴

As suas características singulares permitiam o funcionamento de uma sociedade coesa e direccionada para um objectivo, independentemente de qual ele fosse. Quando ocorria algo que pudesse perturbar esse funcionamento de modo fluído, dava-se o confronto entre o indivíduo e a sociedade, que passava a ser representado pelo tribunal, particularmente através do julgamento.

Moore, que utiliza a antropologia para estudar a lei ateniense, introduz uma questão pertinente para esta problemática: as disputas existentes na sociedade ateniense devem ser vistas como um sintoma patológico (algo errado com a sociedade, entenda-se) ou como um conflito necessário para a manutenção do equilíbrio social?¹⁵

Independentemente da resposta, a importância dessa estrutura incidia na composição e funcionamento do sistema. Isto é, a tipificação dos processos, a estrutura jurídica, a categorização dos crimes, os diferentes tribunais e os elementos que eram essenciais à formulação de uma acusação, designadamente as provas e os testemunhos. O conjunto referido, na sua totalidade, permitia a vivência do ateniense como ser humano politizado e a sua participação como elemento político e decisor na cidade.

1.2 Os Processos

Em primeiro lugar, é necessário distinguir os dois tipos de processos reconhecidos na Atenas clássica: os processos privados – que incluíam casos de homicídio, roubo ou agressão; e os processos públicos – que abrangiam casos de impiedade e de suborno, bem como de

¹⁴ Vide Paul Cartledge, Paul Millett, Stephen Todd, *Nomos. Essays in Athenian Law, Politics and Society*, Cambridge University Press. 1990, p. xiii.

¹⁵ Vide idem, *ibidem*, p. 17.

usurpação de cidadania ou quando um indivíduo se fazia passar por cidadão ateniense, quando não o era.

No primeiro tipo, a vítima ou a sua família (por exemplo, no caso de ter havido um crime de homicídio), avançavam com o processo, enquanto no segundo, o processo podia ser iniciado por qualquer cidadão ateniense.¹⁶ Esta divisão tinha a sua pertinência, uma vez que o processo privado incidia no crime individual e o processo público no crime colectivo, o que implicava toda a sociedade.

1.3 A Estrutura

A estrutura do sistema judicial ateniense estava organizada de forma complexa. O arconte epónimo era responsável pela análise de certas acções públicas e privadas, antes de as enviar para o tribunal, como por exemplo maus tratos a pais, a órfãos, a mulheres herdeiras, má gestão dos bens de um órfão, insanidade mental, disputa de tutela e disputa de heranças.¹⁷ Ao arconte *basileus* eram apresentadas as acções públicas de natureza religiosa, como as que diziam respeito a situações de impiedade ou disputas de sacerdócio. Além destas, expunham-se-lhe também todas as acções privadas relativas a homicídio.¹⁸ Ao arconte polemarco cabia a função de aceitar as acções privadas, que diziam respeito a metecos, a indivíduos isótelos e a próxenos.¹⁹ O seu dever consistia em aceitar os casos e reparti-los em dez grupos, que atribuíam por sorteio a cada uma das tribos atenienses. Além disso, este arconte interpunha as acções privadas contra os libertos que tinham abandonado o seu patrono ou contra metecos sem patrono. Em suma, como refere Aristóteles, todas as diligências que o arconte *basileus* fazia em relação aos cidadãos, o polemarco tomava em relação aos metecos.²⁰

Como parte integrante do sistema havia os intermediários, os tesmótetas, que fixavam os dias em que os tribunais se deviam reunir, bem como a distribuição pelos magistrados, tanto dos casos de acções privadas como de públicas.²¹

¹⁶ Vide Adriaan Lanni, *Law and Justice in the Courts of Classical Athens*, New York, Cambridge University Press, 2006, p. 35.

¹⁷ Arist. *Ath. Pol.* 56.6.

¹⁸ Arist. *Ath. Pol.* 57.3.

¹⁹ Isótelos não eram cidadãos, mas tinham um estatuto superior aos metecos, beneficiando de alguns privilégios como a isenção de impostos ou outros encargos. Os indivíduos isótelos estavam isentos de alguns deveres. Vide Peter J. Rhodes, “Isoteleia”, *Brill’s New Pauly*, edited by Hubert Cancik and Helmuth Schenider, vol.6, Leiden, Brill, 2005, pp. 984-985. Próximo era um convidado público, um cidadão que representava uma comunidade Grega noutra cidade. Xen. *Hell.* 6.1.4; Vide Karl-Wilhelm, “Proxenia”, *Brill’s New Pauly*, edited by Hubert Cancik and Helmuth Schenider, vol.12, Leiden, Brill, 2008, pp.87-88.

²⁰ Arist. *Ath. Pol.* 58.3.

²¹ Arist. *Ath. Pol.* 59.1-5.

O conjunto dos arcontes e o secretário dos tesmótetas sorteavam os juízes²² dos tribunais, entre as tribos. Os requisitos para se ser considerado para os sorteios incidiam nos seguintes pontos: os potenciais juízes tinham de ser cidadãos, deveriam ter idade superior a trinta anos e não podiam dever nada ao tesouro ou terem sido punidos por *atimia*.²³ Cada um dos juízes possuía uma tabuinha em madeira, em que se encontrava inscrito o seu nome, o do pai e o do demo a que pertencia, bem como uma das letras do alfabeto. Assim, os juízes encontravam-se distribuídos por dez, segundo as tribos.

Em Aristóteles, lemos que os tribunais eram constituídos por 501 membros. Aos membros dos tribunais, eram atribuídos boletins de votos, com o objectivo de serem utilizados para decidir o destino do réu.

Os boletins de voto eram de bronze, com uma haste ao meio. Metade desses boletins era perfurada e a outra metade era maciça. Depois de terminados os discursos, os elementos sorteados para tratar da votação entregavam a cada um dos juízes dois boletins de voto, um perfurado e outro maciço, bem à vista dos litigantes, para que ninguém recebesse dois boletins iguais. Após os discursos terem sido proferidos por ambas as partes – defesa e acusação – decorria a votação para decidir o veredicto. O voto dos juízes era colocado numa de duas ânforas: uma de bronze e outra de madeira, sendo que na primeira ficavam os boletins válidos e, na segunda, os inválidos. Assim que os juízes estavam em condições de votar, o arauto começava por perguntar se os litigantes queriam contestar os testemunhos apresentados, já que não podiam fazê-lo quando a votação se tivesse iniciado.

Depois de os juízes terem depositado o seu voto nas ânforas, eram contados os boletins. O arauto anunciava o número de votos: para a acusação, os perfurados; para a defesa, os maciços. Quem obtivesse o maior número de votos seria o vencedor. Caso ocorresse um empate, ganhava a defesa (antecipação do *in dubio pro reo*²⁴, em caso de dúvida a decisão era a favor do arguido, com o pressuposto da inocência). Assim que a sessão chegava ao seu termo, de acordo com a lei, cada um dos juízes recebia o pagamento por parte do tribunal.²⁵

²² Arist. *Ath. Pol.* 59.7.

²³ Arist. *Ath. Pol.* 63.3; relativamente ao termo *atimia* vide Gerhard Thur, “Atimia”, *Brill’s New Pauly*, edited by Hubert Cancik and Helmuth Schenider, vol.2, Leiden, Brill, 2003, p. 292.

²⁴ Vide Cristina Líbano Monteiro, *In Dubio Pro Reo*, Coimbra, 1997; Pinto de Albuquerque, *Comentário do Código de Processo Penal*, Universidade Católica Editora, 2007, p. 437; *Acórdão do supremo Tribunal de Justiça*,

<http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/886ad227bc3cd9238025759900482d5d?OpenDocument> (consultado a 07 de Junho de 2016).

²⁵ Arist. *Ath. Pol.* 68-69.

1.4 Os Tribunais

O mais importante dos tribunais atenienses que julgavam os actos criminosos era o do Areópago, no qual os crimes mais severos e graves eram analisados, e no qual se encontrava presente o corpo de juízes mais qualificado.²⁶ Os elementos que faziam parte deste tribunal, além de serem antigos arcontes, não precisavam de atrair simpatias²⁷ para o eleitorado, já que o seu cargo era vitalício.²⁸ Por sua vez, no Paládio e no Delfínio, o julgamento ocorria perante um corpo judiciário constituído por cinquenta e um homens, designados efetas.

Como Lanni refere, não existem dados suficientes que contenham informações concretas de como os efetas eram seleccionados. Porém, é possível afirmarmos que, provavelmente, seriam escolhidos a partir do conselho do Areópago.²⁹

Relativamente à divisão dos tribunais, tendo em conta os delitos, podemos inserir em cinco grupos as instituições que julgavam os casos de homicídio:³⁰

1º o Areópago era o tribunal encarregado de julgar casos de homicídio intencional, morte por envenenamento e incêndios³¹;

2º o Paládio era a instituição encarregada de tratar de casos de homicídio involuntário ou de tentativas de homicídio, mas também da morte de um escravo, de um meteco ou de um estrangeiro;³²

3º o Delfínio era o lugar em que se julgava o crime de homicídio previsto na lei: em contexto de adultério, homicídio em conjuntura de guerra ou no decurso de uma competição³³;

4º caso o indivíduo estivesse exilado por homicídio não intencional e fosse acusado de um crime semelhante, na sua ausência, ele seria julgado no Freato. O arguido realizava a sua

²⁶ Vide Delfim Leão, “O Horizonte Legal da Oresteia”, *Humanitas*, 57, 2005, p. 46.

²⁷ D. 23.65-66: *There are many institutions of ours the like of which are not to be found elsewhere, but among them one especially peculiar to ourselves and venerable,—I mean the Court of Areopagus. Concerning that Court I could relate a greater number of noble stories, in part traditional and legendary, in part certified by our own personal testimony, than could be told of any other tribunal. It is worth your while to listen to one or two of them by way of illustration (...)This is the only tribunal which no despot, no oligarchy, no democracy, has ever dared to deprive of its jurisdiction in cases of murder, all men agreeing that in such cases no jurisprudence of their own devising could be more effective than that which has been devised in this court. In addition to these great merits, here, and here alone, no convicted defendant and no defeated prosecutor has ever made good any complaint against the justice of the verdict given.*; Adriaan Lanni, *op.cit.*, pp.78-79.

²⁸ Vide Michael Gagarin, *op. cit.*, p. 3. Delfim F. Leão, *op. cit.*, p. 46.

²⁹ Vide Adriaan Lanni, *op. cit.*, p. 77/84-86; D. 23.37-8.

³⁰ Arist. *Ath. Pol.* 57.3

³¹ Vide Douglas M. MacDowell, *Athenian Homicide Law in the Age of the Orators*, Manchester, Manchester University Press, 1999, pp. 43-46; Arist. *Ath. Pol.* 57.3; D. 23.22; Adriaan Lanni, *op. cit.*, p. 76/105-114.

³² Arist. *Ath. Pol.* 57.3; Vide Adriaan Lanni, *op. cit.*, p.76.

³³ Vide Michael Gagarin, *op. cit.*, p. 3. Arist. *Ath. Pol.* 57. 3-4.

defesa a partir de um barco, enquanto os juízes ouviam o discurso em terra.³⁴ O tribunal ficaria, assim, junto a um porto (esta medida visava permitir o julgamento sem que o arguido fosse admitido do exílio)³⁵;

5º se o autor de um crime fosse desconhecido, fosse um animal ou um ser inanimado, era responsabilidade do arconte *basileus* conduzir o processo no Pritaneu³⁶, como é referido por Aristóteles.³⁷

Assim, a título de exemplo, a resolução de um processo de homicídio podia fazer-se de duas formas: ou com o exílio do homicida ou, caso a família da vítima o aceitasse, a troco de um valor monetário pela morte ocorrida (a este propósito, Gagarin relembra a cena do julgamento na descrição do escudo de Aquiles, na *Ilíada*³⁸). Caso os familiares aceitassem a compensação monetária, o homicida ficaria em risco, já que os familiares³⁹ e amigos da vítima poderiam desejar vingança, pela perda do parente, tal como é possível percebermos pelo passo que a seguir se transcreve:

Impiedoso! Pois há quem aceite recompensa pelo assassinio do irmão; há quem aceite também pelo filho morto: e o assassino permanece na sua terra, tendo pago grande preço e o coração e ânimo orgulhoso do parente é refreado pelo facto de ter recebido a recompensa. (Il. 9.632-636)

Nos séculos V e IV a.C., em Atenas, o procedimento a seguir na sequência de um homicídio ocorria de maneira diferente do que se faz na actualidade. Não havendo forças policiais de intervenção que realizassem uma investigação criminal, era da responsabilidade dos familiares ou amigos das vítimas intervir, investigando as componentes participantes no crime, como acções, motivos e testemunhas. Era essa parte, a do lado da vítima, que tinha a

³⁴ Paus. 1.28.11; Douglas M. MacDowell, *op. cit.*, pp. 82-84.

³⁵ Arist. *Ath. Pol.* 57.3.

³⁶ Vide Delfim Leão, *op. cit.*, p. 46; David D. Phillips, *Avengers of Blood, Homicide in Athenian Law and Custom from Draco to Demosthenes*, Stuttgart, Franz Steiner, 2008, p. 60.

³⁷ Arist. *Ath. Pol.* 57.4.

³⁸ Vide Adriaan Lanni, *op. cit.* p. 109; Michael Gagarin, *op. cit.*, pp. 15-16; recordemos o texto homérico: *Mas o povo estava reunido na ágora; pois surgira aí um conflito e dois homens discutiam a indemnização por outro, assassinado. Um deles afirmava ter pago tudo, em declarações ao povo; o outro negava-se a aceitar fosse o que fosse. Ambos ansiavam por ganhar a causa junto do juiz. O povo incitava ambas as partes, a ambas apoiando. Os arautos continham o povo; mas os anciãos estavam sentados em pedras polidas no círculo sagrado, segurando nas mãos os ceptros dos arautos de voz penetrante. Com eles se levantavam e julgavam um de cada vez. Jaziam no meio dois talentos de ouro, para serem dados àquele dentre eles que proferisse a sentença mais justa.* (Il. 18.497-508), tradução de Frederico Lourenço, Lisboa, Cotovia, 2007.

³⁹ O assassinio dos pais é um tópico que se mantém na incógnita. Provavelmente, fazia parte dos princípios gerais, apesar de toda a situação decorrida, nas *Euménides*, no julgamento de Orestes, e do aparecimento da deusa Atena, para resolver a questão. Vide Delfim Leão, *Sólon: Ética e Política*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2001, pp. 344-345.

função de concretizar a acusação e de levar o suspeito a tribunal. O arguido, por sua vez, tinha de se encarregar do discurso de defesa.

É precisamente no âmbito da defesa que se destacava a importância dos logógrafos, ou redactores de discursos, como observaremos no próximo capítulo. Os logógrafos desempenhavam um papel fundamental na elaboração dos discursos de defesa, para os arguidos. O discurso de defesa era feito de acordo com vários tópicos, desde a origem do crime aos participantes.

Um dos pontos relevantes para a definição de «crime» era a intencionalidade. Por exemplo, as leis do homicídio⁴⁰ puniam os sujeitos de forma diferente, mediante a intenção. Ou seja, caso fosse um homicídio intencional, a pena seria a morte, o exílio perpétuo e a confiscação dos bens e da propriedade. Porém, se fosse comprovado que o acto não fora intencional, então o caso seria tratado com maior consideração, de forma a tentar encontrar uma pena mais leve, podendo mesmo chegar o acusado/arguido vir a ser perdoado.⁴¹

A lei do homicídio na Atenas Clássica era das leis mais antigas e rigorosas e foi redigida pelo legislador ateniense, Drácon. Apesar de o *corpus* da lei draconiana ser essencialmente constituído por normas relativas a crimes de sangue, provavelmente abrangia outros tipos de delitos.⁴² Aparentemente, no quadro das modificações realizadas por Sólon, no século VI a.C. as leis que não sofreram qualquer reformulação terão sido precisamente as referentes ao homicídio⁴³. Isto deveu-se, provavelmente, ao facto de o homicídio ser um acto que se relacionava com a esfera do religioso, pela questão da poluição do ser humano e da comunidade que implicava.

A implicação desta lei mostra um avanço no sistema legal da área pública ateniense e os seus parâmetros estipulam toda a essência da legislação do corpo ático da lei.⁴⁴

⁴⁰ Vide *infra* capítulo 3.

⁴¹ D. 21.43. Um exemplo da situação descrita: caso o arguido fosse condenado a exílio, poderia não ser aplicada, juntamente com a pena, a confiscação dos bens; Vide Michael Gagarin, *Drakon and Early Athenian Homicide Law*, New Haven, Yale University Press, 1981, pp. 112-113.

⁴² Vide *idem*, *ibidem*.

⁴³ Vide Maria Helena da Rocha Pereira, *Estudos de História da Cultura Clássica, I volume – Cultura Grega*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2012, pp. 188-189; Delfim Ferreira Leão, *Sólon, Ética e Política*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2001, p. 343.

⁴⁴ Vide Delfim Leão, *op. cit.*, p. 45.

A aplicação das leis surgia para regular a conduta social e manter a ordem em Atenas. Quando ocorria a transgressão e uma acção delituosa, era apresentada uma queixa, que por sua vez gerava um julgamento, e este originava um veredicto.

A ideia de que o veredicto atribuído a um processo influenciava o comportamento da comunidade encontra-se reflectida nos discursos dos oradores áticos⁴⁵, como por exemplo:

For as things are now, even if a girl be poor, the law provides for her an adequate dowry, if nature has endowed her with even moderate comeliness; but if through the acquittal of this woman you drag the law through the mire and make it of no effect, then the trade of the harlot will absolutely make its way to the daughters of citizens, who through poverty are unable to marry, and the dignity of free-born women will descend to the courtesans, if they be given licence to bear children to whomsoever they please, and still to share in all the rites and ceremonies and honors in the state. (D. 59.113)

A organização judicial ateniense, associada aos discursos dos oradores áticos, transporta-nos assim para o mundo jurídico clássico, no qual podemos observar a importância e o poder que o Areópago, sobretudo, tinha, sendo este visto pela comunidade como um tribunal cujas decisões eram respeitadas.⁴⁶

⁴⁵ Vide Adriaan Lanni, *op. cit.*, p. 127.

⁴⁶ Vide *idem, ibidem*, pp. 105-116.

Capítulo 2

O Cânone dos Dez Oradores Áticos

*Oratory is one of the earliest necessities of society*⁴⁷

2.1 Os Oradores

A análise do conceito de «crime» nos séculos V e IV a.C, a partir dos discursos dos oradores áticos, não seria possível sem uma percepção da importância desse mesmo cânone, tanto no seu contexto sociocultural como na transmissão do que sabemos acerca do sistema judicial da época.

O chamado «Cânone dos Dez», como o nome indica, é composto pelos textos de dez oradores designados como «áticos». São eles: Antífonte (480-411 a.C.), Andócides (440-390 a.C.), Lísias (445-380 a.C.), Isócrates (436-338 a.C.), Iseu (415-340 a.C.), Ésquines (395-322 a.C.), Licurgo (390-329 a.C.), Hiperídes (390-322 a.C.), Demóstenes (384-322 a.C.) e Dinarco (360-290 a.C.).⁴⁸

Os textos destes dez oradores tornaram-se uma peça central para o estudo não só da evolução das técnicas retóricas, mas também uma fonte fundamental para a análise social, política e económica da Atenas clássica⁴⁹. Através dos discursos do cânone dos dez, é possível obter referências a aspectos da vida quotidiana ateniense (e.g. relações familiares e diferentes tipos de profissões), a acontecimentos bélicos (e.g. Guerra do Peloponeso e a Batalha de Queroneia) e vivências políticas (como a substituição da oligarquia e a consolidação da democracia).

Cada orador é único e com características específicas, o que se traduz numa diversidade de conteúdo e de estilo textuais em toda a produção do cânone ático. No entanto, há um aspecto que consideramos ser comum a todos estes autores: os dados que transmitem sobre a família na Atenas clássica. Sabemos que todos os oradores provinham de famílias abastadas.

⁴⁷ Vide J. F. Dobson, *The Greek Orators*, Anne Mahoney, Methuen and Co. London. 1919, 1.1.

⁴⁸ Lísias, Dinarco e provavelmente Iseu, apesar de trabalharem em Atenas, não eram cidadãos atenienses. Vide Peter J. Rhodes and Gerhard Thür, “Logographos”, *Brill’s New Pauly*, vol. 7, Edited by Hubert Cancik and Helmuth Schneider, Leiden, Brill Leiden-Boston, 2005, p. 792; Michael Edwards, *The Attic Orators*, London, Bristol Classical Press, 1994, pp. 20/31/65; a designação dada a este grupo deveria ser alexandrina; de acordo com a tradição, essa composição teria sido atribuída a Cecílio de Calacte. O seu trabalho sobre os Dez Oradores teria sido a base da *Vida dos Dez Oradores*, de Plutarco. Apesar da tradição mencionada, este cânone nunca foi reconhecido por Dionísio de Halicarnasso (George Kennedy, *The Art of Persuasion in Greece*, Princeton, Princeton University Press, 1963, p. 125).

⁴⁹Vide Michael Edwards, *op. cit.*; George Kennedy, *op.cit.*, p.71.

Isto poderá significar que um dos factores para exercer o labor da logografia era a ligação a uma família abastada. Esta ligação providenciava os meios monetários para adquirir as competências necessárias para desempenhar tal profissão.

Este facto, naturalmente, tinha lógica, tanto para a arte de bem escrever como para a arte de discursar, uma vez que apenas os indivíduos com um amplo saber multidisciplinar poderiam ter acesso à logografia. Para adquirirem tais conhecimentos, o tempo teria de ser passado a estudar, em vez de trabalharem para sustentar a família.

2.1.1 Antifonte⁵⁰

Antifonte, considerado como o primeiro logógrafo, foi um dos elementos na revolução oligárquica dos Quatrocentos em Atenas (411 a.C.)⁵¹. Nessa qualidade, o logógrafo foi acusado de traição, a que se seguiu um julgamento. Apesar de o discurso da sua própria defesa ter sido considerado, por Tucídides, como o melhor em relação a uma pena capital, Antifonte acabou por ser executado.⁵²

Este logógrafo foi identificado por Platão como professor de retórica⁵³ e fez parte do grupo que negociou a paz com os Espartanos, na esperança de conseguir apoio para os oligarcas e acabar com a democracia radical.⁵⁴ Apesar das dezenas de fragmentos encontrados, apenas sobreviveram alguns discursos, como *Sobre o Coreuta* ou *Acusação de Envenenamento contra a Madrasta* ou as *Tetralogias*. As *Tetralogias* são o conjunto de três discursos, em que cada um está dividido em quatro partes: duas para a defesa e duas para a acusação. No seu conjunto, estes discursos representam os diferentes tipos de homicídios reconhecidos: premeditado, accidental e em legítima defesa.

2.1.2 Andócides

Nascido em 440 a.C, Andócides fazia parte de uma família aristocrática antiga. Este autor foi acusado de impiedade por Díocles, por alegadamente ter liderado a mutilação dos

⁵⁰ A listagem completa dos discursos associados a cada orador encontra-se no Anexo I.

⁵¹ Vide *Minor Attic Orators*, vol I, with an English translation by K. J. Maidement, London, The Loeb Classical Library, 1960, p.4; J.S. Morrison. "Antiphon", *The Older Sophists*, edited by Rosamond Kent Sprague, Columbia, University of South Carolina Press, 1972, p.109.

⁵² Th. 8.68.1-3.

⁵³ Pl. *Mx.* 236a.

⁵⁴ Vide Christoph Selzer, "Antiphon of Rhamnous", *Brill's New Pauly*, edited by Hubert Cancik and Helmuth Schneider, Vol.1, Leiden, Brill, 2002, pp. 779-781; Th. 8.68.1-3.

Hermes.⁵⁵ Na sequência da sua prisão, Andócides conseguiu a liberdade, não só por admitir a culpa, mas também por denunciar outros elementos que teriam colaborado no acto. Depois de perder os seus direitos cívicos, o orador foi exilado pelo decreto de Isotimides (que consistia na proibição da entrada nos templos e na ágora a todo aquele que tinha sido considerado culpado de um delito de impiedade⁵⁶) vivendo como traidor à cidade⁵⁷.

Após a amnistia geral, Andócides regressou a Atenas em 403 a.C., mas foi processado por Cálías, três anos depois, por participar num culto público no qual, segundo o decreto anteriormente indicado, estava proibido. O orador acabou por falecer no exílio.⁵⁸ Andócides não escreveu textos por encomenda, nem foi um dos oradores influentes, do seu tempo. Os discursos *Sobre o Regresso* e *Mistérios* serviram ambos para a defesa do próprio, bem como *Sobre a Paz com Esparta*, um discurso deliberativo resultante de uma embaixada da qual fez parte.

2.1.3 Lísias

As raízes de Lísias remontam a Siracusa, tendo nascido em c. 440 a.C. Grande parte da propriedade da família terá sido confiscada pelos Trinta, após a Guerra do Peloponeso⁵⁹.

O irmão de Lísias, Polemarco, foi preso por um membro dos Trinta, o que levou o orador a escrever o discurso de acusação *Contra Eratóstenes*.

Após a queda dos Trinta Tiranos, Lísias regressou a Atenas e prosseguiu a sua carreira como logógrafo.⁶⁰ Nessa qualidade, Lísias destacou-se com os seus múltiplos discursos, dos quais constavam diferentes tipos de acusações, como roubo (*Contra Diogiton*), desfalque (*Contra Epícrates*), impiedade (*Contra Andócides*) e homicídio (*Contra Eratóstenes*, considerado por Kennedy como o melhor discurso do orador)⁶¹.

⁵⁵ Vide George Kennedy, *op.cit.*, p.146; And. 1. 34-36.

⁵⁶ Vide G. I. C. "Andócides", *Diccionario del mundo clásico*, Simon HornBlower y Tony Spawforth, traducción castellana de Joan Rabasseda, Barcelona, Crítica, 2000, p.21.

⁵⁷ Vide William D. Furley, "Andocides", *Brill's New Pauly*, edited by Hubert Cancik and Helmuth Schneider, Vol.1, Leiden, Brill, 2002, p.677; And. 1.73.

⁵⁸ Plu. *Vit. Dec.* 2; William D. Furley, *op.cit.*, p.677.; Michael Edwards, *op.cit.* pp.14-16.

⁵⁹ Os Trinta foram o governo oligárquico que surgiu, 404 a.C., após a Guerra do Peloponeso. Esparta venceu a Guerra e nomeou trinta indivíduos para governarem a cidade. X. *HG* 2.4.1; X. *HG*.2.3.11-4.43; Arist. *Ath. Pol.* 34.2-40; Lys. 12.12-13. Peter Rhodes, "Triakonta", *Brill's New Pauly*, edited by Hubert Cancik and Helmuth Schneider, Leiden, Brill, Vol. 14, 2009, pp. 897-898.

⁶⁰ Plu. *Vit. Dec.* 3; Michael Edwards, *op. cit.* p. 20.

⁶¹ Vide George Kennedy, *op.cit.*, p.135.

2.1.4 Isócrates

Isócrates, em semelhança aos logógrafos anteriores, provinha de uma família abastada. A ausência de características, como a falta de poder de persuasão e auto-confiança⁶², essenciais para prosseguir uma carreira política, levou o orador a iniciar-se na filosofia política.

Durante a Guerra do Peloponeso, a família de Isócrates perdeu grande parte da sua fortuna, pelo que o orador começou a depender da sua carreira de logógrafo para sobreviver. A partir de 338 a.C., quando Filipe II da Macedónia derrotou os Gregos, em Queroneia, Isócrates observou o início de uma Grécia unida, um processo que só ficou completo com Alexandre. Porém, os Atenienses estavam determinados a continuar a resistir a Filipe, o que decepcionou o contemporâneo de Sócrates.⁶³

Como escritor, o orador utilizou as suas capacidades técnicas, para compartilhar que a verdade era ilusória e podia ser alterada e modificada, de modo a tornar-se o mais adequada possível ao julgamento.⁶⁴

Isócrates escreveu diversas dissertações éticas, como o *Panegírico* (que aborda o tema da união grega), *Arquidamo* (discurso sobre a paz com Tebas) ou *Níocles*, bem como discursos como *Contra Eutínoo* (roubo e fraude) e *Contra Calímaco* (danos).

2.1.5 Iseu

As informações são escassas no que toca a este orador. Sabemos que Iseu era um logógrafo que especializou em questões sucessórias e que terá redigido mais de seis dezenas de discursos. Iseu teve o seu momento de reconhecimento após a guerra do Peloponeso, como é indicado por Plutarco.⁶⁵ Como já foi referido, o orador escreveu diversos discursos, que incidiam em partilhas e questões testamentárias, como *Herança de Apolodoro*, *Herança de Hagnias*, *Herança de Quíron*, *Herança de Pirro* e *Herança de Cleónimo*.

⁶² Vide Michael Edwards, *op.cit.*, p. 25.

⁶³ Plu. *Vit. Dec.* 4; Michael Edwards, *op. cit.*, pp. 25-26.

⁶⁴ Vide George Kennedy, *op.cit.*, p. 175. Isoc. 13.8; Isoc.10. 5.

⁶⁵ Plu. *Vit. Dec.* 5; Michael Edwards, *op. cit.*, p. 31.

2.1.6 Demóstenes

Demóstenes, que foi pupilo de Iseu, pertencia a uma família abastada, fabricante de armamento militar.⁶⁶ Ao longo do seu crescimento, Demóstenes foi preparado para uma batalha judicial contra os seus tutores, devido à má gestão da herança que lhe pertencia (terá recebido apenas um décimo do que lhe era devido)⁶⁷. O orador iniciou o seu ofício de logógrafo, sendo mais tarde considerado um dos retóricos mais influentes em Atenas, no século IV a.C., ganhando reputação nos tribunais atenienses.

Ao longo da sua carreira política, até 322 a.C., Demóstenes terá obtido várias quantias de dinheiro, por parte do rei persa, para influenciar a política em Atenas⁶⁸. O orador desempenhou igualmente vários cargos públicos, o que permitiu uma movimentação mais ágil nos pedidos remunerados. Os discursos *Contra Léptines*, *Contra Mídias* e *Contra Andrócion*, são apenas alguns exemplos do tipo de actividade política que Demóstenes executava.

Demóstenes foi um dos negociadores da Paz de Filócrates, em 346 a.C., juntamente com Ésquines. Ambos manifestaram uma hostilidade profunda, um contra o outro, realizando constantes acusações mútuas de subornos e corrupção.

O orador manteve-se sempre contra Filipe II e consecutivamente contra o seu sucessor, Alexandre. No final da carreira, Demóstenes esteve envolvido no caso contra Hárpalo, em que terá recebido vinte talentos, como suborno. O opositor de Ésquines acabou por ser condenado, mas fugiu para o exílio. Demóstenes regressou a Atenas, apoiando Hiperides e Leóstenes, que após a morte de Alexandre lideravam Atenas na formação de uma nova Aliança Helénica. O orador foi condenado à morte *in absentia*, e refugiou-se no templo de Posídon, tendo-se aí suicidado.

Através dos discursos de Demóstenes, podemos reviver a História da Grécia, até 322 a.C.⁶⁹ Apesar das acusações de que foi alvo, sobretudo de actos contra o sistema político bem como contra o bem comum, o orador nunca deixou de ter um papel na vida pública ateniense.

⁶⁶ D.27.9.

⁶⁷ Plu. *Vit. Dec.* 8.

⁶⁸ Aeschin. 2.3, 2.22, 2.130, 3.23-24, 3.239; Din. 1.1 – 1.15, 1.34.

⁶⁹ Vide Johannes Engels “Demosthenes”, *Brill’s New Pauly*, edited by Hubert Cancik and Helmuth Schneider, Vol.4, Leiden, Brill, 2004, pp. 292-294, Michael Edwards, *op. cit.*, pp. 36-40; Plu. *Vit. Dec.* 8.

2.1.7 Ésquines

A família de Ésquines perdeu os bens durante a Guerra do Peloponeso. Ésquines foi actor trágico e *grammateus*, condecorado pelo seu valor na batalha de 348 a.C. e, por isso, enviado para negociar a paz de Filócrates (346 a.C.). Neste último acontecimento, iniciaram-se os conflitos com Demóstenes, em que este o acusou de suborno e de corrupção.

A tentativa de vingança de Ésquines veio através do julgamento, tal como podemos confirmar em *Contra Ctesifonte* (Ctesifonte propôs moções que beneficiavam Demóstenes, na opinião de Ésquines, o que foi considerado ilegal), no qual o orador não conseguiu um quinto dos votos necessários para evitar uma multa. O opositor de Demóstenes passou o resto da sua vida na Ásia Menor, provavelmente a ensinar retórica.⁷⁰ Os escritos de Ésquines vão de discursos sobre o suborno (*Sobre a embaixada fraudulenta*) ao tema da prostituição (*Contra Timarco*).

2.1.8 Licurgo

Licurgo nasceu c. 390 a.C. Ele era aliado político de Demóstenes e opositor ao governo dos Macedónios. Após Queroneia, Licurgo tornou-se proeminente no campo das finanças públicas, trabalhou como administrador financeiro durante quatro anos, e procedeu a várias modificações nas contas públicas.⁷¹ O orador contribuiu ainda para o amplificação do poder militar de Atenas, ao aumentar a frota naval e expandir os portos marítimos⁷², ao reconstruir o Teatro de Dioniso e completar o Estádio Panatenaico.⁷³

Edwards considera que Licurgo adquiriu uma reputação de severidade, como Drácon,⁷⁴ ao acusar aqueles que considerava terem falhado com o seu dever patriótico, por aceitarem subornos, serem corruptos ou abandonarem a cidade em altura de guerra.⁷⁵

Após a sua morte, em 325 a.C., o orador foi acusado de deixar uma grande lacuna no tesouro e os seus filhos reponderam perante a acusação de roubo. Como não conseguiram realizar o pagamento do montante subtraído ao tesouro, os descendentes de Licurgo foram

⁷⁰ Plu. Vit. Dec. 6; Michael Edwards, *op. cit.*, pp. 50-52.

⁷¹ Plut. Vit. Dec. 7

⁷² Plu. Vit. Dec. 7

⁷³ Plu. Vit. Dec. 7.

⁷⁴ Vide Michael Edwards, p. 56.

⁷⁵ Lycurg. 1.17. Após a Batalha de Queroneia, foi decretado que as crianças e as mulheres deveriam ser levadas do campo para o interior das muralhas, enquanto os outros residentes em Atenas deveriam cumprir os deveres de defesa, mas Leócrates abandonou a cidade, sendo acusado de traição.

presos. Posteriormente, eles foram libertados, com a ajuda de Hiperides e com o apelo de Demóstenes, a partir do exílio.⁷⁶

2.1.9 Hiperides

Hiperides foi um dos pupilos de Isócrates. Este autor partilhava a visão anti-macedónica de Licurgo e era apoiante de Demóstenes. Hiperides propôs um decreto em honra de Demóstenes, após Queroneia. Contudo, o orador foi um dos acusadores no caso de Hárpalo. Demóstenes e Hiperides reconciliaram-se e, após a derrota na batalha de 322 a.C., fugiram. No seguimento da fuga, Hiperides foi capturado e morto.⁷⁷ Mantendo-se para a posterioridade, os discursos deste orador incidiam em diferentes casos, como o adultério (*Defesa de Lícófron*), propostas ilegais⁷⁸ (*Contra Filípides*) e corrupção (*Contra Demóstenes*).

2.1.10 Dinarco

Enquanto estrangeiro, a Dinarco não foi permitido entrar na vida política, vendo na logografia uma opção de carreira e escrevendo maioritariamente discursos referentes ao bem colectivo (estudou com Teofrasto)⁷⁹. Os serviços de Dinarco foram contratados, quando Hárpalo⁸⁰ foi libertado da prisão.

O orador vendeu grande parte do património, após ter sido acusado de conspiração, indo para Cálcis. Mas, passados quinze anos, Dinarco regressou a Atenas e alojou-se com Próximo. O dinheiro desapareceu e o logógrafo colocou uma acção contra Próximo, desconhecendo-se o resultado desse julgamento.⁸¹

⁷⁶ Vide Michael Edwards, *op. cit.*, p. 56; Plu. *Vit. Dec.* 7.

⁷⁷ Plu. *Vit. Dec.* 9; Michael Edwards, *op. cit.*, p. 60.

⁷⁸ Apenas existem alguns fragmentos no discurso *Contra Filípides*. Este discurso surgiu após a batalha de Queroneia e tinha o objectivo de acusar Filípides por este querer coroar elementos que eram a favor dos macedónios, apenas por terem desempenhado os seus deveres. Além disso, incorria num crime público, uma vez que os indivíduos que tinham sido condenados, anteriormente, condenados por proporem moções ilegais, não podiam voltar a realizar propostas (Hyp. 2.12).

⁷⁹ Teofrasto foi um filósofo peripatético, pupilo e sucessor de Aristóteles, na direcção da sua escola, interessava-se pelas áreas da lógica, física e metafísica. Vide Roger Harmon, “Theophrastus”, *Brill’s New Pauly*, edited by Hubert Cancik and Helmuth Schenider, vol.14, Leiden, Brill, 2009, pp. 508-518.

⁸⁰ Os três discursos de Dinarco fazem parte do importante julgamento de Hárpalo, em 323 a.C. Um vasto número de cidadãos atenienses foram acusados de aceitar subornos de Hárpalo. Hárpalo era um distinto macedónio, que após a morte de Filipe foi chamado do exílio por Alexandre, tendo sido designado responsável pelo tesouro. Hárpalo roubou do tesouro e foi para Atenas, onde subornou diversos indivíduos na tentativa de conseguir aliados para obter a cidadania. Plu. *Vit. Dec.* 8; Vide *infra* Capítulo 5.

⁸¹ Vide Michael Edwards, *op. cit.* p. 65, Plu. *Vit. Dec.* 10.

Os discursos de Dinarco são relativos a situações de corrupção e suborno, como *Contra Demóstenes*, *Contra Aristogíton* e *Contra Fílocles*.

2.2 A Logografia

A arte de escrever um discurso, além de ser um ofício, era também um desafio técnico e artístico.⁸² Tendo em conta a complexidade da tarefa, é compreensível a razão pela qual eram solicitados serviços de logografia e de logógrafos.

De modo geral, a elaboração dos discursos de defesa não teriam a mesma qualidade ou capacidade de persuasão. Isso poderia acontecer caso não fossem escritos por indivíduos cujo labor e profissão fosse escrever este tipo de textos. Os especialistas poderiam variar consoante a área de acção, como ocorria com Iseu, que era uma autoridade em questões de heranças⁸³, ou com Antifonte, cujo ramo incidia nos crimes de sangue.⁸⁴

Nem todos os oradores escreveram textos para defesa de terceiros, como acontece com Andócides. Os textos *Sobre o Regresso* e *Os Mistérios* foram escritos para defesa do próprio. Além disso, a publicação dos discursos não surgiu como propaganda do seu trabalho ou para aconselhar em situações de defesa, mas sim para assegurar uma maior audiência em tribunal⁸⁵, o que podia assegurar uma maior probabilidade de não ser condenado.

Mas a elaboração de discursos não se limitava à composição de meros textos feitos por encomenda, pois também podiam ser ferramentas de ataque em relação a outro indivíduo, por mera vingança, como ocorreu com Demóstenes e Ésquines e se comprova através dos textos *Sobre a Embaixada Fraudulenta* e *Sobre a Coroa*.

A produção literária dos oradores áticos pode sistematizar-se em três géneros de discurso: judicial ou forense; deliberativo ou político e demonstrativo ou epidíctico⁸⁶.

No primeiro género de discurso⁸⁷, o judicial ou forense, era solicitado aos arguidos que falassem em sua defesa, já que a derrota em julgamento poderia trazer consequências pesadas, como a morte ou o exílio. Neste género, em particular, era esperado que o discurso fosse emotivo, persuasivo, com base na simplicidade e associado ao carácter do arguido. Um dos

⁸² Vide George Kennedy, *op. cit.*, p. 139.

⁸³ Vide *idem*, *ibidem*, p. 141.

⁸⁴ Antipho 1; Antipho 2; Antipho 3; Antipho 4; Antipho 5; Antipho 6

⁸⁵ Vide George Kennedy, *op. cit.*, p. 146.

⁸⁶ Aristóteles. *Retórica*, tradução e notas de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto, Abel do Nascimento Pena, Estudos Gerais, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998: Arist. *Rhet.* 1.3.

⁸⁷ Arist. *Rhet.* 3.12.6.

oradores que representa bem este género discursivo é Antífote, sendo que lhe conhecemos seis discursos sobre os crimes de sangue, que analisaremos adiante.

O discurso deliberativo ou político⁸⁸ surgia associado à espontaneidade política, tratando-se nele temas gerais como a justiça. Como Aristóteles nos indica, este género não era rigoroso nos factos, existindo apenas a necessidade de agradar à multidão.⁸⁹ O número de exemplos conhecidos deste tipo de discurso não é amplo; porém existem alguns, e importantes, como *Sobre a Paz com Esparta* de Andócides, o *Areopagítico* de Isócrates ou as *Filípicas* de Demóstenes.⁹⁰

O terceiro género, o demonstrativo ou epidíctico, era especialmente adequado à escrita de composições, uma vez que o seu objectivo era a leitura.⁹¹ O estilo incluía tópicos referentes à vida em sociedade, em que se incluem aspectos religiosos, correspondendo também a um tipo de oratória apresentada em cerimónias públicas, como festivais.⁹² O cuidado narrativo-descritivo é diferente, uma vez que o texto era apresentado a espectadores em geral e não especificamente a juízes. Segundo Kennedy, a oratória epidíctica era aquela cuja forma se aproximava mais, em termos de estilo e função, da poesia⁹³.

Apesar da competência de um orador ser ampla, a natureza e composição díspar destes três géneros não permitia que um indivíduo fosse brilhante em todos eles, visto que cada género era diferente, como aliás observa Aristóteles.⁹⁴

Chegaram-nos cerca de 150 discursos destes três tipos, correspondentes a dois séculos de produção logográfica⁹⁵. Estes textos representam não só os procedimentos executados em tribunal ou os tipos de crimes existentes na sociedade ateniense da época, como também atestam o papel do logógrafo.⁹⁶ Este desempenhava uma função importante em relação ao julgamento, uma vez que o seu trabalho consistia na elaboração dos textos da defesa de quem contratasse os seus serviços. As competências dos logógrafos eram solicitadas por aqueles que não tinham a confiança ou experiência em matérias legais, daí a necessidade de recorrerem a um escritor de discursos, o qual se manifestará posteriormente na figura do advogado, na

⁸⁸ Arist. *Rhet.* 3.12.5.

⁸⁹ Arist. *Rhet.* 3.12. 5.

⁹⁰ Vide George Kennedy, *op. cit.*, pp. 205-206.

⁹¹ Arist. *Rhet.* 3.12.5

⁹² Vide George Kennedy, *op. cit.*, p. 166.

⁹³ Vide idem, *ibidem*, p.153.

⁹⁴ Arist. *Rhet.* 3.12.1; Arist. *Rhet.* 3.12.5.

⁹⁵ Anexo 1.

⁹⁶ Vide Adriaan Lanni, *Law and Justice in the Courts of Classical Athens*, Cambridge, Cambridge University Press, 2006, p. 5.

sociedade romana.⁹⁷ No entanto, como observa Adriaan Lanni, estes discursos não tinham obrigatoriamente de referir ou conter a legislação em vigor na época, sendo que alguns desses textos não possuem sequer qualquer referência a leis⁹⁸.

Os logógrafos podiam ter duas funções a si associadas: escrever o texto para ser apresentado em tribunal e/ou apresentá-lo. No entanto, esta última função não era algo que acontecesse de modo regular, pois o papel dos oradores era sobretudo o de escrever os discursos para outra pessoa, que dizia o texto/discurso escrito.

Os valores monetários associados à contratação de um escritor de discursos eram provavelmente avultados, não sendo acessíveis a qualquer pessoa, mas apenas a quem tivesse posses económicas.⁹⁹ Para que o logógrafo pudesse escrever o discurso, havia todo um percurso de investigação e consolidação do processo ao nível individual. Ou seja, era da responsabilidade do logógrafo a recolha de provas, de testemunhas, de análise legislativa, procedimentos judiciais e do histórico, não só do arguido como da vítima e dos círculos envolventes, além do preenchimento das lacunas factuais, caso existissem. A investigação surgia assim como essencial para a elaboração de um discurso, que devia ser composto em conformidade.¹⁰⁰

Deste modo, a elaboração de um discurso implicava uma elaboração retórica, conjugando a mentalidade dos juízes e as leis, como Maria José Martín relembra.¹⁰¹

A aptidão e a competência de um logógrafo incidiam também na habilidade para determinar os aspectos de um caso merecedores de mais atenção, na adaptação dos argumentos e na formatação coerente do discurso.¹⁰²

Apesar de a logografia ter sido alvo de intensa crítica, como lemos em Platão¹⁰³, que agia com hostilidade perante aqueles que faziam dinheiro com a litigação¹⁰⁴, a profissão

⁹⁷ Vide Stephen Usher, “Lysias and his Clients”, *The Attic Orators*, edited by Edwin Carawan, Oxford Readings in Classical Studies New York, Oxford University Press, 2007, p. 33.

⁹⁸ Vide Adriaan Lanni, *op. cit.*, p. 38.

⁹⁹ Aeschin. 2.165. Demóstenes foi pago para escrever o discurso de Fórmio. Aeschin. 3.173. Adriaan Lanni, *op.cit.*, p35; Marius Lavency, “The Written Plea of the Logographer”, *The Attic Orators*, edited by Edwin Carawan, Oxford Readings in Classical Studies New York, Oxford University Press, 2007, pp. 3-4.

¹⁰⁰ Vide Edwin Carawan, “The Speechwriter’s Art and The Imagined Community”, *The Attic Orators*, edited by Edwin Carawan, Oxford Readings in Classical Studies New York, Oxford University Press 2007, p. xiv.

¹⁰¹ Vide Maria José Martín Velasco “La Ley e el concepto de justicia en el discurso Contra Midias de Demóstenes”, *Iucundi acti labores: estudios en homenaje a Dulce Estefania Álvarez*, coord de Teresa Amado Rodríguez, Concepción Cabrillana Leal, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela, 2004, pp. 356-357.

¹⁰² Vide idem, *ibidem*, p. 6.

¹⁰³ Pl. *Prt.*316c-317a; Pl. *Ap.*19c-19e; Pl. *Sph.* 222c-224a.

¹⁰⁴Vide S. C. Humphreys, “Social Relations on Stage: Witnesses in Classical Athens” *History and Anthropology* 1, 1985, p. 204.

começou a ser procurada por arguidos vários, como uma tentativa de obter, mais facilmente, a indulgência em tribunal. Um discurso de defesa claro, agradável, ritmado, misturando o convencional com o invulgar, aumentava a probabilidade de absolvição.¹⁰⁵ Não esquecemos que os Gregos tinham especial apetência pela eufonia e pela euritmia.

O logógrafo não se cingia meramente à elaboração e entrega dos textos. Ele auxiliava também em todo o processo, ajudando o cliente a ensaiar o discurso para ser apresentado em tribunal e realizando correcções sempre que necessário.¹⁰⁶

Podemos presumir que a difusão deste ofício terá ocorrido de uma de duas formas: ou através de publicações ou de propaganda nos círculos familiares e de amizade dos oradores.¹⁰⁷

Os textos, naturalmente, tinham níveis diferentes de complexidade e distintos graus de dificuldade. O logógrafo utilizava as suas próprias palavras com a ênfase e a emoção específicas, mediante cada caso.

Aristóteles viu no logógrafo judicial o modelo da precisão oratória.¹⁰⁸ Tudo sugere que um logógrafo podia compor um discurso coerente, que permitisse a outros proclamá-lo. Este profissional tinha assim a obrigação de justificar a confiança e competência que o cliente depositava nele, entregando um discurso que expressasse o argumento da maneira mais eficaz para alcançar o êxito.¹⁰⁹

Os discursos dos oradores áticos corroboram a afirmação de que o texto dito podia ser composto antes da ida a tribunal. A defesa detinha, assim, a documentação específica e a argumentação que contribuía para a construção do seu caso.¹¹⁰

Edwards observa que não é coincidência que o início da teoria retórica tenha coincidido com os avanços democráticos, no século V a.C. As decisões judiciais e a democracia política já não estavam dependentes de um grupo restrito, como outrora, mas sim de todos os cidadãos.

¹⁰⁵ Arist. *Rhet.* 3.12.6.

¹⁰⁶ Vide George Kennedy, *op.cit.*, p. 128

¹⁰⁷ Vide Hans Julius Wolff, “Demosthenes as Advocate”, *The Attic Orators*, edited by Edwin Carawan, Oxford Readings in Classical Studies New York, Oxford University Press, 2007, p. 102.

¹⁰⁸ Arist. *Rhet.* 3.12.1413.

¹⁰⁹ Vide Marius Lavency, *op.cit.*, p. 15.

¹¹⁰ Vide idem, *ibidem*, p. 25. Vemos ocorrer esta situação em Lísias, com a utilização de detalhes pormenorizados. Lys. 1.9: *Now in the first place I must tell you, sirs for I am obliged to give you these particulars, my dwelling is on two floors, the upper being equal in space to the lower, with the women's quarters above and the men's below. When the child was born to us, its mother suckled it; and in order that, each time that it had to be washed, she might avoid the risk of descending by the stairs, I used to live above, and the women below.* Este excerto representa um pormenor específico, como a mudança de quartos, que ocorreu após o nascimento da criança; todos os discursos, que temos, de Iseu, têm pormenores, os quais só poderiam ter sido obtidos através de uma extensa investigação, como a *Herança de Pirro* (Is. 3), *Herança de Cleónimo* (Is.1) ou a *Herança de Aristarco* (Is. 10). Os oradores têm conhecimento de detalhes específicos, devido a uma investigação completa.

Assim sendo, a capacidade de interação e de persuasão, perante a assembleia ou os tribunais, tornava-se uma ferramenta muito útil, pois permitia a aprovação de medidas apresentadas (como ocorreu com Temístocles, por exemplo, que conseguiu persuadir a assembleia a desenvolver a capacidade naval da cidade).¹¹¹

A questão da autenticidade é outro problema inerente aos discursos dos oradores áticos. Não só no que diz respeito à autoria efectiva dos textos, como também relativamente à sua utilização ou não em tribunal. Há que ter em conta que os casos apresentados nos discursos podem não ter passado efectivamente pelo tribunal, mas não passarem de meros exercícios de ensinamento da arte retórica, por parte dos oradores áticos.

No que diz respeito às possibilidades da veracidade das ocorrências, consideraremos, ao longo desta análise, que os acontecimentos relatados e referidos nos textos utilizados eram um exemplo das situações de verosimilhança que podiam ocorrer na sociedade ateniense, no período em causa.¹¹² Um dos casos verosímeis é o que se relaciona com a fraude, que podemos observar no processo contra Atenógenes.¹¹³

Atenógenes era um egípcio¹¹⁴, que residia em Atenas e que tinha três negócios de perfumaria. Um desses negócios era gerido por um escravo chamado Midas e os dois filhos (note-se que o discurso foi escrito para Epícrates, um agricultor que terá sido vítima de fraude).

O agricultor fez uma oferta a Atenógenes por um dos jovens (a oferta inicial era comprar a liberdade de um dos três escravos). Porém Antígona¹¹⁵, que era amante do egípcio, convenceu Epícrates a comprar os três escravos¹¹⁶, por quarenta minas, em vez de pagar apenas a liberdade de um. Ao realizar a compra dos escravos, tornou-se responsável por qualquer dívida em nome destes. Não sabendo da situação económica da perfumaria, e sem dar importância aos pormenores incluídos no acordo, a “vítima” assinou o documento de compra e venda. Passados três meses, Epícrates descobriu que a perfumaria tinha uma dívida de cinco talentos¹¹⁷, verificando que tinha sido enganado e vítima de fraude, o que o levou a processar Atenógenes.

¹¹¹ Vide Michael Edwards, *op.cit.* p. 2.

¹¹² Vide Michael Edwards, *op.cit.*, pp. 2-3, pp. 71-72; Adriaan Lanni, *op.cit.*, pp. 5/80/147-148.

¹¹³ Vide *Minor Attic Orators*, vol. II, trad. J. O. Burt, M.A. Cambridge, Harvard University Press; London, William Heinemann Ltd, 1962, pp.426-428; Discurso escrito no século IV a.C, por Hiperides.

¹¹⁴ Hyp. 3. 3.

¹¹⁵ Hyp. 3.3: *Perhaps there is nothing very surprising, gentlemen of the jury, in my having been taken in like this by Antigone, a woman who was, I am told, the most gifted courtesan of her time and who has continued to practise as a procures.*

¹¹⁶ Hyp. 3. 23.

¹¹⁷ Hyp. 3. 19.

Se observarmos o relato e as evidências, concluímos que este processo terá sido conduzido de forma legal, que culminava no documento assinado por ambas as partes, compra (Epícrates) e venda (Atenógenes). O único problema terá sido a confiança que Epícrates depositou na personagem feminina, que o aconselhou, seduziu e encantou. Antígona persuadiu Epícrates, de modo que este agisse consoante os interesses do egípcio e, assim, comprar os escravos, bem como as dívidas associados aos indivíduos.

Em causa estava o crime de fraude. Este crime foi realizado de forma intencional, por Atenógenes, com o auxílio de Antígona, para não só conseguir deixar de ter dívidas, como também lucrar com a situação. Assim, através do delito conseguiu uma dupla concretização.

Como refere Michael Edwards, «os textos devem ser analisados com elevado cepticismo, mas não deixam de ser uma ferramenta essencial na análise da História Antiga».¹¹⁸

¹¹⁸ Vide Michael Edwards, *op. cit.*, pp. 72-73.

Capítulo 3

O Conceito de «Crime»

(século V a.C. e IV a.C.)

Public regulations in any case must clearly be established by law, and only good laws will produce good regulations. (Arist. EN.10.9.14)

For if they have a desire above the bare necessities of existence, they will transgress to cure this desire; and moreover not because of desire only, but in order that they may enjoy the pleasures that are not associated with pains. (Arist. Pol. 2. 1267a).

3.1 O Crime como manifestação do comportamento humano

Com o objectivo de identificar as várias formas de crime, bem como a sua manifestação nos textos do cânone, este capítulo surge como uma proposta de explicação conceptual de «crime», recorrendo para isso à interdisciplinaridade.

Do ponto de vista jurídico, o crime sempre foi considerado um acto ou tentativa de realização de um acto considerado pela lei como um mal comum e passível de punição pelo Estado.¹¹⁹ Na Atenas do século V e IV a.C., a punição associada à infracção variava, de acordo com o tipo de infracção ou crime, incluindo castigos como a morte, a prisão, multas ou o exílio.

O Direito explica-se assim também como arma de combate ao crime, cujo poder e concretização se manifesta através da Lei (*nomos*). O surgimento de uma lei regula e disciplina a vida de todas as pessoas¹²⁰. Assim, o sistema de normas ateniense, como o de qualquer comunidade organizada, era um regulador social, que mantinha a ordem.

¹¹⁹ Vide Elizabeth A. Martin, “Crime”, *Dictionary of Law*, New York, Oxford University Press, 1997, p.119; Maria Chaves de Mello, “Crime”, *Dicionário Jurídico, Law Dictionary*, Português- Inglês, Lisboa, Dinalivro, 2008, pp.134-135; J. Selosse, “Crime”, *Dicionário de Psicologia*, Ronald Doron e Françoise Parot, Lisboa, Climepsi Editores, 2001, p. 195.

¹²⁰ Arist. EN 10.9.9; Pl.Prt. 326 d-e: *Their sons begin school at the earliest age, and are freed from it at the latest. And when they are released from their schooling the city next compels them to learn the laws and live according to them as after a pattern, that their conduct may not be swayed by their own light fancies, but just as writing-masters first draw letters in faint outline with the pen for their less advanced pupils, and then give them the copy-book and make them write according to the guidance of their lines, so the city sketches out for them the laws devised by good lawgivers of yore, according to these. She punishes anyone who steps outside these borders, and this punishment among you and in many other cities, from the corrective purpose of prosecution, is called a Correction.*

Platão descreveu o crime como uma doença, algo que destrói as pessoas, as leis e por fim todo o Estado.¹²¹ Esta observação do filósofo vai ao encontro do estudo de Charles Mercier que, mais de dois mil anos depois, associa loucura a homicídio.¹²²

Os indivíduos que corrompiam o sistema natural e legal da sociedade eram, segundo Platão, que os descreve nas *Leis*, homens maliciosos em todos os aspectos.¹²³ Platão elaborou ainda a teoria de que um carácter não se altera, nem se alterará¹²⁴, já que a natureza medíocre que fazia parte dos criminosos impedia que realizassem algo que beneficiasse alguém ou uma cidade.¹²⁵ Estes homens maliciosos com uma natureza medíocre, ao incumprirem as leis da cidade, agiam de forma delituosa, corrompendo esse mesmo sistema que fazia parte da sociedade, e sendo assim os arguidos dos processos-crime.

Platão, n'as *Leis*, referia ainda que eram três as causas determinantes para os actos cometidos pelos homens: *thymos* (a força irracional; a violência), *hedone* (o prazer) e *agnoia* (a ignorância).¹²⁶ O domínio da paixão, i.e. do medo, do prazer, da dor, da inveja e do desejo, regulava a alma do ser humano, apontando então para um acto involuntário, uma vez que estes sentimentos estavam intrinsecamente ligados ao Homem. Porém, acreditava-se que estas emoções conduziam a actos involuntários que, por sua vez, entrariam em conflito com a lei. Por conseguinte, a emoção, seja ela qual for, está na base da realização do crime.

N'as *Leis* é ainda referido que ninguém comete um mal voluntariamente, pois parte-se do pressuposto de que as causas que provocam essas acções perversas são involuntárias,

¹²¹ Pl. *Cri.* 50 a-b.; Pauley, Matthew A. (1994) "The Jurisprudence of Crime and Punishment from Plato to Hegel," *American Journal of Jurisprudence*: Vol. 39: Iss. 1, Article 6, p. 101. Available at: <http://scholarship.law.nd.edu/ajj/vol39/iss1/6>; Pl. *Grg.* 480b: *Soc: But if he is guilty of wrongdoing, either himself or anyone else he may care for, he must go of his own freewill where he may soonest pay the penalty, to the judge as if to his doctor, with the earnest intent that the disease of his injustice shall not become chronic and cause a deep incurable ulcer in his soul*; Pl. *Lg.* 9. 854 b: *So, for the sake of these gentlemen, no very gentle law shall be stated first concerning temple robbery, in case anyone dares to commit this crime. That a rightly nurtured citizen should be infected with this disease is a thing that we should neither desire or expect;... precaution against the general infirmity of human nature, I will state the law about temple-robbing, and all other crimes of a like kind are hard, if not impossible, to cure...by easy of argument and admonition one might address in the following terms the man whom an evil desire urges by day and wakes up at night, driving him to rob some sacred object- my good man, the evil force that now moves you and prompts you to go temple-robbing is neither human origin nor of divine, but it is some impulse bred of old men from ancient wrongs unexpiated, which courses round wreaking ruin; and it you must guard against with all your strength.*

¹²² Vide Charles Mercier, *Crime and Insanity*, London, Williams and Norgate, 1913.

¹²³ Pl. *Lg.* 9.860d-e: *The unjust man is, indeed, bad, but the bad man is unwillingly bad. But it is illogical to suppose that a willing deed is done unwillingly; therefore he that commits an unjust act does so unwillingly in the opinion of him who assumes that injustice is involuntary- a conclusion which I also must now allow; for I agree that all men do unjust acts unwillingly; so since I hold this view – and do not share the opinion of those who, through contentiousness or arrogance, assert that, while there are some who are unjust willingly.*

¹²⁴ Pl. *R.* 6.492e.

¹²⁵ Pl. *R.* 6.495b.

¹²⁶ Pl. *Lg.* 863a

actuando na alma humana e levando o indivíduo a agir em sentido contrário à sua própria inclinação.

Platão verifica ainda que os grandes crimes e a maldade imoderada podem surgir até mesmo das almas mais bem dotadas, caso deparem com uma má educação, tornando-se corruptas. O filósofo acredita assim que os criminosos não se originam apenas numa natureza medíocre, mas também numa natureza pervertida pela educação.¹²⁷

As motivações para cometer um crime podem ter diferentes origens como verificámos. Estas origens juntamente com os antecedentes educacionais, os processos de interacção e a natureza do carácter constroem, segundo a perspectiva platónica, o sujeito normativo ou o sujeito desviante.¹²⁸

Os Gregos viam a experiência da paixão, como aquilo que estava na base de um acto involuntário, algo misterioso e ameaçador. Aristóteles definiu a paixão como o que movia o indivíduo para determinada atitude, como os apetites, a cólera, o medo, a audácia, a inveja a alegria, a amizade, o ódio, o desejo e os sentimentos que eram acompanhados de prazer ou de dor.¹²⁹ As paixões eram consideradas como o que conduz o ser humano a tomar determinada decisão. Por conseguinte, podemos concluir que as paixões de um homem, motivadas por múltiplas razões, estavam na raiz destes comportamentos.

Por outro lado, as várias formas de poder influenciavam de modos diferentes a acção de cometer um crime. Desde o poder coercivo, que envolvia a aplicação ou ameaça de sanções físicas; o poder remunerativo, que se manifestava no controlo sobre os incentivos e as recompensas; e o poder normativo, que derivava da estima ou do prestígio da pessoa.¹³⁰

¹²⁷ Pl. R.6.491e/ 492 a.

¹²⁸ Vide Jorge Vala, *Psicologia Social*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1993, p. 261. Arist. EN. 10.9.8-10.

¹²⁹ Arist. EN 1105 b 22-24. Aristóteles comparava um homem apaixonado a um homem a dormir, insano ou alcoolizado. A. N. Whitehead, "Rationalism and Reaction in the Classical Age", E. Dodds, *op.cit.* p. 185

¹³⁰ Vide Amitai Etzioni, *Organizações Modernas*, São Paulo, Pioneira Editora, 1984 *apud* João Abreu de Faria Bilhim, *Teoria Organizacional. Estruturas e Pessoas*, p. 212; Pl. Lg. 9.854c-e; 855a: *As we chant this prelude to those who purpose all these unholy deeds, destructive of civic life, the law itself we must leave unvoiced for him who disobeys we must suffer the law, following on the prelude, to utter aloud this chant: "Whosoever is caught robbing a temple, if he be a foreigner or a slave, his curse shall be branded on his forehead and on his hands, and he shall be scourged with so many stripes as the judges decree, and he shall be cast out naked beyond the borders of the country; for after paying this penalty, he might perchance be disciplined into a better life. For no penalty that is legally imposed aims at evil, but it effects, as a rule, one or other of two results, - it makes the person who suffers it either better or less bad. But if any citizen is ever convicted of such an act, -that is, of committing some great and infamous wrong against gods, parents or State- the judge shall regard him as already incurable, reckoning that, in spite of all the training and nurture he has had from infancy, he has not refrained from the worst iniquity. For him the penalty is death, the least of evils; and moreover, by serving as an example, he will benefit others, when himself disgraced and removed from sight beyond the borders of the country; but*

Segundo L. Lagache, o crime possui três características: agressividade, violação dos valores comuns de um grupo e a rejeição do acto por parte do seu autor.¹³¹ Podemos concluir que o crime é assim algo que corrompe todo o sistema que impõe uma regra, podendo ser um comportamento realizado tanto de forma consciente como de forma inconsciente, sob a forma de uma doença, que não é uma essência contra a natureza. Ela é a própria natureza, mas num processo invertido, conservando assim o perfil singular do indivíduo a que pertence.¹³²

A aquisição de bens, pessoais ou estatais, através de actos criminosos é uma acção comum ao longo da História. Bem como a realização de crimes de sangue, por exemplo, que marcaram a passagem de diferentes fases políticas da História Antiga. Mas centremo-nos num episódio ocorrido em Atenas, no século VI a.C.: o fim da tirania, em Atenas, que foi marcado pelo assassinio de Hiparco, filho de Pisístrato, às mãos de Harmódio e Aristogíton.¹³³ Um crime de sangue pela democracia, mas que escondia o factor passional e sentimento de raiva e frustração. Apesar desse lado disfarçado, Harmódio e Aristogíton, tornaram-se heróis do êxito da democracia.

Como temos vindo a explicar, o crime, tal como o reconhecemos nos discursos dos oradores áticos, podia tomar múltiplas formas. Desta forma, nos capítulos seguintes iremos aprofundar as características de cada tipo de crime, a saber: crime sexual, crime religioso, crime económico, crime político e crime de sangue.¹³⁴

Contudo, antes de aprofundarmos este tema em concreto, é fundamental esclarecer que do mesmo modo que podiam ser individuais, os crimes também podiam ser colectivos. Ora, o crime individual atingia apenas um ou mais indivíduos por motivos pessoais, enquanto o crime colectivo afectava de forma directa toda a comunidade, como um desvio de valores do tesouro ou subornos. Assim, o crime era encarado como um comportamento desviante, que prejudicava o ser humano e as suas relações com os outros.

his children and family, if they shun their father's ways, shall be honoured, and honourable mention shall be made of them, seeing that they have done well and bravely in leaving the ways of vice for those of virtue.

Pl. Lg. 9.854e: *But if any citizen is ever convicted of such an act – that is, of committing some great and infamous wrong against gods, parents or State- the judge shall regard him as already incurable, reckoning that, in spite of all the training and nurture he has had from infancy, he has not refrained from the worst iniquity. For him the penalty is death, the least of evils; and, moreover, by serving as an example, he will benefit others, when himself disgraced and removed from sight beyond the borders of the country;* João Abreu de Faria *op.cit*, pp. 217/238.

¹³¹ Vide J. Seloosse, *op.cit*.

¹³² Vide Michael Foucault, *Doença Mental e Psicologia*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1968, p. 26.

¹³³ Arist. *Ath. Pol.* 18.

¹³⁴ Vide *infra* capítulos 4-7.

3.2 Norma e Desvio na Grécia Clássica

Wounds, just like murders, must be classed under several heads, the involuntary, those done in passion, those done in fear, and all those that are voluntary and deliberate. Concerning all such cases we must make a prefatory pronouncement to this effect: -It is really necessary for men to make themselves laws and live according to laws, or else to differ not at all from the most savage and beasts. (Pl. Lg. 9.874e)

O crime é um conceito intrínseco à sociedade e que se manifesta a partir de comportamentos que se encontravam à parte. Assim, torna-se fundamental abordar os conceitos de norma e de desvio.

3.2.1 O que é a norma?

A sociedade vive segundo parâmetros que regulam os comportamentos dos seres humanos, definindo o certo, o errado, o aceitável e o imoral. As condutas que o ser humano detém e o modo como agem os indivíduos estão inseridos na superestrutura que enquadra e classifica um determinado acto como norma ou como desvio.¹³⁵

A definição das regras que regulam a vida dos seres humanos era o poder.¹³⁶ João Abreu cita French e Raven, que identificaram cinco bases para a manifestação do poder: o poder da recompensa, o poder coercivo, o poder legítimo, o poder de referência e o poder de perito.¹³⁷ Esse poder estabelece, assim, as condições estruturais a serem seguidas, seja de forma directa ou indirecta.

A norma regula as atitudes e as acções dos indivíduos, tanto entre si, como entre os elementos da comunidade, mantendo a coexistência pacífica. Com a instituição de modelos comportamentais, seja de forma jurídica seja com base na tradição, as acções são reguladas pela estrutura normativa formal da comunidade.¹³⁸ O poder dos valores fortalece cultura e as regras normativas, que imperam no quotidiano da cada indivíduo, bem como no seu modo de agir, no seu modo de pensar¹³⁹ e no seu modo de julgar, perante cada situação.

A estrutura normativa permite a vivência de seres individuais como um grupo coeso perante os padrões sociais. Isso acontecia nas cidades gregas. Os que cumpriam as leis morais

¹³⁵ Vide Charles Mercier, *op.cit.* pp.16-17.

¹³⁶ Vide João Abreu de Faria, *op.cit.* p. 213.

¹³⁷ Vide John French; Bertram Raven, *Studies in Social Power*. In Henry Tosi e W. Hammer – *Organizational Behavior and Management*. Chicago: St Clair Press, 1977, pp.442-456.

¹³⁸ Vide José Manuel Pires, *O Crime no Feminino. Trajectórias Deliquenciais de Mulheres*, Coimbra, Almedina, 2007, p.17.

¹³⁹ Vide idem, *ibidem*.

e legais inseriam-se neste contexto. Já aqueles que divergiam dessa estrutura tornavam-se naturalmente marginais, aquém da sociedade, com comportamentos caracterizados como desviantes.

3.2.2 O que é o desvio?

Um desvio não é mais do que uma acção não enquadrável na estrutura que regula os aspectos sociais, políticos e legais, não excluindo um crime. Um modo de vida alternativo, um vestuário diferente ou até comportamentos promíscuos não são crimes, mas comportamentos desviantes. Quer isto dizer, que tanto podiam ser individuais como colectivos.

Na verdade, quando nos referimos a comportamentos desviantes somos automaticamente conduzidos a pensar num erro, em indivíduos que cometiam delitos, que se encontravam à margem da sociedade, criminosos violentos. Como Anthony Giddens refere “pessoas que não se encaixavam naquilo que era definido como padrões normais”.¹⁴⁰

3.2.3 Se um crime era um desvio e um crime era um delito (uma violação de lei), então o desvio era um delito?

A afirmação acima é uma falácia. Em que sentido? Um desvio¹⁴¹ é um comportamento que não se encontra nas regras de uma comunidade organizada. Um modo de vida alternativo, um vestuário diferente ou até comportamentos promíscuos não são crimes, mas comportamentos desviantes. Quer isto dizer, que tanto podiam ser individuais como colectivos.

Tendo em conta que um desvio não é obrigatoriamente um crime, então qual a sua importância? O desvio pode ser positivo ou, como Durkheim refere, necessário, devido à sua função adaptativa e à manutenção dos limites da sociedade.¹⁴²

A evolução do ser humano não se encontra apenas associada a processos meramente biológicos, alimentada pela arquitectura mental como fenómeno evolutivo¹⁴³, mas também a factores culturais e morais. Na Antiguidade Clássica, o papel da mulher como ser dominante ou com um papel partilhado, relativamente ao sexo masculino, era considerado uma aberração,

¹⁴⁰ Vide Anthony Giddens, *op. cit.*, p. 204.

¹⁴¹ Maurice Cusson agrupou o desvio, da sociedade contemporânea, em sete categorias¹⁴¹: crimes e delitos, suicídio, abuso de drogas, transgressões sexuais, desvios religiosos, doenças mentais e deficiências físicas. Vide Maurice Cusson, “Desvio”, *Tratado de Sociologia*, 1995 *apud* José Manuel Pires Leal, *Crime no Feminino*, p. 23.

¹⁴² Vide *idem*, *ibidem*, p.210.

¹⁴³ Vide Merlin Donald, *Origens do Pensamento Moderno*, prefácio de Daniel Serrão, tradução de Carlos de Jesus, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1999, p. 15.

uma disfunção social. A participação feminina, em grande parte da linha cronológica, nunca foi reconhecida. Contudo, vemos na actualidade o incremento desse papel. Assim, o que foi considerado como desvio durante séculos, tornou-se um denominador integrante inserido na sociedade. Dito isto, podemos afirmar que a evolução do ser humano e da mentalidade ocorre, em alguns casos, o desvio.

3.2.3 Quem definia o que era considerado comportamento desviante?

O poder sempre definiu o que é um desvio, a norma e o ideal comum. Os contextos sociais¹⁴⁴ determinam o comportamento a seguir e o que não se inseria nos modelos comportamentais. A mentalidade humana altera-se à medida que novos ideais vão sendo introduzidos. Assim sendo, aqueles com o poder da palavra, do dinheiro ou influência têm um papel de liderança, através do poder, na formação de uma nova ideia ou no fortalecimento de um modelo comportamental já existente.

As hipóteses relativas ao contexto cultural em que o desvio ocorre são diversificadas. Em destaque temos três teorias, em relação ao comportamento desviante: a teoria funcionalista, a teoria da rotulagem e a teoria do conflito social. A primeira visualiza o desvio como a ausência da regulamentação moral da sociedade; a segunda parte da ideia de que nenhum acto é criminoso ou normal e a terceira analisa o crime associado à estrutura da sociedade, aos interesses dos grupos sociais e à manutenção do poder.

O desvio é uma acção comportamental, que não se enquadra no contrato existente na comunidade humana. Apesar dos comportamentos desviantes serem caracterizados com um estatuto depreciativo, é necessário salientar, que em alguns casos, o que se considera norma social já foi um desvio.

3.3 Norma e desvio na Grécia dos séculos V e IV a. C.

Com os conceitos de norma e de desvio pré-estabelecidos na sociedade, será possível chegar a uma conclusão sobre comportamentos desviantes no mundo grego?

Há três formas de comportamento incorrecto: a impiedade, a avidez e a insolência. A impiedade consiste em ter um mau procedimento para com os deuses e génios divinos, para com os mortos, os pais e a pátria; a avidez consiste em desrespeitar os contratos, tomando em disputa o que é contrário ao merecimento; a insolência consiste na conduta que leva a

¹⁴⁴ Vide Anthony Giddens, *op.cit.* p. 241.

*buscar o próprio prazer à custa da desgraça alheia (...) é portanto característico do comportamento incorrecto desrespeitar os costumes e preceitos ancestrais, desobedecer às leis e aos governantes, enganar, cometer perjúrio, desrespeitar os acordos e as garantias dadas.*¹⁴⁵

O excerto supracitado reflecte a impiedade, avidez e insolência, como acções desviantes, eram crimes e atentados contra os acordos sociais. O delito era assim uma forma de desobedecer aos preceitos ancestrais, manifestado através de atitudes incorrectas, como vemos com a *asebeia*. A aplicação legal do termo *asebeia* era bastante extensa, e incluía vários delitos, como a profanação de mistérios, a realização imprópria de sacrifícios, a violação de proibições rituais ou até mesmo mutilação de objectos sagrados.¹⁴⁶ Estes casos eram crimes colectivos e graves¹⁴⁷, pois afrontavam não só a legislação ateniense, como os costumes. A religião surgia como um modelo comportamental a seguir, um código básico, como afirma Walter Burkert.¹⁴⁸

*(...) in the private life of the family many trivial things are apt to be done which escape general notice,—things which are the result of individual feelings of pain, pleasure, or desire, and which contravene the instructions of the lawgiver; and these will produce in the citizens a multiplicity of contradictory tendencies. This is bad for a State. For while, on the one hand, it is improper and undignified to impose penalties on these practices by law, because of their triviality and the frequency of their occurrence, on the other hand, it detracts from the authority of the law which stands written when men grow used to breaking the law in trivial matters repeatedly.*¹⁴⁹

¹⁴⁵ Vide Delfim Leão, *A Globalização no Mundo Antigo: do “polites” ao “kosmopolites”*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012, p. 133. Arist. VV. 1251/30-1251b2.

¹⁴⁶ Vide Delfim Leão, *op.cit.*, p. 134. Vide *infra* capítulo VII.

¹⁴⁷ Vide capítulo VI.

¹⁴⁸ Vide *idem*, *ibidem*, p. 476.

¹⁴⁹ Pl. *Lg.* 788a-788b. Algo que é semelhante em Aristóteles (Arist. *Rhet.* 2.1 1378 a 21-2), como Stephen Leighton refere em “Passions and Persuasion”, *A companion to Aristotle*, edited by Georgios Anagnostopoulos, Chichester, Wiley-Blackwell, 2009, p. 598.

São múltiplas as razões que conduzem a comportamentos desviantes. Estes, por sua vez, conduzem a tendências delinquentes, que entram em conflito com a lei.

Os contextos sociais determinam o desvio e a norma, não são imutáveis e podem sofrer alterações, consoante a geografia e a cronologia. Na Atenas dos séculos V e IV a.C., tal como na nossa época, ocorreram comportamentos, actualmente considerados desviantes, que na altura não eram reconhecidos da mesma forma.

Vejamos três exemplos, referentes a comportamentos desviantes:

1.O núcleo familiar: uma família grega deveria ser primordialmente de carácter patriarcal e não matriarcal. O elemento do sexo masculino era suposto ser o chefe da família. Caso não o fosse, este seria um desvio da norma que regulava a vivência e o cumprimento do quotidiano. Mas não seria um crime; seria apenas um desvio¹⁵⁰, uma situação anómala na estrutural social.

2. Na Atenas clássica, a mulher não tinha participação na vida política ou nas decisões importantes que se enquadravam na *polis*, com excepção dos assuntos de índole religiosa. Assim, o estatuto social da mulher era adquirido ou pela família ou com o casamento. As mulheres que não eram casadas eram conhecidas pelo seu nome. Nomeamos dois momentos em que isto podia acontecer: ou quando tinham independência económica¹⁵¹ ou quando eram mulheres com actividades duvidosas, como a prostituição. Conhecer uma mulher pelo seu nome tornava-se, assim, um parâmetro de desvio, pois não era um crime mas sim uma situação atípica e que não tinha uma conotação positiva.

3. O comportamento adúltero não é, actualmente, um crime, nem é base justificativa para homicídio. Mas, na Atenas do século V a.C. era considerado um dos piores crimes possíveis, uma vez que interferia com a comunidade e a descendência ateniense pura.

Por um lado, o primeiro e segundo exemplo referem-se a desvios como acções não enquadráveis no padrão social, mas não são crimes. Por outro lado, o terceiro exemplo, para além de ser um desvio era também um crime.

¹⁵⁰ Não é só pela lei que se podem aferir situações desviantes. Vemos o mesmo ocorrer na alimentação, por exemplo, como Plutarco indica, ao abordar a luta contra os excessos que se cometem em nome do consumo de carne. Segundo Plutarco, a carne condicionava o pensamento e o modo de agir, conduzindo a más decisões (Carmen Soares, “Transgressões gastronómicas: sobre o *consumo de Carne* em Plutarco”, *Norma e Transgressão II*, Carmen Soares, Maria do Céu Fialho, Maria Consuelo Alvarez Morán, Rosa Maria Iglesias Montiel (coord.), Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2011, p. 109).

¹⁵¹ Vide Ana Lúcia Curado, *op.cit.*, p. 288.

A *norma*, na Atenas da época clássica, era marcada por uma forte componente de religião em junção com a perenidade dos valores antigos, que marcavam a sociedade grega.¹⁵²

Assim, podemos observar que a religião grega se encontrava intimamente relacionada com a comunidade e é possível verificarmos que as diferentes cidades-estado partilhavam os mesmos valores em termos de cumprimento social.¹⁵³

O desrespeito pelas regras dos ritos religiosos, além de ser um desvio era um crime, como a profanação da estátua de Hermes e a celebração dos Mistérios numa residência privada (And. 1)¹⁵⁴. A religião grega era uma religião da *polis*, uma religião pública.¹⁵⁵ Assim, a vandalização de bens religiosos públicos e a realização de cerimónias secretas suscitaram a necessidade de uma punição que servisse de exemplo, para que mais ninguém irritasse os Deuses.¹⁵⁶ Deste modo, a religião era uma construção do Homem¹⁵⁷, que se viu no centro de uma convergência religiosa e política assente para o bem comum.

Apesar da norma e da lei estarem vinculadas, naturalmente que existiam códigos e regras a seguir que não estavam escritas. Tal situação ocorre tanto nas sociedades actuais como sucedia nas antigas, mesmo de forma inconsciente. As tragédias eram ensinamentos que fortaleciam a educação popular e contribuía a transmissão de valores comportamentais. Na Grécia clássica, o teatro constituía uma poderosa arma diplomática¹⁵⁸, e como tal podia formatar e alterar opiniões e mentalidades, conduzindo o cidadão para o patamar ideológico desejado pelos líderes da cidade.

O significado e importância dos actos em proveito das respectivas *poleis* conduziram à disseminação das tradições. A capacidade de iniciar mudanças e de transformar as sociedades apareceram sob formas subtis¹⁵⁹, que se tornaram modelos para toda a comunidade. Estas

¹⁵² Vide Walter Burkert, *Religião Grega na época clássica e arcaica*, tradução M. J. Simões Loureiro, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1993, p. 35.

¹⁵³ Vide Delfim F. Leão, *A Globalização no Mundo Antigo: do “polites” ao “kosmopolites”*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012, p. 131.

¹⁵⁴ Vide Capítulo VI.

¹⁵⁵ Vide Walter Burkert, *op. cit.*, p. 527.

¹⁵⁶ Pl. *Lg.* 9.854d-855a: *Whosoever is caught robing a temple, if he be a foreigner or a slave, his curse shall be branded on his forehead and on his hands, and he shall be scourged with so many stripes as the judges decree, and he shall be cast out naked beyond the borders of the country; for after paying this penalty, he might perchance be disciplined into a better life (...) But if any citizen is ever convicted of such an act, - that is, of committing some great and infamous wrong against gods, parents or State-the judge shall regard him as already incurable, reckoning that, in spite of all the training and nurture he has had from infancy, he has not refrained from the worst iniquity. For him the penalty is death, the least of evils; and, moreover, by serving as an example, he will benefit others, when himself disgraced and removed from sight beyond the borders of the country.*

¹⁵⁷ Vide Emily Kearns, *Ancient Greek Religion: a Sourcebook*, Chichester, Wiley-Blackwell, 2010, p. 36.

¹⁵⁸ Vide Delfim Leão, “O horizonte legal da Oresteia”, *Humanitas* 57, 2005, p. 4.

¹⁵⁹ Vide Mark Beck, *op.cit.*, p. 35.

podem ser, não só contraditórias e erradas, como também evolucionistas, já que a capacidade para o desenvolvimento de novas ideias e conceitos provinha de atentados ao modelo que se encontrava estabelecido na conformidade legislativa e social.

A marca da estabilidade, da igualdade e da democracia entre cidadãos era o que distinguia a sociedade ateniense clássica de tantas outras. A relação entre o comportamento desviante do réu, no passado e no seu estilo vida, e as suas relações e acções futuras¹⁶⁰ encontrava-se em julgamento uma vez que o indivíduo e os seus associados poderiam comprometer a cidade e atentar contra a estabilidade e os alicerces da democracia. Apesar de o desvio aparecer sob várias formas, uma das mais graves era o crime, pois este vai contra o direito de outro cidadão e o bem comum.

3.3.1 A Norma e o Desvio nos Discursos dos Oradores

Os textos dos dez oradores áticos não são meros escritos que mostram apenas o funcionamento do meio jurídico dos séculos V e IV a.C, em Atenas. Eles contêm dados e informações importantes no conhecimento do quotidiano e do comportamento humano.

O discurso *Contra Simão: Defesa*,¹⁶¹ da autoria de Lísias, é um exemplo adequado, para compreendermos um comportamento desviante. Trata-se de um caso de partilha passional de um jovem por dois homens.¹⁶²

Os três indivíduos que fazem parte da situação são Teódoto, Simão (o acusador) e o arguido (que no discurso não se encontra identificado). Eis uma breve síntese do sucedido: Teódoto, um jovem de Plateias, mantinha uma relação com Simão e com o arguido. Porém, o homem escolhido pelo jovem para continuar a ter uma ligação amorosa foi o arguido, o que deixou Simão aborrecido.¹⁶³

Simão decidiu recuperar Teódoto, recorrendo à violência, agrediu o jovem arrastou-o da casa do “companheiro” e realizou sucessivos golpes como testemunhas o corroboraram. Perante esta situação, o arguido defendeu o jovem de Plateias.

A violência utilizada pelo acusador tinha como objectivo a recuperação do jovem amante, já que teria dado a quantia de 300 dracmas, para o ter.¹⁶⁴ Aqui estava presente não só

¹⁶⁰ Vide S. C. Humphreys, *op.cit.*, p.200.

¹⁶¹ Podemos inserir este discurso a partir de 338 a.C., pois é referida a atitude negativa de Simão na expedição militar de Queroneia, em que foi banido. Lys. 3.45.

¹⁶² Lys. 3.4-5.

¹⁶³ Lys. 3.6; Lys. 3.31

¹⁶⁴ Lys. 3. 22

a questão da agressão, como da prostituição (apesar de não ser um factor implícito). O sucedido fez com que Simão acusasse o “defensor” de Teódoto, por agressão com intenção de matar.¹⁶⁵

Uma conduta pouco cívica, bem como escandalosa, não favorecia o caso. A prostituição (tendo em conta os 300 dracmas referidos) não era oficialmente proibida, porém, a conotação social a ela associada era verdadeiramente negativa.¹⁶⁶ Além disso, a penalização prevista para o prostituto era bastante dura e correspondia à perda de capacidade de exercer os seus direitos de cidadania, *atimia*.

Como Delfim Leão sugere, “a prostituição masculina era punida de forma tão dura, do ponto de vista legal, pois ao vender o seu corpo, o individuo falhava os imperativos sociais. A degradação era voluntária e facultada em troca de um pagamento, então a pessoa não podia servir a polis com a honorabilidade exigível a um cidadão de bons princípios”.¹⁶⁷

O crime de agressão, aqui em causa, ocorreu devido à rejeição de que Simão foi alvo, o que despoletou ciúmes e necessidade de vingança. Deste modo, o arguido não agiu com premeditação, mas apenas em defesa do jovem Teódoto.

O discurso *Contra Mídias*, escrito por Demóstenes, em c. 348 a.C.¹⁶⁸ também nos transmite um exemplo de comportamento desviante. O discurso decorreu do seguinte acontecimento: no Festival das Grandes Dionisíacas, Mídias agrediu Demóstenes, desrespeitando a altura sagrada. Após o final do evento religioso, Demóstenes apresentou a queixa, posteriormente ao evento. O desvio aqui presente é relativo à organização dos bens de Mídias. Ora, Mídias era um ateniense rico, com cinquenta anos e influência política, que preferia utilizar a sua riqueza para ostentação privada em vez de a pôr ao serviço público. Esta preferência não era um crime, mas sim um comportamento que não era bem visto.¹⁶⁹

¹⁶⁵ Lys. 3.18-28. Caso o réu fosse condenado a pena estipulada era ser banido e a confiscação de bens e propriedades.

¹⁶⁶ Vide Delfim Leão, “O Sexo e a Cidade: um caso de prostituição masculina (Ésquines, *Contra Timarco*)”, *A Sexualidade no Mundo Antigo*, coord. Nuno Simões Rodrigues, Maria do Céu Fialho, José Augusto Ramos, Coimbra, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos de Coimbra, 2009, p. 300; Aesch. 1.21 : *If any Athenian shall have prostituted his person, he shall not be permitted to become one of the nine archons, nor to discharge the office of priest, nor to act as an advocate for the state, nor shall he hold any office whatsoever, at home or abroad, whether filled by lot or by election; he shall not be sent as a herald; he shall not take part in debate, nor be present at the public sacrifices; when the citizens are wearing garlands, he shall wear none; and he shall not enter within the limits of the place that has been purified for the assembling of the people. If any man who has been convicted of prostitution act contrary to these prohibitions, he shall be put to death.*

¹⁶⁷ Vide Delfim Leão, *op.cit.*, p. 302.

¹⁶⁸ Vide *Demosthenes*, Vol. III, with an English translation by J. H. Vince, London, William Heinemann Ltd, 1954, p. 3.

¹⁶⁹ D. 21.1.

No vigésimo quinto discurso de Demóstenes, *Contra Aristogítón*, temos um orador de má reputação, que está a ser acusado de dever dinheiro ao tesouro (o pai de Aristogítón devia ao estado quantias monetárias e após o seu falecimento, foram passadas para o filho) estando registado na Acrópole¹⁷⁰. As acções de Aristogítón integram o desvio: abandonou o pai na prisão, recusou enterrar o progenitor ou pagar as despesas a quem o fez, e exerceu violência para com a sua mãe.¹⁷¹ O arguido estende a sua má influência a todas as classes¹⁷², o que poderia corromper a norma do quotidiano dos cidadãos.

Os três discursos anteriores (*Contra Simão*, *Contra Mídias* e *Contra Aristogítón*) foram exemplos que continham comportamentos desviantes na norma ateniense, do século V e IV a.C. A partilha do jovem Teódoto com dois homens, a utilização da riqueza para ostentação e o desrespeito pela família e cidade são três exemplos de atitudes desviantes, mas que não são crimes. Porém, é curioso verificarmos que estes três comportamentos foram referidos nos discursos, para provar cada crime respectivo: agressão, não prestar serviço público e ser devedor do estado.

O cumprimento da norma surge dos modelos implementados em junção da legislação. A lei tinha uma função expressiva na sociedade ateniense. Como tal, cumprir a lei deveria ser a norma e atentar contra a mesma seria um crime. Caso a comunidade tivesse conhecimento de um comportamento que se enquadrasse na categoria de «crime» e não o denunciasses ou exibisses, seria ele apenas um comportamento desviante ou seria efectivamente um crime? Isto é, seria a sanção necessária para a validação do crime como tal? Podia um crime ser perdoado pela comunidade e, caso o arguido fosse considerado inocente, e entendido como um mero desvio? Um desvio não necessitaria de ser perdoado, mantendo-se portanto na normalidade e à margem da sociedade, ficando apenas sujeito a crítica, como acontece com os relacionamentos de Teódoto.

O desvio ocorre por múltiplas razões e factores, tendo como base não só as características individuais e externas, mas também internas, como traumas. Esta afirmação vai de encontro ao comportamento de Aristogítón e do modo como agiu perante os seus familiares, com desprezo perante o pai e violência para com a mãe.

Os oradores áticos iniciaram a logografia e revolucionaram o mundo judicial grego com novos métodos de argumentação. O logógrafo, ao defender um arguido acusado de um crime

¹⁷⁰ D. 25.4

¹⁷¹ D. 25.54-55.

¹⁷² D. 25.101.

público ou privado, tentava inserir o acto tido como desviante, na norma, de modo a mitigar uma possível sanção.

Um grupo de dez oradores, com características e percursos distintos que juntos se completavam, fosse em termos de particularidades estilísticas ou de área de litigação (e.g. económico, político, forense). Naturalmente que esta afirmação é posterior e podemos realizar nos dias de hoje, tendo em conta o conjunto textual do *corpus* a que temos acesso. Porém, na altura de exercer de cada orador, não existia esta ideia coeva.¹⁷³

Tendo em conta os exemplos supracitados, a norma e o desvio não eram dois conceitos apenas presentes nas sociedades antigas, como a ateniense dos séculos V e IV a.C. Ao longo da História, são múltiplos os casos em que o desvio contribuiu para a estabilização social, política e ideológica. Entre eles, temos a Revolução Francesa, por exemplo, em 1789-1799. Nesse caso, temos uma monarquia absolutista que foi derrubada sob a bandeira dos princípios de igualdade, liberdade e fraternidade. Esses mesmos princípios, antes da revolução em França, davam corpo, parece-nos, a um pensamento desviante, o qual se afastava da norma definida pelo sistema monárquico absolutista e aristocrático próprio do *Ancien Régime*. Contudo, perante a mudança social e política, assistimos à integração de um modelo desviante no sistema e que acaba por se transformar na norma.

Percebemos então que vários modelos governativos inovadores surgiram como ideias desviantes ao instituído e implementado, como terá acontecido com a democracia ateniense. Numa situação em que a tirania era a forma de governo em vigor, com Hípias¹⁷⁴ a governar (após a morte do pai, Pisístrato) em 527 a.C., a ideia de uma cidadania alargada e do poder absoluto da *ekklesia* era impossível.

Contudo, existem dois momentos que marcam a democracia ateniense:

- A reforma Clisteniana em 507 a.C., proposta pelo arconte Clístenes, que tinha o objectivo de alargar o corpo de cidadãos. Assim, todo o ateniense, filho de pai

¹⁷³ O cânone dos dez foi compilado por Aristarco de Samotracia (216 a.C. - 144 a. C) e Aristófanes de Bizâncio (c. 257 a.C. – 180 a.C.). Ora o último dos oradores, Dinarco, faleceu em c. 291 a.C., revelando assim que esta união e noção de áreas especializadas surgiu apenas após o desaparecimento dos oradores.

¹⁷⁴ O governo de Pisístrato foi positivo, ao nível do reforço do campesinato em Atenas. Pisístrato morreu em 527 a.C. e deixou uma polis pacificada em termos internos. Não deixaram de haver tiranos, pois foi sucedido pelo filho Hípias. A queda da tirania teve dois momentos importantes: em 514 a.C, com o homicídio de Hiparco, como verificarmos anteriormente; em 511 a.C., quando os espartanos liderados pelo rei Cleomenes, avançaram contra Atenas e expulsaram Hípias. Após estes acontecimentos, Hípias foge de Atenas e refugia-se junto dos persas.

ateniense e cujo casamento era válido, ganhava a cidadania. Mediante esta situação, foi necessário a reorganização social, através das tribos (os cidadãos estavam divididos em trinta *tritias* e dez tribos; cada tribo tinha 3 *tritias*, mediante a localização geográfica: cidade, litoral e interior). Estas reformas procuraram reorganizar o conjunto dos cidadãos, de modo a construir uma polis mais unida entre si. A reestruturação permitiu a mistura em termos geográficos, o que significava que nas votações para magistrados, votavam pessoas das diferentes *tritias* (na mesma tribo), cujos interesses diferentes quebravam as solidariedades aristocráticas, de base regional. Se o número de cidadãos aumentava, para além da participação nas questões de governo, podiam também participar nas expedições militares, o que era deveras útil para a cidade.

- Efialtes em 462 a.C., sugeriu que o Areópago, controlado pelos aristocratas, devia deixar de controlar o trabalho dos magistrados ou vetar as decisões da *ekklesia*, e ficava apenas com o poder de julgar crimes de sangue e religiosos. A Assembleia detinha poder absoluto. Deste modo, as decisões da cidade e dos cidadãos eram tomadas pela *ekklesia*, assembleia dos cidadãos, e não por um só indivíduo ou grupo de indivíduos que queriam apenas proveito próprio.

Mediante os dois exemplos indicados, podemos afirmar que o corpo legislativo ateniense surgiu de um conjunto de alterações e modificações constantes, uma afronta à norma que, por vezes, acabava por ser incorporada na mesma, tornando-se código não só político como moral a seguir.

Capítulo 4

O Crime Sexual

Como verificámos, o sistema legal ateniense era significativamente diferente do da maioria das sociedades ocidentais contemporâneas. Porém, não deixava de incluir legislação relativa a acções relacionadas com a sexualidade. Em termos legais, sociais e criminais, a ofensa de natureza sexual pode ser variada¹⁷⁵, alterando-se inclusive consoante a época e a área geográfica.

Na Atenas clássica, as ligações que os indivíduos detinham entre si eram muito importantes, já que estamos a falar de uma sociedade em que a honra era uma das características mais importantes. Como tal, o delito sexual constituía um grande crime social. Ora, podemos definir crime sexual como um acto em que se violenta no sentido sexual outra pessoa e os seus direitos¹⁷⁶, mas mais do que isso, perturbava o sistema ateniense, o papel, função de cada género e sobretudo das gerações seguintes. Com esta premissa estabelecida podemos encontrar, nos discursos dos oradores áticos, três tipos de crime que se enquadram nesta categoria, designadamente: a prostituição, o adultério e a violação.

4.1 A Prostituição

4.1.1 A imoralidade de Timarco

No código penal ateniense, não existia uma lei em que estivesse descrita a proibição do exercício da prostituição. Todavia, um indivíduo do sexo masculino, cidadão, que fosse acusado de prostituição e comprovada a sua culpa, perderia os direitos de cidadania, o direito de falar na assembleia, de propor alterações à legislação e de indiciar outra pessoa, num processo-crime. Um dos discursos que melhor representa este tipo de comportamento é o *Contra Timarco*, de Ésquines, em 345 a.C.

Ésquines foi enviado, numa embaixada, para a Macedónia, com o objectivo de receber a paz de Filócrates, em c. 346 a.C. Demóstenes e Timarco acusaram Ésquines de ter agido contra os interesses da Grécia, e ser apoiante de Filipe da Macedónia.

¹⁷⁵ Vide H. Maish, “Sex offenses”, *Encyclopedia of Psychology*, vol. 3, edited by H. J. Eysenck, W. Arnold and R. Meili, London, Search Press, 1972, pp. 208-209.

¹⁷⁶ Vide Mariateresa Galaz, “Delitos Sexuales en la Atenas Clásica”, *Nomos: Direito e Sociedade na Antiguidade Clássica*, coordenação de Delfim F. Leão, Livio Rossetti, Maria do Céu Fialho, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2004, p. 177.

Segundo a regra, os indivíduos detentores de cargos públicos tinham de prestar contas, sobre a respectiva conduta, nos trinta dias a seguir às missões que realizava. A acusação feita a Timarco¹⁷⁷ por desrespeitar as leis e de trair a cidade, ao desperdiçar o património, abusar da juventude, desencaminhar outros indivíduos e prostituir-se¹⁷⁸, surgiu como técnica de defesa de Ésquines. Pois um cidadão ateniense que se prostituiu não tinha direito a propor qualquer medida, realizar acusações ou beneficiar dos direitos de cidadania.

Segundo o legislador grego, os homens que tinham tido uma vida vergonhosa e manchada ficavam proibidos de falar em público.¹⁷⁹ Eram quatro, as categorias que impediam um indivíduo de ser chamado cidadão: a primeira correspondia ao incumprimento dos deveres para com os pais, garantindo o sustento e o abrigo dos mesmos; a segunda englobava os actos de cobardia e de fuga dos deveres militares; a terceira abrangia a má administração do património familiar; e na quarta estavam inseridos os cidadãos que se prostituíam.¹⁸⁰ O *Contra Timarco* diz respeito a dois destes comportamentos.

Descrito como um homem vergonhoso, Timarco arruinou a fortuna e o património que o pai lhe deixou, vendeu inúmeras propriedades pelo valor inicial que lhe ofereceram, para sustentar os seus luxos e gosto exagerado, na ânsia de poder beneficiar dos mesmos o mais rapidamente possível.¹⁸¹ Ora, um homem que não conseguia executar uma gestão eficaz e rentável dos bens privados, provavelmente não seria de grande utilidade ao nível público.

¹⁷⁷ Vide Delfim Ferreira Leão “O Sexo e a Cidade: Um caso de prostituição masculina (Ésquines, *Contra Timarco*)”, *A Sexualidade no Mundo Antigo*, coord. José Augusto Ramos, Maria do Céu Fialho e Nuno Simões Rodrigues, Coimbra, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, 2009, pp. 295-296.

¹⁷⁸ Aeschin. 1.194.

¹⁷⁹ Aeschin. 1.28-32.

¹⁸⁰ Vide Delfim Leão, *op.cit.*, pp. 297-298; Aeschin. 1.29-30: *Who then are they who in the lawgiver's opinion are not to be permitted to speak? Those who have lived a shameful life: these men he forbids to address the people. Where does he show this? Under the heading "Scrutiny of public men" he says, "If any one attempts to speak before the people who beats his father or mother, or fails to support them or to provide a home for them". Such a man, then he forbids to speak. And right he is, by Zeus, say I! Why? Because if a man is mean toward those whom he ought to honour as the gods, how, pray he asks, will such a man treat the members of another household, and how will he treat the whole city? Whom did he, in the second place, forbid to speak? "Or the man who has failed to perform all the military service demanded of him, or who has thrown away his shield." And he is right. Why? Man, if you fail to take up arms in behalf of the state, or if you are such a coward that you are unable to defend her, you must not claim the right to advise her, either. Whom does he specify in the third place? "Or the man" he says, "who has debauched or prostituted himself". For the man who has made traffic of the shame of his own body, he thought would be ready to sell the common interests of the city also. But whom does he specify in the fourth place? "Or the man," he says, "who has squandered his patrimony or other inheritance."*

¹⁸¹ Aeschin. 1. 95-99, 31.

Antes de fazer parte da vida política, Timarco enveredou por outro caminho: a prostituição. Como tal, a vida privada de Timarco foi colocada sob escrutínio, perante o tribunal, estando marcada pela *hybris*,¹⁸² desde a sua juventude aos dias do julgamento.

Timarco, ainda em jovem, saiu da casa dos pais e foi viver com Mísgolas, um homem mais velho, que sustentava o seu gosto dispendioso por festas e luxos.¹⁸³ Mísgolas foi apenas um dos homens que pagou pela companhia de Timarco. Caso aquele tivesse sido o único, a conduta de Timarco teria sido mais decente, apesar da troca de favores sexuais por bens ou dinheiro. Mas tal não aconteceu. Cedónides, Autoclides, Tersandro, Ânticles ou Hegesandro são apenas alguns exemplos dos homens que tiveram o prazer da companhia daquele cidadão ateniense.¹⁸⁴

Apesar dos vários homens aos quais vendeu o corpo e favores sexuais, destaca-se o relacionamento de Timarco com o servo Pitálaco. Este é um dos elementos que melhor reflecte a *hybris* no processo de Timarco.

A figura de domínio na sociedade ateniense identificava-se com o cidadão, homem, adulto, livre e que exercia a sua liberdade cívica, enquanto o subordinado se associava a outros estatutos: mulheres, escravos, estrangeiros e jovens, como indica Nuno Simões Rodrigues, referindo o modelo Dover-Foucault.¹⁸⁵

Ao oferecer-se a uma pessoa de condição inferior, Timarco incumpria com os ideais sociais atenienses do seu tempo, tornando-se um indivíduo submetido a outro, que nem sequer era cidadão. Ao comportar-se sexualmente, como uma mulher, Timarco deveria estar sujeito ao mesmo tipo de honra e condição que esse género. Portanto, o seu estatuto cívico devia ser alterado, ficando proibido de aconselhar a cidade, de se tornar um dos nove arcontes, de exercer qualquer sacerdócio, de ser enviado como arauto ou de se associar aos sacrifícios promovidos pelo Estado.¹⁸⁶ Timarco tornou-se assim o violador de si próprio,¹⁸⁷ ao aceitar um papel que, por natureza, não estava destinado a ter.¹⁸⁸

¹⁸² Vide Priscilla Gontijo Leite, *Ética e retórica forense: asebeia e hybris na caracterização dos adversários em Demóstenes*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014, p. 280.

¹⁸³ Aeschin.1.40-48.

¹⁸⁴ Aeschin. 1. 52.

¹⁸⁵ Vide Nuno Simões Rodrigues, “Problemática da prostituição masculina na Atenas clássica”, *Idades e Género na Literatura e na Arte da Grécia Antiga*, coordenado por Ana Iriarte e Luísa Nazaré Ferreira Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015, p.138.

¹⁸⁶ Aeschin.1.21.

¹⁸⁷ Aeschin.1.185.

¹⁸⁸ Vide Rosanna Omitowaju, “Regulating Rape: Soap Operas and Self-Interest in the Athenian Courts”, *Rape in Antiquity: Sexual Violence in the Greek and Roman Worlds*, edited by Susan Deacy and Karen F. Pierce, London, Bristol Classical, 2012, p. 6.

Como indicámos, a penalização prevista para um cidadão que se prostituía era bastante rígida, correspondendo ao crime de *atimia*. Esse castigo era pensado para os cidadãos do sexo masculino, que perdiam os seus direitos cívicos. Se o conjunto dos cidadãos atenienses representava o sistema estatal, e se um indivíduo, sobretudo participativo na vida política da cidade, se comportava fora dos padrões dignos do seu estatuto, então esse mesmo cidadão estaria a comprometer o bom funcionamento da máquina social. Só por si, essa condição justificaria a criminalização do acto e respectivas sanção e penalização.

A imagem que Timarco aparentava ter, de homem ilustre e com um papel importante nas decisões do Estado, ficou comprometida pelo seu comportamento indevido na sua vida privada. Desse modo, a ideia e os exemplos passados para as novas gerações atenienses seriam incorrectos, apontando para um modelo de educação errada, sobretudo no que dizia respeito a modelos sociais e políticos.

A vida de Timarco ficou marcada pela imoralidade, pela procura de prazeres e de luxo, através da prostituição, atitudes que não estavam inseridas nos padrões sociais do seu tempo e, portanto, o amigo de Demóstenes, deveria perder os seus direitos cívicos e tornar-se um marginal na sociedade que o rodeava.¹⁸⁹ Ésquines expõe de forma pormenorizada a vida desregrada de Timarco, o que fez com que ele acabasse por ser condenado por *atimia*.¹⁹⁰

4.1.2 Neera, a mulher mediática

O segundo caso a analisar em contexto de «crime sexual» é o que lemos em *Contra Neera*¹⁹¹, e que diz respeito a um crime de exercício de cidadania de forma fraudulenta. Este discurso é uma fonte fulcral para o conhecimento da estrutura social grega. O texto jurídico fornece-nos informações de cariz legal, o estadual, familiar e o que era esperado pelas mulheres atenienses, no século IV a.C.

O discurso¹⁹², que integra o *corpus Demosthenicum*, tinha o claro objectivo de atingir Estéfano¹⁹³, através da figura de Neera, como defendem Konstantinos e Omitowaju.

¹⁸⁹ Arist. *Rh.* 1378b, Aristóteles define *hybris* como: *o ultraje em fazer e dizer coisas que possam fazer sentir vergonha a quem as sofre, não porque haja outro interesse, além do facto em si, mas por mero prazer.*

¹⁹⁰ D. 19. 257/284.

¹⁹¹ Vide Konstantinos A. Kapparis, '*Against Neaira*' [D.59], Berlin, Walter de Gruyter, 1999, p.3. O discurso faz parte do corpus Demosthenicum, porém a sua autoria é atribuída Apolodoro. Priscilla Gontijo Leite, *op.cit.*, p. 231.

¹⁹² Este discurso foi pronunciado antes de 339 a.C., Vide Apolodoro, *Contra Neera (Demóstenes 59)*, tradução do grego de Glória Onelley, introdução, notas e índices de Ana Lúcia Curado, Coimbra, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 2011. p. 13

¹⁹³ Vide idem, *ibidem*.

A origem dos conflitos centra-se na utilização de dinheiro público. Enquanto Estéfano pretendia que o dinheiro fosse utilizado em prol de espectáculos públicos, Apolodoro (que pertencia ao grupo político de Demóstenes) defendia o emprego do dinheiro para fins militares (recordemos que Filipe da Macedónia progredia nas conquistas militares nas regiões da Eubeia e de Olinto).¹⁹⁴

A acção colocada contra Neera não foi por prostituição¹⁹⁵, mas sim pelo exercício de direitos ilegítimos, pertencentes apenas a cidadãos atenienses. Neera infringiu a lei que proibia estrangeiros, como a própria, de se casar ou de aparentar que mantinha um casamento legal com um cidadão ateniense¹⁹⁶, neste caso com Estéfano.

Se por acaso um estrangeiro casar com uma cidadã, por qualquer que seja o artifício ou trama, aquele que desejar, entre os Atenienses, e para os quais isso é permitido, que intente uma acção pública perante os tesmótetas. Mas, se por acaso, ele for condenado, que sejam vendidos ele mesmo e os seus bens, e um terço dos mesmos seja do acusador. Seja assim também, se uma estrangeira casar com um cidadão, também o marido da estrangeira, que tenha sido condenada, tenha uma multa de mil dracmas. (D. 59.16)

Neera começou a sua vida em Corinto, tendo sido comprada em criança, juntamente com sete outras raparigas¹⁹⁷, por um bordel¹⁹⁸. Nicareta era a responsável pelo bordel, educando as jovens a quem chamava de filhas, para aumentar o valor delas, uma vez que, desse modo, os homens pensariam estar com mulheres livres. Neera iniciou-se assim na prostituição, muito nova, vendendo o corpo e tendo vários casos com vários homens, entre eles Xenoclides, o poeta; Hiparco, o actor; e Simão, o tessálio.¹⁹⁹

Posteriormente, Neera teve dois amantes: Timanoridas e Êucrates, que a compraram para uso próprio. Porém, ambos os homens estavam comprometidos com casamento e como tal, informaram Neera que estavam disponíveis para vender a liberdade dela, a um preço mais baixo do que aquele que tinham gastado antes. Dessa forma, Neera terá angariado através dos seus amantes, entre os quais estava Frínion, somas consideráveis de dinheiro.²⁰⁰

¹⁹⁴ Após a proposta de Apolodoro, Estéfano acusa-o de propor um decreto ilegal. O discurso é datado c. 349 a.C. Vide *Demosthenes*, Vol. VI, trad.by A.T. Murray, William Heinemann Ltd, 1954, p. 347; D. 59.3-6.

¹⁹⁵ Como foi salientado, esta actividade não era vista como um crime,

¹⁹⁶ Vide Konstantinos A. Kapparis, *op.cit.*, p. 1.

¹⁹⁷ D. 59.119. As sete jovens vendidas foram Anteia, Estrátola, Aristocleia, Metanira, Fila, Istmiáda e Neera.

¹⁹⁸ D. 59.18.

¹⁹⁹ D. 59.22-26.

²⁰⁰ D. 59.30-31.

Frínion levou consigo Neera e tratava-a sem qualquer tipo de respeito ou decência, sendo a rapariga alvo de grandes abusos²⁰¹:

Então, depois de ter chegado aqui com ela, ele a usava escandalosa e petulantemente e ia aos jantares, levando-a consigo por todos os lados onde ia beber, sempre frequentava os banquetes em sua companhia e, todas as vezes que queria, em toda a parte, estava com ela publicamente, dando aos que a olhavam, a liberdade de um desejo. E não só foi com ela para um banquete na casa de muitos outros, mas também na casa de Cábrias de Exone, quando, sob o arcontado de Socratides, ele venceu os Jogos Píticos com a quadriga que comprara dos filhos do argivo Mítis, e, chegando de Delfos, celebrou a vitória em Colias. E aí mesmo, enquanto Frínion dormia, muitos outros tinham relações com ela- que estava embriagada-, até mesmo os criados. (D. 59.33)

Devido ao modo como era tratada por Frínion, Neera «recolheu todas as coisas da casa dele» e fugiu para Mégara, onde conheceu Estéfano.²⁰² Estéfano tomou-a como esposa e introduziu, como se fossem seus, os filhos²⁰³ de Neera perante a fratria, de modo a torná-los cidadãos. Neera e Estéfano instalaram-se em Atenas e passaram a viver como uma família legítima.

O sustento de oito pessoas demonstrava ser um desafio e tendo em conta que nem Neera nem Estéfano tinham meios para alimentar esse número de pessoa (Estéfano, Neera, os três filhos, um empregado e duas servas)²⁰⁴, tiveram de recorrer a outras formas, como a fraude e engano, utilizando a própria lei, para completarem os seus planos.

Entretanto, Frínion intentou uma acção contra Estéfano, devido ao roubo que Neera realizou, quando fugiu para Mégara. Mas a sentença de conciliação demonstrava a utilização do corpo de Neera como moeda de troca:

De acordo com estas condições, eles reconciliaram Frínion e Estéfano: cada um dos dois, tendo-a em sua casa própria casa os mesmos números de dias por mês, disponha de Neera, a não ser que aceitem alguma outra coisa para eles mesmos (D. 59.47).

Estéfano arranjou um casamento a Fano, a filha de Neera. Frastor, da demo Egília, foi o homem escolhido pelo suposto pai da jovem que a deu em casamento com um dote de trinta

²⁰¹ O sofrimento que Neera teve ao longo da vida podia conduzir os juízes a um sentimento de compaixão. Vide Konstantinos A. Kapparis, *op. cit.* pp. 46-47.

²⁰² D. 59.35,38.

²⁰³ Próxeno, Aríston e a filha, Fano. D. 59.38.

²⁰⁴ D. 59.42.

minas. Fano estava habituada a um nível de luxo que não era semelhante em casa de Frastor e naturalmente que marido e mulher entraram em conflito. Porém, Frastor ao perceber que foi enganado desde o início e que a jovem era apenas filha de Neera, e não descendente de um casamento ateniense, decidiu expulsar a mulher grávida, passado um ano, e não devolveu o dote²⁰⁵, já que não estava a incumprir a lei.²⁰⁶

Estando Fano livre, o golpe utilizado por Neera passou a ser feito pela filha (Neera era, supostamente, esposa de um ateniense. Caso fosse apanhada em adultério, o homem com quem estava teria de morrer ou de pagar uma multa ao marido pelo acto, segundo a legislação em vigor no século IV a.C.²⁰⁷ Juntos, Neera e Estéfano enganaram múltiplos indivíduos, ingénuos ou que não conheciam a reputação do casal²⁰⁸).

Neera era uma *hetaira*²⁰⁹, que se tornou *pallake*²¹⁰ e que agia como uma esposa legítima. Vemos, assim, integrados, numa só pessoa os três estatutos femininos.

A passagem de uma mulher de vida pública à pretensão da esposa legítima devia ser mais comum do que a mudança de uma esposa legítima para a vida pública, apesar dessa possibilidade.²¹¹ Caso não encontrasse um segundo casamento²¹² e não tivesse modo de subsistir, a mulher teria de aceitar a vivência em concubinato com um homem, integrando o estatuto de *pallake*.

²⁰⁵ D. 59.50-5.

²⁰⁶ *Se alguém der em casamento a um cidadão ateniense uma mulher estrangeira, como se ela fosse sua própria parente, que seja privado dos direitos cívicos e que a sua fortuna seja do estado e a terça parte do acusador. Proponham uma ação pública, diante dos tesmótetas, aqueles a quem isso é permitido, assim como uma acção por usurpação do direito de cidadania.* D. 59.52; D.59.63.

²⁰⁷ D.59.41.

²⁰⁸ D. 59.41; D. 59.87: *Todas as vezes que se apanha em flagrante o adúltero, não seja permitido ao que flagrou conviver com a mulher; caso, porém, conviva, seja privado da cidadania. E também à mulher, em relação à qual haja flagrante de adultério; não lhe seja permitido entrar nos santuários públicos; mas, caso ela entre sofra aquilo que se deve sofrer, excepto a morte, sem punibilidade para quem a castigar.*

²⁰⁹ *Hetaira* designava um elemento feminino que acompanhava o homem que a solicitava, para as mais diversas actividades. Não era considerada uma *pornê*, já que estas eram vulgarizadas em bordéis, sem o nível de conhecimentos mínimos e cultura que uma *hetaira* deveria possuir, como a dança ou a música. Podemos assim definir estas mulheres como prostitutas, com características predilectas por altos cargos da comunidade ateniense, desde políticos a filósofos. Uma *pallake* era alguém que vivia em concubinato com um homem. Em relação aos dois termos, *hetaira* e *pallake*. Vide Elke Hartmann “Hetaerae”, *Brill’s New Pauly*, edited by Hubert Cancik and Helmuth Schneider, vol. 6, Leiden, Brill, 2005, pp. 290-292; Elke Hartmann, “Pallake”, *Brill’s New Pauly*, edited by Hubert Cancik and Helmuth Schneider, vol. 10, Leiden, Brill, 2007, pp. 395-396; Ana Lúcia Curado, *As Mulheres em Atenas: as mulheres legítimas e as outras*, Lisboa, Sá da Costa Editora, 2008, pp. 367-372.

²¹⁰ Este não era o percurso correspondente. Já que uma *hetaira* podia não ser uma *pallake* e uma *pallake* podia não ser uma *hetaira*.

²¹¹ Is. 3. 11,12,15. Ana Lúcia Curado, *op. cit.* p. 395.

²¹² Vide Ana Lúcia Curado, *op.cit.*, p. 395.

O problema intensificava-se com a questão da legitimidade dos filhos, já que as crianças nascidas de uma relação com uma concubina não tinham um estatuto equiparado à descendência de um casamento legítimo.²¹³

Uma jovem proveniente de uma família minimamente bem posicionada, do ponto de vista social, nunca aceitaria ser uma concubina, já que este estatuto lhe retiraria a cidadania e qualquer possibilidade de os seus filhos serem considerados cidadãos legítimos e herdeiros. Assim, as mulheres que aceitavam uma vivência de longa duração ao lado de um homem, cumprindo com todos os parâmetros da afetividade bem como os deveres de uma esposa legítima, não tinham o estatuto social nem legal. *Ser pallake* era, assim, uma forma de escapar à prostituição ou a uma vida miserável.

Neera, ao casar-se com um cidadão ateniense, incorreu num crime público, principalmente por ter filhos, que foram reconhecidos como cidadãos atenienses.²¹⁴ A estrangeira protagonizou, assim, um duplo crime: fraude de cidadania e, o pior de todos, uma descendência impura que podia corromper os pilares da sociedade grega.

Na verdade, o casamento consiste nisto: quem gera filhos, introduz os filhos homens entre os membros da fratria e do demo e dá as filhas em casamento aos homens como se elas fossem suas próprias. Com efeito, as heteras, nós temo-las para o prazer; as concubinas para o cuidado diário do corpo, mas as esposas para que tenham filhos legítimos e mantem a guarda fiel da casa (D. 59.122).

O passo supracitado define a relação conjugal e corrobora que tanto Neera como Estéfano desrespeitaram não só as mulheres atenienses como a instituição do casamento.

Enquanto o homem representava a sua família internamente e o *oikos* externamente, a mulher guardava o lar e a sua imagem era uma exposição do mesmo, mostrando assim que o homem de uma família era a manifestação de um conjunto individual e colectivo.

A mulher ateniense cumpria o papel da esposa legítima, tinha o dever de dar à luz cidadãos e de participar na vida da comunidade, como representante do *oikos* ateniense. A esposa sustentava a posição pública do homem e acompanhava a manutenção da reputação. Isto revelava as implicações negativas que um acontecimento deste tipo poderia ter, já que os

²¹³ Plu. Sol. 22. 4: Ainda mais severa é aquela cláusula que dispõe que os filhos nascidos de uma prostituta não têm sequer a obrigação de manter os pais. Na verdade, um homem que, ao ligar-se a uma mulher, o faz não por causa dos filhos mas à conta do prazer, pelo que obtém a sua paga e não lhe fica o direito de se pronunciar sequer em relação aos filhos, cujo nascimento representa, em si mesmo, uma afronta.

²¹⁴ D. 59.14; D.59.16.*

filhos da *pallake* seriam elementos representativos não só da família originária como da sociedade, o que denegriria toda a orgânica grega.

A esposa legítima era um elemento necessário na estrada da construção da vida pública e social do homem. A existência feminina tinha como objectivo dar à luz descendência, permanecer no *oikos*, cuidar da casa e educando os filhos, ser discreta²¹⁵ e fortificar o papel do marido na vida social, enquanto exibidor de uma boa reputação.

Por sua vez, a *pallake* desempenhava “o papel amoroso, de amiga, confidente, companheira de festas e banquetes.”²¹⁶

A presença da mulher em festas de convívio e banquetes não era algo bem visto, por isso tornava-se fundamental a existência de outro tipo de mulheres, para partilha do espaço de convivência e momentos de lazer em grupo. A não presença das esposas nestes eventos não se encontrava directamente relacionada com a inexistência de sentimentos do marido para com a esposa. Isso poderia acontecer mas não era algo obrigatório.

Não havia impedimento para que um homem casado tivesse uma *pallake*, mas, no período clássico precisava de ter capacidade económica para sustentar uma residência à parte para ela, já que era inaceitável levar outra mulher para casa onde se encontrava a sua família.²¹⁷ Contudo, não era este o caso, pois em Neera existiam as duas modalidades: a defensora do *oikos* (como acontece com a esposa legítima) e a companheira (que o acompanhava nas mais variadas festas). Uma duplicidade na figura feminina.

²¹⁵ X. *Oec.* 7.14: *How can I possibly help you? What power have I? Nay, all depends on you. My duty, as my mother told me, is to be discreet.*

²¹⁶ Citemos Ana Lúcia Curado, *op.cit.*, pp. 14-29: “As concubinas tinham a particularidade de não estarem limitadas ao mundo caseiro. Possuíam um conhecimento abrangente que ia sendo adquirido, ao frequentarem essas festas e banquetes. Claro que a liberdade tinha os seus limites, já que se encontravam subjugadas à vontade do poder masculino, onde devia ocorrer a supervisão, mas em comparação com as mulheres legítimas esta condição era substancialmente superior. As heteras faziam companhia aos homens e prestavam serviços nos banquetes. O seu papel colocava-as em contacto com políticos, filósofos e intelectuais de Atenas. A hetera estava, assim, ligada ao prazer sexual e à presença em festas e banquetes. Não sendo uma mera prostituta, mas sim dotada de cultura, dotada para as artes da música, canto, dança e até leitura. Esta categoria de mulheres tinha como função proporcionar sedução e erotismo, a quem lhe fosse mandado estar. A *pallake* tinha um estatuto intermédio entre a hetera e a esposa legítima. Habitava na casa do homem, durante um longo período de tempo. Uma concubina que não só se torna a guardiã da casa como a companheira de um único homem, nas festas e eventos. Tornando a sua actividade individual e única. Vivía com um homem, mas não era casada com ele. Um homem, mesmo casado, podia ter uma escrava que servia para o prazer sexual, que era a *pallake*, ou coabitar com uma mulher livre numa união informal, sendo essa mulher uma *pallake*. Desde novas que a aprendizagem para este ofício começava. Sob a alçada de uma mulher experiente e prática na arte da sedução ou em muitos casos sob a direcção da própria mãe, que na sua juventude havia exercido a mesma profissão. Guiava-a na escolha de um amante sério e rico que proporcionasse abundância e luxo.”

²¹⁷ Vide Konstantinos A. Kapparis, *op.cit.* p.13.

A figura da *pallake* possuía uma exuberância, um misticismo (eram diferentes da mulher ateniense, que mantinha o decoro e mantinha-se no *oikos*) e todo um comportamento, de alguém que não tinha tido uma educação para o papel da esposa legítima, a mulher treinada, com recato, moderação e privacidade e com o objectivo de manter a linhagem do marido.

A existência de várias testemunhas fundamentava o caso contra Neera, deixando de parte a teoria de uma armadilha colectiva. Podemos, assim, acreditar que a maioria das afirmações contra Neera feitas em tribunal (e.g. prostituição, engano, roubo, utilização da filha para benefício próprio) seria verdadeira e que a arguida teria tido um papel primordial em todos os planos levados a cabo por Estéfano. Mas seria Estéfano o responsável por todos os actos, ou será que Neera teria sido a principal interveniente de tudo, tendo “enfeitiçado” e incitado Estéfano a fazer parte do seu plano?

Ao longo do discurso, não se refere o interesse de Estéfano por outras mulheres. Apesar de a monogamia ser o sistema adoptado pelos Atenienses, não significava que os homens tivessem apenas uma mulher ou uma concubina.

A ideia de Neera estar com outros homens parecia não perturbar o homem da relação. Este dado leva a uma possível elaboração de que Neera manipulava Estéfano e que este agia para satisfazer os desejos da *pallake*. Porém, era possível que o inverso também ocorresse, já que Neera teria sido submissa e subjugada por várias pessoas estando o seu lado psicológico receptivo a estas decisões dominadoras. Esta afirmação não é tão credível como a primeira, uma vez que Neera fugiu da casa de um amante antes de encontrar Estéfano.

Ao serem parceiros no crime, apesar de a figura de Neera ser a mais sacrificada em todo o processo, passando de prostituição para a venda do corpo, de forma disfarçada, tornaram-se num duo criminoso. A ligação entre ambos parecia ser forte o suficiente para que Neera continuasse a ser utilizada, mas mantendo-se juntos. Os dois agiram não só contra a matriz moral ateniense da época como contra a legislativa

É pertinente referir que, durante toda a vida, o corpo de Neera fora utilizado como um meio para a obtenção de sustento e sobrevivência, o que levou a jovem a olhar a prostituição como algo rotineiro.

Observamos um ciclo de educação e de valores que foram sendo transmitidos de geração para geração. Neera foi obrigada a prostituir-se desde muito nova, por Nicareta, para

sobreviver.²¹⁸ A parceira de Estéfano esteve com vários homens, a troco de dinheiro, encontrou Frínion, mas os abusos de que era vítima, ao nível físico e psicológico (não é referida a extensão dos abusos que Frínion realizou para com Neera) formaram o seu carácter. O destino de Neera e o sofrimento que teve ao longo da vida podia conduzir os juízes a clemência.²¹⁹

Quando foi mãe, Neera viu na filha mais um meio de rendimento. Fano cresceu num ambiente conturbado, num meio de ambição e engano. Assim, poderemos presumir que uma vida de roubo e falsidade fará parte da jovem Fano. As influências a que os indivíduos estão sujeitos desde o seu nascimento determinam toda a acção da vida adulta. Naturalmente que não podemos generalizar, já que cada caso era único; porém com o caso de Neera reconhecemos um padrão. A criança desenvolve-se com o auxílio do estatuto socioeconómico, ético e cultural do seu meio familiar²²⁰. Pior do que essa situação era a possibilidade de o destino a conduzir contra a norma legislativa e, como tal, tornar-se mais uma criminosa em Atenas.

A privação de afecto, no caso de Neera, pode ter tido consequências desastrosas no plano mental.²²¹ Além disso, à medida que a criança cresceu, os ensinamentos foram sendo integrados na sua personalidade. O processo de formação de personalidade, dos filhos de Neera, começou com o nascimento, ocorrendo a interiorização quando passam a actuar conforme os ensinamentos da sua cultura, sem que o façam de forma consciente.²²² De forma inconsciente, o modelo educacional e o ambiente familiar terão manipulado as características individuais das três crianças.

A personalidade individual foi, assim, um produto de um carácter biologicamente herdado, modificado pelas exigências da cultura²²³. A falta de valores culturais consistentes terá conduzido a trágicas consequências²²⁴, neste caso representadas por Neera e Estéfano, levando ao desvio criminal.²²⁵

²¹⁸ D.59.20

²¹⁹ Vide Konstantinos A. Kapparis, *op.cit.* pp.46-47.

²²⁰ Vide R Deldime; S. Vermeulen, *O Desenvolvimento Psicológico da Criança*. Lisboa, Asa Editores, 2001, p.9.

²²¹ Vide idem, *ibidem*, p.11.

²²² Vide Mischa Titiev, *Introdução à Antropologia Cultural*, tradução de João Pereira Neto, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2002, p. 278.

²²³ Vide idem, *ibidem*, p. 281.

²²⁴ Vide idem, *ibidem*, p. 370.

²²⁵ Vide *supra* capítulo 3.

A relação de Estéfano e Neera durou uma vida. Os dois pareciam partilhar tudo, o bom e o mau, sobrevivendo juntos a uma série de adversidades.

Neera foi assim uma figura maternal para os filhos, que eram mal vistos pela comunidade.²²⁶ Estéfano tentou ser um bom pai para Fano, ao arranjar casamentos com Atenenses; porém o produto final resultou no facto de a jovem Fano ter sido partilhada por vários homens. O consentimento da “figura” paterna demonstra que Estéfano não via a jovem como uma filha biológica, na sua totalidade, mas apenas como um meio de alcançar lucro, sem a dose emocional familiar. Em nenhuma parte do discurso existe referência a maus tratos; porém, é possível presumir que a própria indiferença perante a situação de Fano alude a todo um conjunto de danos. Tal como Daly e Wilson referem, a presença de um progenitor adoptivo parece ser o maior factor de risco de maus tratos, descoberto até à época contemporânea.²²⁷

Com uma vida conjunta de amor e crime, Neera e Estéfano protagonizaram vários crimes, como fraude, impiedade, extorsão e roubo.²²⁸ E, apesar de a prostituição não ser um crime, a apresentação de uma *pallake* que exercia o ofício de *hetaira*, como esposa legítima ateniense seria um delito muito grave. A constituição do modelo democrático poderia ruir caso o exemplo deste casal tivesse seguidores, conduzindo à ruptura dos paradigmas sociais.

4.2 O Adultério

O adultério²²⁹ correspondia ao crime de *moicheia*²³⁰ e significava mais do «que uma relação sexual entre um cidadão ateniense e a esposa, filha, irmã, mãe ou concubina de outro cidadão, a não ser que a mulher fosse prostituta».²³¹

²²⁶ Vide idem, *ibidem*, pp. 42-43.

²²⁷ Vide M. Daly, M. Wilson, *Homicide*, Hawthorne, Aldine de Gruyter, 1988 *apud* Dora Simões, Paulo Gama Mota, Eugénia Loureiro, “Cinderela: do conto de fadas à realidade. Perspectiva sobre os maus-tratos infantis”, *Antropologia Portuguesa*, vol. 22/23, Coimbra, 2005, p. 122.

²²⁸ D.59.14; D.59.16; D.59.34; D.59.41; D.59.108; D.59.110.

²²⁹ Vide Beate Wagner-Hasel, “Adultery”, *Brill’s New Pauly, Encyclopaedia of the Ancient World*, vol. 1, Leiden, Brill Leiden-Boston, 2002, pp. 159-161.

²³⁰ Relativamente ao conceito de *moicheia*, vide Gerhard Thür, “*Moicheia*”, *Brill’s New Pauly: encyclopaedia of the Ancient World*, edited by Hubert Cancik and Helmuth Schneider, vol. 9, Leiden, Brill, 2006, p. 123. Como Delfim Leão indica, o termo era mais amplo, abrangia as mulheres que faziam parte do *oikos*. Vide Delfim Leão, “Sólon e a Legislação em matéria de direito familiar”, *Dike*, 8, 2006, p. 10.

²³¹ Na lei de homicídio de Drácon, bem como nos discursos de Demóstenes, afirmava-se que um homem podia matar, tendo imunidade, caso apanhasse um homem com a sua concubina, uma vez que tinha o objectivo de ter crianças livres; vide Mariateresa Galaz, *op.cit.*, p. 180; D. 23.53: *If a man kill another unintentionally in an athletic contest, or overcoming him in a fight on the highway, or unwittingly in battle, or in intercourse with his wife, or mother, or sister, or daughter, or concubine kept for procreation of legitimate children, he shall not go into exile as a manslayer on that account*; Konstantinos, *op.cit.* p. 11.

O primeiro discurso de Lísias, *Sobre o Assassínio de Eratóstenes*, refere-se a um caso de adultério e às punições a ele associadas. Este discurso foi escrito para defesa de Eufileto, um ateniense que terá assassinado Eratóstenes, após encontrá-lo num acto flagrante de adultério com a sua mulher.

O comportamento da mulher do arguido só se terá alterado após o falecimento da sogra e, conseqüentemente, do nascimento do filho de ambos.²³² A insistência ao longo de todo o discurso em que o caso só terá ocorrido após o nascimento do filho do arguido, teve o objectivo de eliminar qualquer suspeita sobre a legitimidade da criança.²³³ O orador tentou, ainda, passar a ideia de que a mulher foi seduzida. Porquê? Ao tentar fortalecer a ideia de que este teria sido um caso isolado e de que a mulher teria sido alvo de sedução por parte de um terceiro, então Eufileto apenas terá tentado proteger a esposa.²³⁴

O arguido referiu defendia que que os sedutores deviam sofrer quando pervertiam as almas das mulheres dos outros. Se os adúlteros ficassem impunes, os ladrões sentir-se-iam animados a praticar actos ilícitos, ao saberem que as leis do adultério não eram aplicadas e as restantes leis seriam desvalorizadas em favor do arbítrio pessoal dos juízes. Eufileto tentou passar a mensagem de que o homicídio terá sido concretizado em circunstâncias imprevistas e que não teria ocorrido nenhuma premeditação.

Deste modo, podemos ver o caso do *Assassínio de Eratóstenes* de duas formas: uma mais coerente e outra bastante especulativa: a mulher de Eufileto não foi seduzida ou perseguida com intenções adúlteras, mas terá sido ela a protagonista de uma série de aventuras e paixões, sendo Eratóstenes apenas o seu aliado; ou então Eufileto sempre teve conhecimento do caso da esposa e quis cometer um acto criminoso sem castigo.

Um ponto particular e fundamental era o ser apanhado em flagrante. O marido podia matar o adúltero, mas apenas no momento exacto em que este estava com a mulher do lesado, não passadas uma hora ou uma semana.

²³² Lys. 1.8.

²³³ Com o caso a manifestar-se de forma pública, o futuro da criança encontrava-se de modo imediato condenado. Uma criança filha de uma mãe adúltera não escaparia facilmente à suspeita de que seria fruto de uma união ilegítima, com suspeitas constantes de ser um bastardo.

²³⁴ Lys. 1.7, No discurso, a esposa é descrita como: *I was so foolish disposed that I used to think my own wife the most modest and chaste of all the wives in Athens*. Esta frase poderia ter duas explicações: Eufileto tentava que os juízes tivessem algum sentimento de pena, por ele que foi enganado e traído ou poderá estar cingida ao sentimento real que Eufileto sentia pela esposa. John Porter refere a leitura de Lísias 1 como uma ficção elaborada, que oferecia uma explicação plausível, como o nome dos protagonistas e os vários pontos de contacto com o conto típico cómico de adultério, o que mostrava que este poderia não ser algo tão incomum na sociedade. Vide John Porter “Adultery by the book: Lysias1”, *Oxford Readings in The Attic Orators*, edited by Edwin Carawan, Oxford, Oxford University Press, 2007, p. 88.

A maior estranheza parece residir nas leis de Sólon relativas às mulheres. De facto, permite matar um adúltero a quem o apanhe em flagrante; no entanto, se alguém raptar uma mulher livre e a violentar a pena fixada é de cem dracmas e que, se a prostituir, vinte dracmas, com excepção daquelas que às claras se passeiam para cima e para baixo, referindo-se às rameiras: estas, na verdade, andam visivelmente em busca de quem lhes ofereça dinheiro. (Plu. Sol. 23.1).

Caso o adúltero não fosse apanhado em *flagrante delicto* provar a infidelidade seria bem mais difícil, sendo que a pena seria o pagamento de uma indemnização.²³⁵

Apesar de ter assassinado o adúltero no momento da traição, Eufileto já tinha conhecimento das sucessivas traições da esposa. Terá assim ocorrido uma premeditação do acontecimento. Este facto revela calma e ponderação, mostrando que Eufileto tinha no seu íntimo a vontade de vingança e de terminar com a vida do homem que se encontrava a arruinar a honra da sua casa.

Este homicídio surgiu a partir de uma premeditação evidente, com a intervenção e colaboração do género feminino, representado por dois elementos: o primeiro elemento era a antiga amante de Eratóstenes, que decidiu contar a Eufileto o sucedido, por já não ser a preferida e ter sido preterida e, o segundo elemento era a serva que por medo contou tudo ao seu senhor: como tudo começou, a maneira como os amantes se encontravam, o esquema realizado. A serva era a mensageira entre o “casal de amantes”²³⁶ (além disso foi coadjuvante ao apanhar ambos no acto após ter sido ameaçada por Eufileto para contar tudo aquilo que sabia sobre a traição²³⁷).

O arguido reuniu o máximo de testemunhas que conseguiu e encontrou os dois amantes nus sobre a cama. Esta visão teria acentuado o ódio e repúdio de Eufileto. Eratóstenes reconheceu o erro e implorou pela vida, ficando disposto a pagar, em termos monetários, para poder beneficiar da mesma.²³⁸

Na oratória forense de Lísias, Eufileto não aceita ficar em risco de perder a vida e tudo o que tem, simplesmente porque obedeceu às leis da cidade.²³⁹ O orador transmitiu, assim, a

²³⁵ Vide Roger Just, *Women in Athenian Law and Life*, Routledge, London, 1989, p. 68.

²³⁶ Lys.1.15-16.

²³⁷ Lys.1.21.

²³⁸ Lys. 1.24-25.

²³⁹ Lys. 1.50.

ideia de que o assassinio cometido por Eufileto foi realizado apenas por este ser um bom cidadão e cumpridor das leis.

*O desejo que leva ao acto, o acto que está ligado ao prazer e o prazer que suscita o desejo.*²⁴⁰

A afirmação de Michel Foucault poderá justificar o comportamento de Eufileto. Porventura, também existia no relacionamento entre Eratóstenes e a amante.

Eufileto não assassinou Eratóstenes por motivos económicos²⁴¹, já que nenhum lucro resultou do facto. Por honra também não foi, uma vez que o sucedido poderia ter sido resolvido de maneira discreta e sem conhecimento ou intervenção de indivíduos externos à família. Assim, podemos afirmar que o arguido matou Eratóstenes pelo motivo passional e por inveja. Ou seja, por um lado, a esposa de Eufileto deitava-se com outro homem, mesmo quando o esposo estava em casa (a mulher deslocava-se ao andar de baixo com a justificação de cuidar do filho)²⁴²; por outro lado, as pessoas do círculo íntimo dos envolvidos tinham conhecimento do evento e concluíam que a mulher de Eufileto era uma adúltera e que teria encontrado um homem melhor do que o marido. Neste caso estamos perante dois crimes, não só o crime de sangue que foi realizado, como também o adultério.

O ódio de Eufileto aparece reflectido no apoio que solicita aos amigos como testemunhas, para assistirem ao sucedido, uma vez que desejou transformar o homicídio de um adultério num espectáculo.²⁴³ O crime cometido poderia ter sido cometido num momento

²⁴⁰ Vide Michel Foucault, *História da Sexualidade, O Uso dos Prazeres*, Vol.2, tradução de Manuel Alberto, Lisboa, Relógio d'Água, 1994, p. 53.

²⁴¹ Eufileto não deveria ser um cidadão de fracos recursos económicos. Além de possuir na cidade uma casa de dois andares, era proprietário de terras no campo e de uma escrava, cuja tarefa era ir ao mercado.

²⁴² A mudança do andar superior para o inferior revela que o réu tinha toda a intenção de deixar a esposa o mais confortável possível e que provavelmente nutria um sentimento sem ser a obrigação do casamento.

²⁴³ Vide Pierre Grimal, "Afrodite", *op.cit.*, p. 10. A tentativa de transformar o acontecimento adúltero a um espectáculo é semelhante a um dos episódios de Afrodite, que aparece na *Odisseia*: *Foi então que, tangendo a sua lira, Demódoco começou o belo canto dos amores de Ares e Afrodite da linda coroa. Cantou como primeiro fizeram amor em casa de Hefesto às ocultas; e muitos presentes lhe deu Ares, desonrando o leito nupcial do soberano Hefesto; porém a este veio dar a notícia o Sol, que os vira na cama, deitados na união do seu amor. Quando Hefesto ouviu a notícia que lhe feriu o coração, foi para a sua forja, remoendo no espírito fundos pensamentos. (...) Depois de colocar toda a armadilha em torno da cama, fingiu que ia para Lemnos. (...) E não foi uma vigília cega, a de Ares, das rédeas douradas: pois assim que viu partir Hefesto, o famoso artífice, foi logo para casa do muito famigerado Hefesto, desejoso de se entregar ao amor de Citereia da linda coroa. (Od.8.266-325)*

Hefesto tinha preparado uma armadilha, uma rede que prendeu os dois amantes no momento do acto adúltero. Fechou Ares e Afrodite na rede e convidou os restantes deuses do Olimpo para verem a situação embaraçosa.

de indignidade e paixão,²⁴⁴ já que teria sido intencional. Este acto de homicídio foi sim uma acção premeditada e voluntária.

A esposa de Eufileto foi seduzida como tantas outras o haviam sido por Eratóstenes, a ponto de conseguir trocar o quarto com o marido, do andar de cima para o de baixo, com a desculpa de facilitar os cuidados maternos ao filho (tinha sido mãe recentemente, o filho estava no andar de baixo enquanto Eufileto e a esposa estavam no andar de cima). Esta alteração de piso ocorreu por a jovem querer encontrar-se com o amante no quarto que se encontrava no piso inferior. São muitos os indícios de que a força com que foi seduzida terá sido grande. A adúltera utilizou a criança para os seus subterfúgios amorosos.

O homicídio, neste contexto, não era considerado um crime com a gravidade que veremos nos casos antifontianos, mas sim algo legítimo.²⁴⁵ Apesar de desculpável, não deixava de ser um crime e como tal merecia um castigo, assim pensado pelos familiares de Eratóstenes ao acusarem Eufileto, pela morte do primeiro

A lei que legislava este acontecimento tinha o objectivo de atingir sobretudo a mulher e o seu amante²⁴⁶, uma vez que aquela era responsável por transportar a descendência do marido e um futuro cidadão.

Segundo a lei, *graphe moicheias*, o adúltero, *moichos*, acusado de *moicheias*²⁴⁷, podia ser alvo de duas penas: executado, caso fosse apanhado no acto e de acordo com a lei de Drácon que nos séculos V e IV a.C. ainda se encontrava em vigor; ou pagando uma multa²⁴⁸.

A adúltera deveria ser repudiada pelo marido, ficando interdita a presença da mulher em eventos públicos, como os cultos da cidade, perdia o seu papel na comunidade. Caso frequentasse esses eventos, ela ficaria sujeita a represálias físicas, por quem quer que a encontrasse, com excepção da morte²⁴⁹.

²⁴⁴ Pl. Lg. 9.866d-e: *None the less, each of these kinds tends to resemble one or other of these contraries; for the man who retains his passion and take vengeance, not suddenly on the spur of the moment, but after lapse of time, and deliberate intent, resembles the voluntary murderer; Pl. Lg. 9.867a.*

²⁴⁵ Arist. Ath. Pol. 57.3

²⁴⁶ D. 23.53: *If a man kill another unintentionally in an athletic contest, or overcoming him in a fight on the highway, or unwittingly in battle, or in intercourse with his wife, or mother, or sister, or daughter, or concubine kept for procreation of legitimate children, he shall not go into exile as a manslayer on that account.*

²⁴⁷ Vide Mariateresa Galaz, *op.cit.*, p. 187.

²⁴⁸ Lys. 1.29; Plu. Sol. 23.1-2.

²⁴⁹ *For the woman who is taken in the act of adultery he does not allow to adorn herself, nor even to attend the public sacrifices, lest by mingling with innocent women she corrupt them. But if she does attend, or does adorn herself, he commands that any man who meets her shall tear off her garments, strip her of her ornaments, and beat her only he may not kill or maim her; for the lawgiver seeks to disgrace such a woman and make her life not worth the living.* D. 59.85-87; Aeschin. 1.183

As esposas adúlteras tinham de se divorciar, perdendo o direito ao dote que tinham levado consigo para o casamento.²⁵⁰ Esta atitude, legal, para com uma mulher justificava-se pelo facto de as relações sexuais ilegítimas e anteriores ao casamento atentarem contra os princípios do parentesco e da família. Era bastante provável que alguns maridos preferissem silenciar o adultério das mulheres, sem recorrer à lei, para evitar a própria desonra pública.²⁵¹ A adúltera deveria ser expulsa do *oikos*, uma vez que o tornou impuro e não soube cumprir com a sua obrigação de protectora do lar e da fidelidade conjugal.

Caso a mulher fosse apanhada a trair o esposo, levantaria várias questões, incluindo a da legitimidade dos filhos²⁵². Os elementos do género feminino que estavam à responsabilidade de um homem fossem elas irmãs, filhas ou até mesmo concubinas, tinham o seu papel restrito ao *oikos*.²⁵³

Quando a suspeita do adultério surgia no espaço feminino, os filhos da mulher com o marido eram postos em causa: a sua descendência, a sua legitimidade e a continuação do sangue paterno faziam surgir incertezas. Por sua vez, o homem podia estar com as mulheres que pretendesse, uma vez que a reputação não seria arruinada, nem dúvidas sobre o seu comportamento seriam levantadas.²⁵⁴

Era perigoso para o indivíduo obter o seu prazer ao acaso, pois caso fosse de forma fortuita e ocorresse procriação, colocava em perigo o futuro da sua família.²⁵⁵ Esta situação mostra que a questão da descendência era algo delicado e frágil, uma vez que pode estar associada aos prazeres.

²⁵⁰ Plu. Sol. 23.2.

²⁵¹ Vide Ana Lúcia Curado, *op. cit.*, p. 324

²⁵² Um aspecto problemático ocorria se a adúltera ficasse grávida, como sucedeu com a irmã de Dioxipo [um dos lutadores mais fortes da Grécia (Hyp. 1.6)]. Lícofron era um cidadão ateniense, que se tornou amante de uma ateniense, sendo esta casada com um inválido, que depressa morreu. A herança passou para o filho e alguns familiares descontentes uniram-se, com o objectivo de provar a ilegitimidade da criança. A acusação realizada a Lícofron foi a de adultério, bem como de ter menosprezado a democracia ao quebrar as leis (Hyp. 1.3/13). Através de um processo inicial de acusação, os familiares do falecido tencionaram enveredar por um percurso específico, para o tribunal considerar o testamento nulo, uma vez que o beneficiário do mesmo não seria legítimo, pois poderia ser filho de Lícofron. Este caso descrito em Hiperides possuía uma fragilidade digna de um processo instável. Podemos afirmar que, provavelmente, este adultério em concreto não teria ocorrido, pois os familiares esperaram cerca de três anos para processarem Lícofron, em vez de o terem acusado no momento imediato da partilha.

²⁵³ Ana Lúcia Curado, *op.cit.* pp. 320-340.

²⁵⁴ And. 4.14: *Then, after obtaining a dowry such as no Greek had ever obtained before, he behaved in so profligate a fashion, bringing mistresses, slave and free, into the bridal house, that he drove his wife, who was a decent woman, to present herself before the Archon, as she was legally entitled to do, and divorce him. At that he gave conspicuous proof of his power. He called in his friends, and carried off his wife from the Agora by force, showing the whole world his contempt for the magistrates, the laws, and his fellow Athenians in general. Nor was this one outrage enough for him. He went further.*

²⁵⁵ Vide Michel Foucault, *op.cit.* p. 139.

Neste caso, o perigo era muito maior, pois a mulher era o elemento que cedera a esses prazeres e que tinha como função transportar o filho do cidadão ateniense.²⁵⁶

4.3 A Violação

Os artigos 163º e 164º do Código Penal Português definem violação como: «Quem, por meio de violência, ameaça grave, ou depois de, para esse fim, a ter tornado inconsciente ou posto na impossibilidade de resistir, constranger outra pessoa a sofrer ou a praticar, consigo ou com outrem, acto sexual de relevo. Quem, abusando de autoridade resultante de uma relação de dependência hierárquica, económica ou de trabalho, constranger outra pessoa, por meio de ordem ou ameaça não compreendida no número anterior, a sofrer ou a praticar acto sexual de relevo.»

Esta é a definição jurídica de violação, em termos contemporâneos. Porém, o sistema judicial ateniense dos séculos V e IV a.C não previa um conceito claro para “violação”, como ocorre no código supracitado.²⁵⁷ A violação era um crime de abuso e como tal seria possível que desse origem à acusação de *hybris*.²⁵⁸

Nos discursos do cânone dos Dez não estão incluídas acusações explícitas de violação, porém existem referências a comportamentos desse tipo, como em Lísias, *Sobre o Assassínio de Eratóstenes*:

You hear, sirs, how it directs that, if anyone forcibly debauches a free adult or child, he shall be liable to double damages; while if he so debauches a woman, in one of the cases where it is permitted to kill him, he is subject to the same rule. Thus the lawgiver, sirs, considered that those who use force deserve a less penalty than those who use persuasion; for the latter he condemned to death, whereas for the former he doubled the damages, considering that those who achieve their ends by force are hated by the persons forced; while those who used persuasion corrupted thereby their victims' souls, thus making the wives of others more closely attached to themselves than to their husbands, and got the whole house into their hands, and caused uncertainty as to whose the children really were, the husbands' or the adulterers'. In view of all this the author of the law made death their penalty. (Lys. 1.32-33).

²⁵⁶ A. Eum. 657-661: Aquela a quem chamam mãe não é a geradora do seu filho, mas tão só a alimentadora do germe nela semeado. Quem gera é o sementeiro; ela, como estrangeira a estrangeiro, limita-se a conservar o jovem rebento, a menos que um deus o impeça.

²⁵⁷ Vide Mariateresa Galaz, *op.cit.*, p. 190, refere Susan Guetel Cole (“Greek Sanctions against sexual Assault”, CP 79, 1984, 97-113) que faz um inventário sobre alguns conceitos associados: *bia* (violência física) e *hybris* (ultraje e violência).

²⁵⁸ Vide Delfim Leão, *op.cit.*, p. 12.

Com base nos excertos anteriores, podemos afirmar que os Atenienses viam o adultério como um delito mais grave do que a violação. De acordo com Lísias, a penalização para uma violação seria o pagamento de uma multa²⁵⁹, o que indica a desvalorização do acto relativamente ao outro.

Harrison, referido por Daniel Ogden, indica que tanto a *graphe moicheias* como a *graphe hybreos*, adultério e violação, eram crimes públicos porque qualquer ateniense podia realizar a acusação. Essa situação surgia do facto de o estado observar com preocupação a situação da legitimidade e da linhagem.²⁶⁰ Todavia, o caso de violação era um caso totalmente distinto do de adultério.

Consideramos, assim, que o crime de adultério era efetivamente um crime de cariz público, uma vez que haveria dois elementos da sociedade a realizarem um acto ilegal de forma consensual, em que ambos corromperam a sua própria integridade e as leis da moralidade. Para além de que o papel da mulher na sociedade, que outrora era restrito à privacidade e recato do *oikos*, transportava-se para um leque de relacionamentos, o que colocava em risco o funcionamento normal da comunidade e importância de género.

A grande diferença entre a violação e o adultério é o consentimento. Na violação (inseria-se na esfera privada, representando uma falta menor, frente à lei²⁶¹), a mulher era vítima e sempre manteve a fidelidade e decoro, não sendo alvo de repúdio, por parte do marido.²⁶² Por sua vez, no adultério, a mulher compactuava com este tipo de comportamento e violava as regras da moral, tornando-se uma matéria de Estado.

Os delitos sexuais, na Atenas dos séculos V e IV a.C., punham em causa e em dúvida questões de legitimidade, da composição do corpo democrático, da integridade do *oikos* e da *polis* e da relação entre o cidadão e o Estado.²⁶³

O homem ateniense tinha deveres que, por sua vez, davam lugar a direitos cívicos. Dominador por natureza, o indivíduo não se devia deixar submeter a estatutos inferiores que o seu, nem interferir na relação conjugal de outro casal. Como Michel Foucault nos indica

²⁵⁹ Vide idem, *ibidem*.

²⁶⁰ Vide Daniel Ogden, “Rape, Adultery and the Protection of Bloodlines in Classical Athens”, *Rape in Antiquity: sexual violence in the greek and roman worlds*, edited by Susan Deacy and Karen F. Pierce, London, Bristol Classical, 2012, p. 35

²⁶¹ Vide Mariateresa Galaz, *op.cit.*, p.175.

²⁶² Vide Delfim Leão, *op.cit.*, p. 14; Vide John Porter, *op.cit.*, p. 63.

²⁶³ Vide Rosanna Omitowaju, *op.cit.*, p. 2.

qualquer ruptura num circuito narcisista, neste caso do ponto de vista masculino, perturba o equilíbrio.²⁶⁴

Como já explanámos, a mulher ateniense devia cumprir as suas obrigações, como esposa, protectora do *oikos* e elemento fundamental na continuação da linhagem familiar. Um elemento feminino ao compactuar com uma vida de rebeldia, e traições para com o seu cônjuge, incorria na infracção das leis, do direito familiar.

Ambos os géneros tinham deveres e caso os mesmos não fossem cumpridos, estavam a cometer uma violação, para com as normas que faziam parte do mundo grego.

A rebeldia sexual teve o seu início no começo das civilizações e nas diferentes culturas.²⁶⁵ Devido a essa mesma expressão, foram criadas leis para prevenir e evitar comportamentos sexuais que prejudicassem a sociedade e as regras morais que a integravam, já que uma descendência e uniões que não fossem entre cidadãos mas que aparentassem ser podiam destabilizar os pilares sociais, que por sua vez corrompiam as leis e o sistema político.

²⁶⁴ Michel Foucault, *Doença Mental e Psicologia*, Rio de Janeiro, tempo brasileiro, 1968, p. 28.

²⁶⁵ Vide Mariateresa Galaz, *op.cit.*, p. 176.

Capítulo 5

O Crime Económico e o Crime Político

Nos discursos dos oradores áticos, a maior parte dos textos refere-se a crimes económicos e políticos. Por um lado, quando falamos de crimes económicos estamos a referir-nos a delitos de roubo, fraude, danos e dívidas.²⁶⁶ Por outro, a referência a crimes políticos incluem os casos de traição, corrupção, suborno e deserção²⁶⁷.

A existência de um capítulo em que se encontram dois crimes parece-nos lógico, uma vez que ambos se relacionam. Um indivíduo que, por exemplo, aceite dinheiro para realizações de acções, não se encontra apenas a beneficiar a pessoa que lhe pagou, mas sim a prejudicar toda a balança estatal. A corrupção traz consequências ao nível do desenvolvimento económico, político e social.

Platão censurava a aceitação de presentes, uma vez que corrompia o modelo da cidade ideal e tornava os cidadãos ambiciosos²⁶⁸. Como refere Aristóteles, é por causa do prazer que o Homem pratica más acções, e é por causa do sofrimento que o Homem deixa de praticar acções nobilitantes.²⁶⁹

O termo utilizado para definir a corrupção, no sistema ateniense clássico, era *dôrodokia*.²⁷⁰ A incorrência neste acto reflectia o incumprimento de deveres cívicos necessários à comunidade social e, como tal, tornava este crime um atentado aos pilares da democracia, já que as acções eram feitas em prole do dinheiro em vez do bem-estar dos cidadãos.

Se os auditores acharem que alguém é culpado de peculato, os juízes condenam essa pessoa por roubo e ela terá de pagar o décuplo do valor desviado. Se demonstrarem que alguém aceitou suborno e os juízes o condenarem, estes fixam o valor do suborno e o visado terá de pagar o décuplo disso. (Arist. Ath. Pol. 54.2)

²⁶⁶ Vide *infra* capítulo 8.

²⁶⁷ Os discursos sobre heranças não serão analisados, mas integram o estudo estatístico do capítulo 8.

²⁶⁸ Pl. R. 3.390 e: *-Absolutamente-respondeu.*

-Tão pouco se deve consentir que os guerreiros recebam prendas, nem que sejam ambiciosos.

-De modo nenhum.

-Nem se deve cantar diante deles que os presentes convencem os deuses, convencem os deuses veneráveis.

²⁶⁹ Arist. EN. 1104b.

²⁷⁰ Vide Leslie Kurke, “Money and Mythic History: The Contestation of Transactional Orders in the Fifth Century BC”, *The Ancient Economy*, edited by Walter Scheidel and Sitta Von Reden, New York, Routledge, 2002, p. 94.

Nos casos que se seguem vemos presente o crime de peculato e deserção. Ambos os crimes tiveram motivações pessoais, prejudicaram o colectivo e em nada beneficiaram a cidade ateniense.

5.1 O caso Hárpalo

Um caso que demonstra a importância que este tipo de acontecimentos tinha na sociedade ateniense dos séculos V e IV a.C. é o de Hárpalo.²⁷¹ Hárpalo era um indivíduo macedónio, da confiança de Alexandre e que roubou dinheiro do tesouro do rei Persa. Após o roubo, Hárpalo fugiu para a Ática e subornou todos aqueles que lhe podiam ser úteis, para obtenção de cidadania e protecção.

5.1.1 A corrupção de Demóstenes

No contexto do caso Hárpalo, vários indivíduos foram suspeitos de actos de corrupção, sendo que entre eles estava o próprio Demóstenes. O orador foi acusado de ter recebido vinte talentos de Hárpalo.²⁷²

Demóstenes sugeriu na assembleia que Atenas deveria guardar o dinheiro e esconder o acontecimento do rei Persa (o orador afirmava que o montante roubado era de trezentos e cinquenta talentos, quando na verdade era de setecentos).²⁷³ O orador sugeriu este encobrimento, pois teria recebido vinte talentos de ouro, de Hárpalo, e terá assim agido contra os interesses do povo ateniense.²⁷⁴

For when the people passed a lawful decree and every citizen wished to discover which of the politicians had dared to accept money from Harpalus to the discredit and danger of the city; when, moreover, you, Demosthenes, and many others had proposed in a decree that the Areopagus, according to its traditional right, should hold an inquiry to discover if any of them had received gold from Harpalus, the Areopagus began its investigation (Din. 1.4).

²⁷¹ Paus. 1.37.5: *Of the tombs, the largest and most beautiful are that of a Rhodian who settled at Athens, and the one made by the Macedonian Harpalus, who ran away from Alexander and crossed with a fleet from Asia to Europe. On his arrival at Athens he was arrested by the citizens, but ran away after bribing among others the friends of Alexander. But before this he married Pythonice, whose family I do not know, but she was a courtesan at Athens and at Corinth. His love for her was so great that when she died he made her a tomb which is the most noteworthy of all the old Greek tombs; Paus.2.33.4.*

²⁷² Hyp. 5.1; Din. 1.96.

²⁷³ Hyp. 5.3.9-10; Din. 1.89; Din.1.70.

²⁷⁴ Din. 1.53.

Após inquérito, o areópago verificou que Demóstenes estava na posse de dinheiro²⁷⁵, que não lhe pertencia, e o suborno, bem como a corrupção contra a cidade, foi sem dúvida revelada. Por conseguinte, o orador deveria ser castigado (tendo como base as palavras de Dinarco), servindo de exemplo àqueles que tentavam agir contra a cidade.²⁷⁶

Demóstenes aceitou vinte talentos de ouro, contra os interesses do povo ateniense. O orador foi considerado um criminoso, um homem no qual as pessoas confiavam e depositavam esperanças afinal era um elemento corrupto.²⁷⁷

Enquanto teve um poder político de relevo, Demóstenes não contribuiu para o enriquecimento da cidade, nem sequer providenciou o aumento das forças militares da *polis*, contudo realizou propostas que iam contra os pilares da democracia ateniense.²⁷⁸

O orador admitia ter recebido o dinheiro para o bem dos Atenienses e não para benefício próprio.²⁷⁹ Portanto, Demóstenes não negava a aceitação do suborno, porém não via qualquer inconveniente da acção que realizou, uma vez que a intenção era o bem da cidade.²⁸⁰

Este caso de corrupção levou os oradores Hipérides e Dinarco²⁸¹ a solicitarem a condenação e castigo para o homem que aceitou subornos contra o Estado e desafiou as leis, uma vez que a punição aplicada seria um exemplo e beneficiava não só a cidade como os Atenienses, pois faria do arguido um exemplo para futuras pessoas que fossem corruptas.²⁸²

Além de Demóstenes, outros indivíduos fizeram parte do caso Hárpalos, tal como Aristogítón e o general Fílocles.

²⁷⁵ Din. 1.45-47.

²⁷⁶ Din. 1.15.

²⁷⁷ Din. 1.53.

²⁷⁸ Din. 1.96.

²⁷⁹ Hyp. 5.3.13.

²⁸⁰ Hyp. frag. III.13.

²⁸¹ Os três discursos que temos de Dinarco abordam delitos económicos e políticos: *Contra Demóstenes* (corrupção), *Contra Aristogítón* e *Contra Fílocles* (suborno). Os três discursos reflectem três acusações específicas e unem-se no tópico dos subornos que foram recebidos por estes três indivíduos (*Demóstenes*, *Aristogítón* e *Fílocles*) por Hárpalos.

²⁸² Hyp. 5.1.40; Din. 1.113. Apesar de as acusações contra Demóstenes, quando Hárpalos entregou uma lista com os nomes e montantes que utilizou para subornar determinados indivíduos, pelos seus motivos pessoais, o nome do orador não surgiu. Paus. 2.33.4-5: *yet I must relate the circumstances of the statement made subsequently. Shortly after Harpalus ran away from Athens and crossed with a squadron to Crete, he was put to death by the servants who were attending him, though some assert that he was assassinated by Pausanias, a Macedonian. The steward of his money fled to Rhodes, and was arrested by a Macedonian, Philoxenus, who also had demanded Harpalus from the Athenians. Having this slave in his power, he proceeded to examine him, until he learned everything about such as had allowed themselves to accept a bribe from Harpalus. On obtaining this information he sent a dispatch to Athens, in which he gave a list of such as had taken a bribe from Harpalus, both their names and the sums each had received. Demosthenes, however, he never mentioned at all, although Alexander held him in bitter hatred, and he himself had a private quarrel with him.*

5.1.2 Aristogítón, o devedor

O discurso contra Aristogítón era um texto de acusação que ocorreu por este receber subornos. Aristogítón tinha uma reputação precária e era mal visto na sociedade. O pai, Cidímaco, foi para o exílio, como devedor do estado e morreu na prisão em Eubeia.²⁸³ Ao falecer Cidímaco, Aristogítón herdou as dívidas do pai, mas recusou realizar não só o pagamento desses valores como o das despesas do funeral do progenitor.²⁸⁴

Aristogítón realizou várias ofensas contra o Estado,²⁸⁵ processou cidadãos atenienses, que tinham os seus direitos civis intactos (algo que levou Licurgo a processá-lo, tendo sido condenado e considerado devedor do Estado) e foi subornado por Hárpalo, no valor de vinte minas.²⁸⁶

O orador Dinarco defendia que Aristogítón devia ser condenado à pena de morte²⁸⁷, pois receber suborno em detrimento dos interesses da cidade era um dos crimes que causava danos irreparáveis à cidade.²⁸⁸

Um caso de suborno e traição, julgado perante o conselho, afectava as gerações do futuro, de duas formas possíveis: ou os indivíduos continuavam a aceitar subornos e não eram levados à justiça; ou então com medo das represálias, não aceitavam.²⁸⁹

5.1.3 Fílocles, o general corrupto

O terceiro discurso de Dinarco incidia no general Fílocles. O caso tinha como base a acusação de suborno e corrupção, por parte do general.

Fílocles propôs um decreto, impondo a pena de morte a quem aceitasse dinheiro de Hárpalo. Porém, o general que tinha a função de prevenir a entrada de Hárpalo no Pireu, não agiu em conformidade, deixando-o passar, aquando do recebimento do suborno monetário.²⁹⁰

Para além deste acontecimento, Fílocles tinha um histórico que demonstrava um comportamento constante de aceitação de suborno como nos é indicado pela argumentação escrita por Dinarco.²⁹¹

²⁸³ Din. 2.8.

²⁸⁴ Din. 2.18.

²⁸⁵ Din. 2.12.

²⁸⁶ Din. 2.4.

²⁸⁷ Din. 2.20.

²⁸⁸ Din. 2.17.

²⁸⁹ Din. 2.22.

²⁹⁰ Din.3.2.

²⁹¹ Din. 3.3/7.

A ocupação de um cargo de poder nas forças militares de Atenas e a aceitação de dinheiro em troca de decisões de cariz bélico tornavam o general digno de receio e insegurança. O arguido teve o comando da cavalaria três ou quatro vezes, mas vendeu e traiu a dignidade da posição ao passar de general a traidor.²⁹²

Fílocles agiu contra o concelho, contra a cidade, contra o exército e contra os cidadãos atenienses.²⁹³

5.2 Leócrates e a traição

No século IV, após ter tido conhecimento de que Filipe da Macedónia tinha derrotado os Atenienses, na Batalha de Queroneia, Leócrates, um general, com a ajuda dos seus escravos, recolheu os seus pertences e juntamente com a amante Irene, fugiu da cidade. Na ocasião, foi proclamado um decreto que proibia os Atenienses de deixar ou dela retirar as esposas e filhos.²⁹⁴

Num momento de aflição da cidade, Leócrates deixou a Acrópole, o templo de Zeus e de Atena desprotegidos²⁹⁵, embarcou em direcção a Rodes e posteriormente para Mégara.

Oito anos passaram e Leócrates regressou a Atenas, onde o facto não era segredo mas era sim uma história de conhecimento comum. Deste modo, o comerciante foi processado, por Licurgo, sob uma acusação de traição.

Licurgo levou Leócrates a tribunal não por ódio, mas por considerar a ida do réu, aos locais mercantis e sítios públicos, uma vergonha para todos os cidadãos, algo monstruoso, pois não só abandonou a sua cidade como transmitiu informações incorrectas e prejudicou toda a sociedade.²⁹⁶

Que castigo se dava a um homem que abandonava o seu país e se recusava a proteger os templos dos seus pais, que abandonava as campas dos seus ascendentes e entregava todo o país nas mãos do inimigo?

O orador defendia que a condenação era necessária para transmitir aos elementos jovens da sociedade o exemplo do que era correcto e qual a conduta adequada a um cidadão ateniense.²⁹⁷

²⁹² Din. 3.12.

²⁹³ Din. 3. 4/Din. 3.17.

²⁹⁴ Após a batalha de Queroneia, foi decretado que as crianças e mulheres deviam ser levadas do campo para o interior das muralhas da cidade. Os generais deveriam indicar os Atenienses e outros residentes em Atenas, que estivessem em condições de cumprir os deveres de defesa (Lycurg. 1.17).

²⁹⁵ Lycurg. 1.17.

²⁹⁶ Lycurg. 1.6.

²⁹⁷ Lycurg. 1.8-10.

O julgamento de Leócrates não era apenas mais um pertencente à panóplia das sessões judiciais do cidadão comum. Como o caso era de conhecimento comum, a decisão do julgamento ficava a ser conhecida pelos Gregos.

A situação que decorria em Atenas ganhou notoriedade com a viagem de Leócrates a Rodes, onde partilhou notícia com os outros mercadores que, por motivos laborais, navegavam por todo o mundo grego.²⁹⁸

Em Rodes, foi transmitido que Atenas tinha sido capturada, tendo sido o próprio Leócrates, o único a fugir. Ao saber destas informações, os mercadores e donos de barcos descarregaram os cereais que tinham como destino Atenas. Licurgo apresentava testemunhos que comprovam que o general prejudicou o estado ateniense ao transmitir informações incorrectas, a cidades vizinhas de Atenas, como Rodes.²⁹⁹

Com o passar do tempo, os barcos, com proveniência de Atenas, continuaram a chegar a Rodes, tornando-se claro que nenhum desastre tinha acontecido em Atenas. Leócrates abandonou Rodes e partiu para Mégara, onde viveu sob a alçada de um patrono da cidade. O mercador decidiu não voltar para Atenas e entrou em contacto com o cunhado, Amintas, para que este lhe comprasse a sua casa e os escravos. Posteriormente, o arguido decidiu pagar as suas dívidas e os empréstimos, o que mostraria a intenção de não retorno à cidade.³⁰⁰

Licurgo quis interrogar os escravos sob tortura, o que era um procedimento comum e rotineiro, porém Leócrates não autorizou³⁰¹. O orador afirmava que, se os escravos tivessem sido torturados, teriam partilhado todas as informações, bem como toda a verdade sobre o crime em causa.³⁰² Esta questão, relativa ao interrogatório de escravos sob tortura, e a certeza absoluta de que iriam afirmar sempre a verdade, não estava em, pois sob tortura qualquer indivíduo diz o que o interrogador pretender, apenas para que a dor pare. Nesse sentido, a parcialidade do interrogatório tornava-se certa.

O orador solicitou a pena de morte para Leócrates, apesar de a mesma não fazer parte do castigo utilizado (o exílio) por duas razões: por ter prejudicado a comunidade ateniense e por não haver muitos como o mercador, servindo como exemplo para aqueles que podiam pensar em realizar semelhante acto.³⁰³

²⁹⁸ Lycurg. 1.14-15.

²⁹⁹ Lycurg. 1.19.

³⁰⁰ Lycurg. 1.21-23.

³⁰¹ Lycurg. 1.30.

³⁰² Lycurg. 1.32.

³⁰³ Lycurg. 1.67.

I will not bring dishonour on my sacred arms nor will I abandon my comrade wherever I shall be stationed. I will defend the rights of gods and men and will not leave my country smaller, when I die, but greater and better, so far as I am able by myself and with the help of all. I will respect the rulers of the time duly and the existing ordinances duly and all others which may be established in the future. And if anyone seeks to destroy the ordinances I will oppose him so far as I am able by myself with the help of all. (Lycurg. 1. 77)

Este voto não foi cumprido por Leócrates, mas sim quebrado em benefício próprio, sem preocupação pela cidade ou pelos seus habitantes. Sendo que o que mantém a democracia unida é o voto e a honra que os seus cidadãos detêm, o incumprimento e deste compromete a confiança dos cidadãos e sistema político.³⁰⁴

Na teoria, Leócrates era culpado de traição, por deixar a cidade nas mãos do inimigo; de abandono da democracia, por não ter enfrentado o perigo em nome da liberdade; de impiedade, por ter possibilitado a destruição dos templos e a corrupção dos ritos.³⁰⁵

Apesar da tentativa intensa de Licurgo de condenar o arguido, o veredicto final inocentou Leócrates, um empate, e caso um voto fosse diferente, a decisão fosse a oposta, o mercador era expulso dos limites territoriais.³⁰⁶

Segundo Dinarco, os homens que eram acusados de aceitar subornos, contra o seu próprio país, eram considerados fracos, injuriosos e como detestando a democracia.³⁰⁷ Os arguidos dos casos supracitados não negavam a aceitação de subornos ou de fuga (como sucede com Leócrates). Contudo, os réus indicavam que o crime cometido tinha sido em benefício dos Atenienses.

A corrupção política corrompia os valores intrínsecos à sociedade e as leis que mantinham a comunidade coesa na moralidade e honra. As propostas ilegais, traição e corrupção são sempre crimes colectivos, pois não afectam apenas um indivíduo mas sim toda a comunidade, uma vez que perturba aquelas que são as decisões que podem melhorar ou piorar as condições de vida dos cidadãos.

O ponto que existia em comum, nos discursos relativos ao crime de peculato e traição, era a vítima. Ou seja, num crime desta índole o lesado, apesar de ser o Estado ateniense, também é a sociedade. E se o Estado representa os interesses da sociedade, então, num caso de

³⁰⁴ Lycurg. 1.79.

³⁰⁵ Lycurg. 1.147.

³⁰⁶ Aeschin.3.252, quando ocorria um empate na votação, o arguido era considerado sempre inocente.

³⁰⁷ Din. 3.22.

roubo público e corrupção, os cidadãos também são lesados e, como tal, o castigo teria de ser exemplar. Deste modo, sociedade e estado fundiam-se num só. Quando ocorria a corrupção do estado, surgia o mesmo na sociedade.

Capítulo 6

O Crime Religioso

Então analisemos o que acabamos de dizer. A coisa ou pessoa agradável aos deuses é pia; a coisa ou pessoa detestada pelos deuses é ímpia. E mais: pio e ímpio não são a mesma coisa, mas precisamente opostos, não é isso mesmo?

(Pl. *Euthphr.* 7a)

Como Delfim Leão refere, a religião grega estava intimamente relacionada com a comunidade e, apesar de cada *polis* ter a sua divindade protectora, a identidade da Hélade afirmava-se pelo facto de as diferentes cidades-estados partilharem o mesmo sistema de valores, de que a religião fazia parte.³⁰⁸

Todas as grandes crises, que fugiam do controlo dos homens, podiam ser interpretadas como manifestações da fúria dos deuses: más colheitas e infertilidade das terras, doenças dos homens e do gado, esterilidade das mulheres e descendência anormal, e também guerras civis e derrotas face a um exército inimigo.³⁰⁹

Tendo em conta a relação entre Estado e religião, tudo o que era considerado um acto de ofensa aos deuses entrava em conflito com a vida social dos Gregos, sob a forma de *asebeia*.³¹⁰ Neste delito estavam incluídos a profanação de mistérios, a realização imprópria de sacrifícios, violações de proibições rituais ou de interdições relativas à frequência de locais sagrados, saque de templos, mutilação de objectos sagrados³¹¹ e desrespeito pelos suplicantes.³¹²

As leis que imperavam no código legal ateniense não manifestava a vontade dos deuses, porém a religião manifestava-se com as sanções ao comportamento humano. Esta legislação

³⁰⁸ Vide Delfim Leão, “Matéria Religiosa: Processos de Impiedade (Asebeia)”, *Nomos: direito e sociedade na Antiguidade Clássica*, coordenação de Delfim F. Leão, Lívio Rossetti, Maria do Céu Fialho, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2004, p. 201.

³⁰⁹ Vide Walter Burkert, *op.cit.*, p. 504

³¹⁰ Vide Gerhard Thur, “Asebeia”, *Brill’s New Pauly: encyclopaedia of the Ancient World*, edited by Hubert Cancik and Helmuth Schneider, vol. 2, Leiden, Brill, 2003, p. 108.

³¹¹ Vide Delfim Leão, *op. cit.*, p. 203. O roubo dos objectos sagrados era de tal forma grave, que existia uma acção pública de acusação para o delito: *graphe hierosylias*.

³¹² Vide idem, *ibidem*.

aparece como o *nomos* e como o modelo ou exemplo comportamental, a seguir, em cumprimento do dever cívico.³¹³

O crime de *asebeia* era algo que tinha uma importância significativa e que devia ser analisado e investigado de forma completa, pois, se o mesmo não fosse encarado desse modo, corria-se o risco de afrontar os deuses. Estes garantiam o bom funcionamento das cidades e se a sua imagem fosse ameaçada, os tribunais tinham de agir, o que mostra a ligação profunda entre Estado e religião.³¹⁴

O acto de *asebeia* está presente nos discursos de Andócides, já que a acusação feita ao segundo orador do cânone foi a de ter desrespeitado o decreto de Isotímidis e de ter feito parte do grupo que mutilou as estátuas do deus Hermes.

*But in the meantime the stone statues of Hermes in the city of Athens- they are the pillars of square construction which according to local custom stand in great numbers both in the doorways of private houses and in sacred places-nearly all had their faces mutilated on the same night. No one knew the perpetrators, but great rewards were publicly offered for their detection; and it was voted, besides, that if anyone, citizen or stranger or slave, knew of any other profanation that had been done, whoever would might fearlessly give information.*³¹⁵

Um grupo de indivíduos realizou actos de vandalismo³¹⁶ sobre estátuas representativas do deus Hermes. Estas estátuas, as hermas, eram pilares representativos da cidade, que se encontravam não só às portas das casas particulares, como nos lugares sagrados, como símbolos de protecção e sorte³¹⁷. O acto de mutilação ocorreu durante a noite, como indica Tucídides, no excerto supracitado.

³¹³ Vide Walter Burkert, *op. cit.*, pp. 476, 492, 493, 523. A *eusebeia* era fundamental para a normalidade da vida pública e o seu cumprimento, de modo a manter os parâmetros sociais. Enquanto o seu inverso, *asebeia*, atraía a fúria dos deuses para o indivíduo e para a comunidade, tornando-se um crime público.

³¹⁴ Vide Delfim Leão, *op. cit.*, p. 225.

³¹⁵ Vide *idem, ibidem*, p. 210. Th. 6.27.1-2; And. 1.39-40: *On his return to Athens he found a commission already appointed to investigate, and a reward of one hundred minae offered for information.*

³¹⁶ And. 1.33-35. Após ter sido garantida a imunidade a Teucro, além das informações que tinha sobre os Mistérios, também forneceu sobre a mutilação das estátuas do deus Hermes, bem como uma listagem onde constava o nome de dezoito pessoas. Diocleides surge posteriormente e indicava que sabia que tinha realizado a mutilação, dando uma listagem que rondava as 300 pessoas (And. 1.37).

³¹⁷ Th.6.27.1.

Hermes era o deus do comércio e aquele que conduzia os viajantes pelos caminhos. A sua imagem surgia sob a forma de um pilar cuja parte superior, apenas, estava talhada em forma de busto humano.³¹⁸

Esta mutilação desafiava as leis do sistema jurídico ateniense e tendo em conta que a imagem de Hermes também estava associada aos negócios realizados na ágora e às expedições militares, podemos estabelecer duas teorias em relação ao acto cometido de forma premeditada:

1ª A mutilação das estátuas do deus foi realizada por um grupo de jovens, que executaram esta acção de forma inconsciente, com o intuito de unir os elementos do grupo e fortificar a lealdade entre todos.

2ª Uma vez que ocorreu na véspera da expedição militar contra a Sicília, a vandalização ocorrida teve o objectivo de prejudicar a democracia, tendo tido portanto motivações políticas. Esta acção foi interpretada como um atentado contra o deus que teria contribuído para a derrota dos Atenienses na guerra.³¹⁹

A mutilação dos Hermes levou a uma perturbação dos Atenienses, não só pelo acto em si, como pelas possíveis conjecturas oligárquicas que terão na base do sucedido. Como resultado ocorreu a prisão de muitos cidadãos bem considerados, multiplicando-se as detenções.

Díocles, uma testemunha, indicou mais de 300 nomes, que teriam participado na mutilação de Hermes. Esta informação foi contestada por Andócides, ao testemunhar que Díocles era na realidade um informador pago para dar falsas informações.³²⁰

³¹⁸ Vide Pierre Grimal, "Hermes", *Dicionário da Mitologia Grega e Romana*, coordenação de Victor Jabouille, Lisboa, Difel, 1999, pp. 223-224.

³¹⁹ Vide Marília P. Futre Pinheiro, *Mitos e Lendas da Grécia Antiga*, Lisboa, Clássica Editora, 2011, p. 360.

³²⁰ Vide Nancy Evans, *Civic Rites: Democracy and Religion in Ancient Athens*, California, University of California Press, 2010, p.217; And. 1.65: *The Council and the commission of inquiry went into the matter closely, and when at length they found that it was as I said and that the witnesses corroborated me without exception, they summoned Diocleides. He, however, made a long cross-examination unnecessary by admitting at once that he had been lying, and begged that he might be pardoned if he disclosed who had induced him to tell his story; the culprits, he said, were Alcibiades of Phegus¹ and Amiantus of Aegina; And. 1.67 - 68: Not only do the circumstances in which I here found myself entitle me to the sympathy of all, gentlemen, but my conduct can leave you in no doubt about my integrity. When Euphiletus suggested that we pledge ourselves to what was the worst possible treachery, I opposed him, I attacked him, I heaped on him the scorn which he deserved. Yet once his companions had committed the crime, I kept their secret; it was Teucrus who lodged the information which led to their death or exile, before we had been thrown into prison by Diocleides or were threatened with death. After our imprisonment I denounced four persons: Panaetius, Diacritus, Lysistratus, and Chaeredemus. I was responsible for the exile of these four, I admit; but I saved my father, my brother-in-law, three cousins,*

Nas informações relativas à participação na mutilação das estátuas do deus Hermes, existiam vários nomes de elementos familiares de Andócides, o que levou o orador a afirmar que se trataria de uma manipulação. Naturalmente que outra possibilidade era o envolvimento do grupo familiar. Como verificámos, a vandalização tinha sido uma forma de unir o grupo, fortificando a ligação dos indivíduos, através da impiedade.

Andócides recebeu imunidade ao ser a testemunha principal das actividades impias, que ocorreram antes da expedição naval, indicando os nomes dos elementos que teriam participado no acto de vandalismo (apontou Eufileto como o verdadeiro criminoso que teria orquestrado a situação), já que esta era a única forma que tinha de proteger os seus familiares (salvou assim o pai, o cunhado, três primos e sete outros familiares).³²¹

Neste julgamento, que ocorreu em 415 a.C., Andócides foi considerado culpado do crime de impiedade, mas não foi condenado, mantendo os seus direitos cívicos. Porém, aqueles cujos nomes foram indicados pelo orador acabaram por ser acusados e considerados culpados de *asebeia*, condenados ao exílio e muitos tiveram as suas propriedades confiscadas pelo Estado.

Pouco tempo depois, o decreto de Isotimides foi aprovado na assembleia: a proibição, daqueles que confessaram actos de impiedade, de entrarem nos santuários ou templos da *polis*. Esta aprovação bloqueava a participação de Andócides nos aspectos da vida pública em Atenas. Deste modo, Andócides viu-se obrigado a sair da cidade.³²²

A segunda acusação de que o orador foi alvo correspondia à infracção do decreto de Isotimides, ao participar nas celebrações dos Mistérios. Nesta acusação, o orador não negava a sua presença no festival, uma vez que a situação foi de cariz pública e, como tal, foi visto por várias pessoas.³²³ Por conseguinte, a amnistia geral tinha sido atribuída e desse modo, Andócides não fez nada ilegal. O orador negava ter realizado qualquer tipo de ofensa contra as duas deusas, Deméter e Perséfone, no contexto dos Mistérios de Elêusis, defendendo

and seven other relatives, all of whom were about to be put to death wrongfully; they owe it to me that they are still looking on the light of day, and they are the first to acknowledge it. In addition, the scoundrel who had thrown the whole of Athens into chaos and endangered her very existence was exposed; and your own suspense and suspicions of one another were at an end.

³²¹ And. 1.48-50; vide Hugh Bowden, "Impiety", *The Oxford Handbook of Ancient Greek Religion*, Edited by Esther Eidinow and Julia Kindt, Oxford, Oxford University Press, 2015, p. 332; Plu. Alc. 21.2.; And. 1.68.

³²² Vide Nancy Evans, *op.cit.*, p. 218. Hugh Bowden, *op.cit.*, p. 331. And. 1.51.

³²³ And. 1.8: *Shall I start with what ought to be discussed last and prove that the prosecution disobeyed the law in lodging their information against me? Shall I take the decree of Isotimides and show that it has been annulled?*

mesmo que, quem fosse culpado por estes actos de impiedade, devia ser punido com a morte.³²⁴ Em relação a esta acusação, Andócides foi ilibado.

Nos discursos, do segundo orador do cânone, encontramos a presença de Alcibiades, acusado de *asebeia*, pela celebração dos Mistérios, na casa de particulares.

Accordingly, information was given by certain metics and serving-men, not indeed about the statues of Hermes, but to effect that before this there had been certain mutilations of other statues perpetrated by younger men in drunken sport, and also that the mysteries were being performed in private houses in mockery; and Alcibiades, among others, was implicated in the charges. (Th. 6.28.1)

A realização do festival ocorria em honra da deusa Deméter, a deusa maternal da terra, e da deusa do submundo, Perséfone.³²⁵ Diodoro indicava que a fama de Elêusis surgia da longevidade e da pureza inalterável do culto.³²⁶

A iniciação nos Mistérios de Elêusis era realizada por quase todos os Atenienses, o que revela a dimensão e importância do festival. A sua ampla adesão tinha como uma das explicações o facto de os Mistérios estarem abertos a todos, fossem homens, mulheres, livres, estrangeiros ou escravos, o que explica a ampla adesão³²⁷.

A celebração dos mistérios era da responsabilidade dos elementos pertencentes a duas famílias: os Eumólpidas, que forneciam o hierofante; e os Cérices, que contribuía com o portador do archote (*dadoûchos*) e o arauto do sacrifício (*hierokéryx*).³²⁸ No santuário de Elêusis existia um recinto chamado Telestérion,³²⁹ onde só aqueles que tinham sido iniciados podiam entrar nesse espaço, para festejarem os Mistérios.

Com esta breve introdução sobre os Mistérios de Elêusis, conseguimos perceber o enquadramento da acusação feita a Alcibiades (presente no quarto discurso de Andócides), a celebração dos Mistérios, de forma sacrílega.³³⁰ Isto é, a realização do ritual foi feita num

³²⁴ And. 1.30; o decreto de Isotimides consistia na proibição de os culpados de *asebeia* frequentarem os templos de Atenas e a ágora. Após o exílio de que foi alvo, Andócides tentou regressar por duas vezes a Atenas mas só o conseguiu fazer com a amnistia geral. Delfim Leão, *op.cit.*, p. 221; And. 1.71.

³²⁵ Vide Pierre Grimal, *Dicionário de Mitologia Grega e Romana*, Tradução de Vítor Jabouille, 4ªed, Lisboa, Difel, 2004, pp. 369/ 114-115.

³²⁶ Vide Walter Burkert, *op. cit.*, p. 545; Diod. 5.4.4.

³²⁷ Vide Delfim Leão, *op. cit.*, p. 217.

³²⁸ Vide Walter Burket *op. cit.*, p. 545

³²⁹ Vide idem, *ibidem*, p. 549.

³³⁰ Vide idem, *ibidem*, p. 218.

local impróprio, por pessoas comuns que não tinham o direito de o fazer, transgredindo o secretismo, uma vez que nestas cerimónias privadas estavam pessoas não iniciadas.³³¹

O caso de acusação tinha algumas testemunhas, como Andrómaco³³², que corroborou a celebração dos Mistérios na casa de Pulícion e que Alcibíades fazia parte dos celebrantes³³³, bem como outros elementos, incluindo escravos.

Em concordância com a testemunha anterior, surgiu Teucro, um meteco, residente em Atenas, que forneceu uma lista com doze pessoas.³³⁴ Agariste, membro da família dos Alcmeónidas, foi a quarta testemunha. A mulher indicou que esta profanação teria ocorrido na casa de Cármides, e teria sido feita por Axíoco, Alcibíades e Adimanto.³³⁵ A quinta testemunha foi Lido, o escravo de Férecles. Lido testemunhou que os Mistérios foram celebrados na casa de Férecles e Témaco, e forneceu uma lista com os nomes dos participantes, em estava incluído o pai de Andócides.³³⁶

Como Platão nos indica o castigo de um arguido devia servir de exemplo para outros, a fim de que estes, vendo-os sofrer o que sofriam, se atemorizassem e se tornassem melhores³³⁷. Um vez que o crime de impiedade não só era um delito grave como despertava a insegurança das pessoas em relação à cidade e sua protecção.

A mutilação dos Hermes, a entrada em locais sagrados, quando ocorria a sua proibição, e a celebração de rituais religiosos feita por indivíduos que não tinham o direito para tal eram acções incluídas no delito de *asebeia*, como uma transgressão criminosa na legislação ateniense e no bem-estar da comunidade e como tal o crime *graphe asebeias* era observado como um dos piores delitos.

Voltando às informações que Tucídides transmite, é curioso observarmos que o Estado solicitou informações sobre o acontecimento de profanação, que foram analisadas pela *boule* ou a *ekklesia*. Todos os elementos da sociedade, pertencentes a todos os estatutos sociais podiam ser testemunhas: cidadãos, estrangeiros ou escravos, tendo em conta as limitações

³³¹ Vide Delfim Leão, *op. cit.*, p. 218; Plu. Alc. 22.4: *Téssalo, filho de Címon do demo Lacíades, acusa Alcibíades, filho de Clínias do demo Escambónides, de ofender as duas deusas, ao representar e mostrar os mistérios aos seus companheiros, em sua própria casa, Ele trajou a mesma indumentária que o hierofante usa, quando mostra os objectos sagrados.*

³³² And. 1.12

³³³ And.1.13: Alcibíades, Nícias, Meleto, Arquébio, Arquipo, Diógenes, Polístrato, Aristómenes, Eónias, Panateo.

³³⁴ And. 1.15: Fedro, Gnífon, Isónomo, Hefestodoro, Cefisodoro, Teucro, Diogneto, Esmíndrides, Filócrates, Antifonte, Tisarco, Pântacles.

³³⁵ And. 1.16.

³³⁶ And. 1.17-18.

³³⁷ Pl. Grg. 525b.

jurídicas impostas aos dois últimos grupos³³⁸. Esta abertura de testemunho mostra que os actos ímpios cometidos na Atenas dos séculos V e IV a.C. eram observados como um crime grave, transversais a todas as componentes da vida ateniense, desde a sociedade à política. A cidade renegociava o significado da aplicação das leis e mantinha a ordem social.³³⁹

Não existindo uma força policial interna, em caso de emergência, como ocorreu com esta situação da mutilação dos Hermes e da profanação dos Mistérios, todos os órgãos do governo e pessoas participaram na investigação.³⁴⁰ Esta participação evidencia a importância da religião, em todos os aspectos da vida quotidiana e na medida em que estes crimes eram delitos públicos e não apenas privados.

Burkert relembra que os deuses gregos não ditavam as leis. Mas, a religião grega era um dever, que se mantinha numa comunidade sacrificial, em que a cidade e os deuses estavam em dependência recíproca.³⁴¹ O investigador salienta que o medo que a comunidade tinha pelos deuses formava o princípio da moralidade³⁴². O facto do estado se encontrar unido à religião, aumentou a gravidade dos crimes religiosos, que não se encontrava na esfera privada mas sim na pública.

Não é possível afirmar com total certeza a forma exacta como a *asebeia* era vista. Mas não é de todo erróneo afirmar que a complexidade criminal encontrava-se ligada à componente da comunidade. Um crime, que afectava não só o cidadão mas sim toda a *polis*, estaria a interferir não só com o bom funcionamento da cidade e cumprimento da legislação, como também com os deuses e a incitar a punição que lhe poderia atribuir a força divina.³⁴³ Esta situação mostra que a relação entre a religião e a política tornava estes dois conceitos uma simbiose única.

³³⁸ Vide Delfim Leão, *op.cit.*, p.210. Processo de *menysis*, que permitia a qualquer individuo dar informações sobre uma queixa-crime, que prejudicasse o estado. D. 24.11.

³³⁹ Vide Hugh Bowden, *op.cit.*, p. 327.

³⁴⁰ And. 1.11-15; Virginia J. Hunter, *Policing Athens, Social Control in the Attic Lawsuits, 420-320 B.C.*, Princeton, Princeton University Press. 1994, p. 120.

³⁴¹ Vide Walter Burkert, *op.cit.*, pp. 476/489.

³⁴² Vide *idem*, *ibidem*, pp. 473-474.

³⁴³ Esta situação é semelhante ao que aconteceu no caso de Édipo. Na tragédia de Sófocles, o crime impunido levou a doença à cidade e ao corpo de cidadãos. Vide Sófocles, *Rei Édipo*, trad. Maria do Céu Zambujo Fialho, Lisboa, Edições 70, 2006.

Capítulo 7

O Crime de Sangue

Yet it would be unanimously agreed, I think, that the laws which deal with cases such as the present are the most admirable and righteous of all laws. Not only have they the distinction of being the oldest in this country, but they have changed no more than the crime with which they are concerned.

(Antipho. 5.14)

O homicídio é um crime de dano e de perda, em que se entra em conflito com o direito do ser humano à vida. Homicídio é o termo genérico que define a acção de matar uma pessoa: é utilizado para caracterizar uma conduta mortal. No século XXI Selosse dividiu o chamado de crime de sangue, o homicídio, em categorias: crimes por prazer, por contaminação, por impulsos, por preconceitos, por infâmia.³⁴⁴

À semelhança dos crimes anteriores, também o homicídio fazia parte do mundo clássico e a importância dada a estes delitos era de tal modo elevada que a base legislativa que estava em vigor nos julgamentos de homicídio era a lei de Drácon. Este legislador foi um elemento fundamental no estabelecimento de leis, que nem Sólon alterou, quando realizou as reformas.³⁴⁵

Para o caso de Atenas, devemos à legislação realizada por Drácon e que nos chegou hoje, através dos discursos dos vários oradores. Graças ao trabalho de M. Kohler e Ronald Stroud³⁴⁶, temos a possibilidade de realizar uma análise ou até mesmo uma tipificação mais concreta dos crimes de sangue. A lei do homicídio surgia como o início de toda uma composição jurídica, na medida em que a sua existência permitia um tratamento do tema do crime de sangue de forma mais civilizada. A legislação estipulava os procedimentos a seguir

³⁴⁴ Vide J. Selosse, “Homicídio”, *Dicionário de Psicologia*, Ronald Doron e Françoise Parot, Lisboa, Climepsi Editores, 2001, p. 389.

³⁴⁵ Vide Maria Helena da Rocha Pereira, *Estudos da Cultura Clássica, volume I – Grécia*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2012, p. 156; Arist.*Ath.Pol.*7.1; Peter Walcot, *Envy and The Greeks. A study of human behavior*, Warminster, Aris &Phillip, 1978, pp. 22-51; Os crimes contra a vida, previstos no código penal português, de 1995, do artigo 131º ao 139º, e que actualmente se mantêm em vigor, são:

1. Homicídio qualificado;
2. Homicídio privilegiado;
3. Homicídio a pedido da vítima;
4. Incitamento ou ajuda ao suicídio;
5. Infanticídio;
6. Homicídio por negligência;

³⁴⁶ Parte da estela que sobreviveu permitiu o estudo da legislação de Drácon, como nos refere Michael Gagarin. Vide Michael Gagarin, *op.cit.*, pp.1-2.

em cada caso, algo que podia não ser do agrado dos queixosos³⁴⁷, uma vez que a vingança contra o assassino, por parte da família da vítima não era algo que fosse permitido³⁴⁸, segundo a lei draconiana.

No período clássico, o castigo para o condenado por homicídio, ainda se encontrava inserido na legislação determinada por Drácon: morte ou o exílio.³⁴⁹

Segundo Aristóteles, em termos judiciais, os crimes de sangue estavam divididos em três facções: homicídio intencional, homicídio involuntário e homicídio justificado perante a lei.³⁵⁰

Um indivíduo condenado por homicídio, além de ver os bens confiscados, ficava sujeito à pena de morte. A execução podia ocorrer de duas formas: na primeira, o *apotympanismos*, seria espancado até à morte; na segunda, o condenado era obrigado a beber cicuta.³⁵¹ Se no decorrer do julgamento, um arguido fosse voluntariamente para exílio, não estava autorizado a regressar à Ática.³⁵² Todavia, a lei permitia o regresso, caso o indivíduo fosse purificado e outras condições de retorno fossem cumpridas.³⁵³ Contudo, existia uma diferença: os assassinos intencionais eram condenados ao exílio, para o resto da vida; já os homicidas não intencionais eram elegíveis para perdão, por parte dos familiares da vítima.³⁵⁴ Quem violasse os termos do exílio e fosse apanhado podia ser preso e executado.³⁵⁵

³⁴⁷ Vide idem, *ibidem*, p. 95.

³⁴⁸ Vide idem, *ibidem*, p. 98.

³⁴⁹ Vide David D. Phillips, *op. cit.*, p. 63; Lys. 13.67 – 68; Lys. 13.56.

³⁵⁰ Vide Michael Gagarin, *Drakon and Early Athenian Homicide Law*, New Haven, Yale University Press, 1981, p. 3; D. 23.65-75; Arist. *Ath. Pol.* 57.3.; Pl. *Lg.* 865a-874d.

³⁵¹ Pl. *Phd.* 117b-117c; D. 21.43: *First then, all the laws of damage—to take these first—order the offender to pay the amount twice over if the damage is willful, but only once if it is involuntary. This is reasonable, because, while the injured party is in any case entitled to relief, the law does not ordain that the resentment against the aggressor should be the same, whether his act is voluntary or involuntary. Again, the laws of homicide punish willful murder with death, perpetual exile, and confiscation of goods, but accidental homicide they treat with much consideration and charity.*

³⁵² Vide David D. Phillips, *op. cit.*, p. 64; Pl. *Lg.* 759c: *we shall entrust it to the god himself to ensure his own good pleasure, by committing their appointment to the divine chance of the lot; but each person who gains the lot we shall test, first, as to whether he is sound and true-born, and secondly, as to whether he comes from houses that are as pure as possible, being himself clean from murder and all such offences against religion, and of parents that have lived by the same rule.*

³⁵³ D. 23.72: *That the man who is convicted of involuntary homicide shall, on certain appointed days, leave the country by a prescribed route, and remain in exile until he is reconciled to one of the relatives of the deceased. Then the law permits him to return, not casually, but in a certain manner; it instructs him to make sacrifice and to purify himself, and gives other directions for his conduct. In all these provisions, men of Athens, the law is right; A lei de Drácon indica que quando alguém matava outra pessoa, mesmo que de forma involuntária, ia para o exílio; a reconciliação era possível, porém o acordo teria de ser feito por familiares da vítima e do sexo masculino. Michael Gagarin, *Writing Greek Law*, Cambridge, Cambridge University Press, 2008, p. 96.*

³⁵⁴ Vide *IG I³* 104.13-16 *apud* David D. Philips, *Avengers of Blood, Homicide in Athenian Law and Custom from Draco to Demosthenes*, Stuttgart, Franz Steiner, 2008, p. 63.

³⁵⁵ Vide David D. Philips, *op. cit.*, pp. 63-64; D. 23.28/51.

A morte de um ser humano tinha sempre uma carga negativa na sociedade. A poluição a que a cidade estava sujeita proporcionava a fúria dos deuses, que por sua vez atingia os cidadãos, como no rei Édipo (um crime de homicídio, que não foi punido, quando Édipo matou o pai sem saber. Crime esse que levou à vingança dos deuses e por sua vez à desgraça na cidade, através da doença).³⁵⁶ Deste modo, as leis relativas ao homicídio eram rigorosas, pois o seu combate prevenia não só a famílias das vítimas como também toda a comunidade.

A questão do crime de sangue era de tal forma importante que se acreditava, na Atenas clássica, que o acto de matar outro cidadão trazia consigo a chamada “poluição”. O assassino ficava poluído e podia transmitir a pessoas que se encontravam associadas a ele ou que estavam no mesmo edifício fechado. Esta situação deixava a comunidade em alerta, pois caso também ficassem poluídos, os deuses não iriam castigar apenas o homicídio, mas todos os que se encontrassem neste estado.³⁵⁷

O homicídio surge apenas nos discursos de dois dos oradores áticos: Antífote (*Acusação de envenenamento contra a madrastra; Primeira, Segunda e Terceira Tetralogia*)³⁵⁸, o *Homicídio de Herodes e Coreuta*) e Lísias (*Contra Simão e Sobre um ataque premeditado*)³⁵⁹.

7.1 O homicídio intencional

7.1.1 Premeditação feminina

O primeiro discurso a ser analisado diz respeito a um caso em que se faz uma acusação contra uma madrastra por ter assassinado alguém por envenenamento. Trata-se de uma acusação relacionada com a *dike phonou*.

Em relação a este processo em concreto, eis o sucedido: um tal Filóneo terá convidado um amigo para jantar. No final, a sua amante (uma *pallake*) serviu vinho a ambos. Porém, o

³⁵⁶ Vide Sófocles, *Rei Édipo*: introdução e tradução do grego de Maria do Céu Zambujo Fialho, Lisboa, Edições 70, 2006.

³⁵⁷ Vide David. D. Phillips, *op.cit.*, p. 62; Antípho 5.82-83.

³⁵⁸ As tetralogias de Antífote são os mais completos que nos chegaram do orador, em que podemos observar os dois lados de um julgamento. Os mesmos formam, assim, a base jurídica de todo um conjunto textual que incide no aspecto argumentativo dos dois pontos cruciais do julgamento, tanto da acusação como da defesa. O repertório consiste num conjunto de três de textos, cada qual dividido em quatro partes da exposição. As tetralogias estão organizadas (exercício retórico *dissoi logoi*) dando hipótese à parte seguinte de contradizer o que foi dito anteriormente e de formular o caso. Estes três discursos eram um exemplo representativo de cada tipo de homicídio supracitados. Cada tetralogia incluía um modelo de defesa e de acusação, em cada caso de homicídio, que mostrava como explorar cada assunto, desde a causa do sucedido à responsabilidade. Adriaan Lanni, *op. cit.*, p. 90.

³⁵⁹ O discurso *Sobre um ataque premeditado* consistia na acusação de agressão com o objectivo de matar, segundo a acusação. O primeiro discurso de Lísias, *O assassinio de Eratóstenes*, encontra-se descrito no Capítulo 4, relativo ao adultério.

vinho estava envenenado. Filóneo morreu no momento e o seu amigo ficou bastante doente e terá morrido passadas três semanas. A *pallake*, que era escrava, foi presa, torturada para informações e executada, já que foi ela quem deu o vinho envenenado.

Alguns anos depois, um filho ilegítimo³⁶⁰ do amigo de Filóneo reabriu o caso. O jovem acusou a mulher do pai, a sua madrasta, pelo homicídio do progenitor e de Filóneo, afirmando que a concubina deste último fora um mero acessório para o crime.

A defesa da madrasta foi conduzida pelos dois filhos dela, meios-irmãos do indiciante. A linha de acusação passava por afirmar que a madrasta já tinha realizado uma tentativa, apesar de falhada, de atentado à vida do marido.³⁶¹

Tendo em conta que a pessoa envolvida directamente nesta questão se encontrava morta, e por isso não podia confirmar ou negar o papel da mulher de Filóneo em toda a história, e sendo a matéria de prova inexistente, a acusada tinha do seu lado a incerteza e a falta de provas.

Até que ponto o testemunho de uma ideia e convicção seria válida e vista como prova incriminatória? O único testemunho existente era o do orador, que relata as palavras que o pai lhe disse no leito da morte. Passaram vários anos desde que o pai do indiciante partilhou com ele as informações sobre a madrasta, o relato do queixoso manter-se-ia intacto e inalterado?

O acusador afirmava que a veracidade de um acontecimento só pode ser comprovada por aquele que o presenciou, alegando que o facto de os irmãos defenderem a inocência da mãe revelava apenas que eles tinham lealdade à mãe, derivada da ligação umbilical, recusando por isso vingar o pai morto.³⁶²

Dois pontos fundamentais para a delineação deste caso judicial são: a questão temporal e os sujeitos. O primeiro aspecto a relevar é o tempo decorrido desde a morte de Filóneo e do amigo até à reabertura do caso? Porque razão terão os agentes envolvidos no processo deixado passar vários anos até voltarem a tocar neste assunto?

O queixoso utilizava como argumento o cumprimento do último desejo do seu pai³⁶³, apesar de se encontrar num dilema, já que o levantamento de toda esta questão ia contra os meios-irmãos. O queixoso acusa os meios-irmãos de participarem no encobrimento do papel

³⁶⁰ Vide K. J. Maidment, *op. cit.*, p. 8.

³⁶¹ Antipho. 1. 3.

³⁶² Antipho 1.4.

³⁶³ Antipho 1.1.

da mãe no caso, por não terem deixado interrogar os escravos sobre tortura.³⁶⁴ Contudo, estando exposto a sofrimento e dor, como Hugo Munsterberg indica nos seus *Ensaio sobre psicologia e crime*, um sujeito pode admitir qualquer coisa de modo a terminar com o sofrimento.³⁶⁵ Assim sendo, caso o acusador tivesse tido oportunidade de torturar os escravos da madrastra, a dúvida manter-se-ia, já que qualquer testemunha poderia estar condicionada pela vontade do interrogador.

Tendo em conta as informações que constam no discurso a arguida realizou tentativas anteriores de atentados contra a vida da vítima. Ao ser apanhada, ela justificava-se, dizendo que o que o marido estava a beber era uma bebida para restaurar o amor³⁶⁶. Assim, deparamos com uma situação inconsistente. Como tinha o filho do amigo de Filóneo acesso a todas estas informações? Tratar-se-ia de uma mera teoria especulativa ou teria ele conhecimento da informação por ter falado com os escravos da madrastra? Mas, se ele os abordou, porque não utilizou como argumento esse testemunho?

Sendo a arguida acusada de manipulação e de conspiração com vista ao crime de homicídio intencional, temos uma descrição da forma como se teria formado a ligação entre a *pallake* e a madrastra.³⁶⁷ Filóneo queria mandar a amante para um bordel. Ao ver o estado frágil da *pallake*, Clitemnestra³⁶⁸ aproximou-se dela. Ambas as mulheres decidiram realizar um produto para que o amor fosse restaurado. A amante pensando que o amor de Filóneo voltaria mais forte que nunca, deu uma quantidade maior a Filóneo, o que justifica o facto de este ter morrido instantaneamente enquanto o seu amigo só ter falecido vinte dias depois.³⁶⁹

O jovem acusava ainda a madrastra de ter cometido este crime deliberadamente³⁷⁰, arquitetando todo o plano que teria vitimado não só o marido como a concubina.

Apurar a verdade neste caso é algo muito complicado, tendo em conta a inexistência de elementos que corroborem a culpabilidade da madrastra. As provas estavam perdidas ou escondidas, não foi encontrado veneno na residência da arguida; não existiam declarações de

³⁶⁴ Antipho 1.6. Os métodos de interrogatório utilizados eram diferentes dos actuais. A tortura utilizada em testemunhas como escravos não ia contra os direitos humanos, tendo apenas de ser autorizada pelo dono do escravo em questão, já que este tinha poder de vida e de morte perante estes indivíduos; Pl. *Plt* 309 *apud* N. R. E. Fisher, *Slavery in Classical Greece*, London, Bristol Classical Press, 2001, p. 93. A tortura nos escravos não era considerado ilegal. Idem, *ibidem*, p. 5; Antipho. 1.9-10.

³⁶⁵ Vide Hugo Münsterberg, *Essays on Psychology and Crime, Psychology and Crime*, London, T. Fisher, Unwin, 1911, p. 75.

³⁶⁶ Antipho 1.9.

³⁶⁷ Antipho 1.14-16.

³⁶⁸ Analogia com Clitemnestra, que assassinou o esposo Agamémnon. Ésquilo, *Oresteia: Agamémnon, Coéforas, Euménides*, tradução de Manuel de Oliveira Pulquério, Lisboa, Edições 70, 1998.

³⁶⁹ Antipho 1.19-20

³⁷⁰ Antipho 1.27.

testemunhas que corroborassem o caso; e a executante deste acto foi morta após tortura. Todo o julgamento baseava-se assim, apenas, na palavra do filho do amigo de Filóneo³⁷¹, o orador.

Impõe-se uma breve análise conclusiva do acontecimento: o tipo de morte, ou seja um envenenamento, é algo limpo, que não provoca lutas, nem vestígios à sua volta. Para mais, o método de assassínio referido encontra-se, normalmente, associada ao género feminino.

O pai do acusador faleceu vinte dias depois de Filóneo. Assim, este acontecimento terá sido uma continuação da tentativa de homicídio inicial ou terá então alguém, aproveitando a morte de Filóneo, decidido realizar o plano de crime em seu benefício?

O objectivo destes discursos não tinha como base a explicação ou indicação de leis. Mas sim o método de defesa argumentativo. O testemunho das mulheres não era permitido e o testemunho de escravos apenas era admissível se tivesse sido obtido sob tortura.³⁷²

Neste caso, vemos “duas mulheres, que vistas de maneira diferente na sociedade, acabaram por ficar unidas através do sentimento do amor.”³⁷³ Mas terá este crime sido por amor ou por oportunidade? A escrava ia ser mandada embora, para o prostíbulo e teria, assim, uma “vida pública”. Que efeitos terá isto tido? A *pallake* era mais uma vítima nas mãos da madrastra do orador, ou seria uma cúmplice? A concubina deitou mais veneno no copo de Filóneo pensando que seria poção³⁷⁴ do amor³⁷⁵, para que este a amasse mais ou foi por pura vingança e agressividade? Poderia a amante querer tirar a vida ao homem que pretendia retirar-lhe o estatuto de *pallake*, transformando-a numa mera prostituta?³⁷⁶

Deste caso jurídico podemos salientar três pontos fundamentais: um crime de sangue não prescrevia na Atenas clássica, já que passaram anos até o indiciante reabrir o caso; a utilização da tortura era admissível em escravos, desde que com a autorização do seu senhor

³⁷¹ Vide K. J. Maidment, *op. cit.*, p.12; Rosamond Kent Sprague, *op. cit.*, p. 129.

³⁷² Vide Adriaan Lanni, *op. cit.* p. 38; David C. Mirhady, “Torture and Rhetoric in Athens”, *The Attic Orators*, Oxford Readings in Classical Studies, edited by Edwin Carawan, New York, Oxford University Press, 2007, pp. 247-267.

³⁷³ Vide Ana Lúcia Curado, “História de um Crime Feminino (Antipho 1)”, *Vt par delicto sit poena-crime e justiça na antiguidade*, Ágora, Suplemento 4, Coimbra, Universidade de Aveiro, 2005, p. 109.

³⁷⁴ Vide Carl A. P. Ruck; Blaise Daniel Staples e Clark Heinrich, *The Apples of Apollo. Pagan and Christian Mysteries of the Eucharist* (Durham, N. C. 2001), *apud* Ana Lúcia Curado, “História de um Crime Feminino (Antipho 1)”, *Vt par delicto sit poena-crime e justiça na antiguidade*, Ágora, Suplemento 4, Coimbra, Universidade de Aveiro, 2005, p. 110.

³⁷⁵ Semelhanças com o mito de Hércules e Dejanira: “Depois do casamento com Dejanira, Hércules ficou muito tempo em Cálidon, onde a mulher lhe deu um filho, Hilo. Mais tarde, Hércules e Dejanira deixaram Cálidon. No caminho, durante a travessia de um rio, o centauro Nesso tentou violar Dejanira mas foi morto por Hércules. Ao morrer, porém, deu à jovem esposa uma droga, cuja composição entrava o sangue que corra da sua ferida, dizendo-lhe que era um filtro do amor.” Vide “Dejanira”, Pierre Grimal, *op.cit.*, p. 114.

³⁷⁶ Sobre os termos *pallake* e *hetaira*, vide Ana Lúcia Curado, *As Mulheres em Atenas: as mulheres legítimas e as outras*, Lisboa, Sá da Costa Editora, 2008, pp. 367-413.

(neste caso não ocorreu a tortura aos escravos da madrastra porque o queixoso não obteve autorização); os testemunhos são fundamentais para delinear uma cronologia temporal objectiva do crime e a reabertura do caso podia ser realizada caso houvesse razões.

Este discurso tem dois aspectos que nos mostra a importância deste texto: em primeiro mostrou o homicídio intencional e o crime presente, uma poluição para a cidade e para todos aqueles que nela habitam; em segundo lugar um elemento do género feminino ser acusada de matar um homem, de forma planeada e intencional.

7.1.2 Crime de Vingança ou Oportunidade?

Neste discurso lemos sobre um caso de homicídio intencional, o que inicialmente podia ter sido confundido com um crime de oportunidade, fortuito, desenvolveu-se em algo mais.

A vítima deste processo foi um individuo do género masculino³⁷⁷, foi brutalmente assassinado, que designamos por *A*³⁷⁸. O arguido era um homem que, devido às desavenças entre ele e a vítima, se tornou o principal suspeito e a quem designaremos por *B*.

A dificuldade em conseguir elaborar uma explicação concreta e objectiva da teia esquemática deste crime radica no facto de ser um delito com as características tão idênticas como a outro deste cariz.³⁷⁹

Ao delinear o caso, o orador vai eliminando os vários motivos que podiam ter conduzido à morte de *A*. Não foi um crime de oportunidade, nem de disputa, existia uma forte probabilidade da vítima conhecer o atacante. O alegado assassino terá sido o arguido, segundo o orador.

A razão: acontecimentos anteriores que colocavam os dois indivíduos, *A* e *B*, em lados opostos e a serem considerados inimigos. Portanto, o motivo era vingança, o que deixou *B* imprudente em relação aos perigos. Mas se não foram encontradas provas, até que ponto *B* era o suspeito correcto?

O individuo *B* tinha já sido arguido em vários processos judiciais, porém nunca fora condenado. No último processo, foi acusado pelo individuo *A*, com uma acusação de desfalque do dinheiro dos templos. O objectivo de *B*, supostamente, terá sido duplo, ou seja, destruir quem o indiciou e terminar com o processo em curso, já que aquele que o acusou já não se

³⁷⁷ Antipho 2.4

³⁷⁸ Os nomes dos indivíduos não constam das tetralogias.

³⁷⁹ Antipho 2.1.

encontrava presente.³⁸⁰ Esta morte terá assim sido um acto de desespero, já que *B* sabia que ia ser condenado no processo do desfalque.

Na segunda parte do discurso temos a defesa do arguido. Este considerava uma injustiça o que estava a sofrer. Como já tinha antecedentes, o arguido via nesta acusação apenas um processo de conveniência.³⁸¹ *B* refere que se encontrava numa miséria, já que além de se defender tinha de encontrar os verdadeiros criminosos³⁸² O arguido indica ainda que não iria matar *A*, pois caso fosse condenado no primeiro julgamento perderia os seus bens.

O facto de não haver testemunhas, a não ser um escravo, tornava todo o caso muito frágil, já que o testemunho podia estar a ser induzido com o objectivo específico de acusar o sujeito *B*.

Mas até que ponto as provas levam ao suspeito ou o suspeito é adaptado às evidências? A acusação ao arguido baseava-se em provas circunstanciais, sendo que o motivo existia

A decisão tomada pelo tribunal é uma incógnita, tal como a veracidade deste texto. Este discurso era original ou apenas baseado em factos verídicos? A linha entre estes dois pontos torna-se muito ténue na medida em que estes textos poderão ter sido escritos com objectivo educativo ou ser uma reprodução do acontecimento em tribunal.

Em relação ao crime podemos afirmar que ocorreu um homicídio intencional, cuja finalidade era retirar a vida de um cidadão ateniense. Caso o culpado não fosse encontrado, este crime não teria castigo, mantendo-se à mercê da vontade divina. Contudo, existiria a certeza que os deuses iriam castigar os atenienses, já que ninguém sabia quem era o homicida e assim todos os elementos da cidade podiam estar poluídos.

7.2 O homicídio involuntário.

7.2.1 Justiça ou consolo emocional?

O conjunto das quatro partes da segunda tetralogia diferenciava-se dos anteriores na sua origem. A acusação estava a ser feita ao acontecimento e não ao indivíduo.

³⁸⁰ Antipho 2.7-8.

³⁸¹ Antipho 2.2.2.

³⁸² Antipho 2.2.4.

O julgamento gira em torno do sujeito *D*, o arguido, que quando estava a treinar com os dardos, no ginásio, acertou no sujeito *C*, a vítima, atingindo-o na costela o que levou a uma morte instantânea.³⁸³

Aquilo que podemos considerar um acontecimento isolado e acidental, acabou por se tornar na demanda de consolo emocional para o pai da vítima. O queixoso quis, assim, averiguar se a responsabilidade deste evento caía apenas na vítima ou se o arguido tinha alguma culpa nesta situação.

Não se tratava de um processo linear, com argumentos acusatórios e abonatórios, mas da delineação de teorias explicativas. No terceiro discurso de Antífonte estava presente a responsabilidade moral. Mas até que medida é possível avaliar e julgar esta mesma moralidade?

O pai da vítima não acusava o arguido de homicídio intencional, porém pediu ao júri que se manifestasse contra a poluição que a presença do jovem rapaz trazia a toda a cidade, banindo-o de todos os ritos, que a lei previa. A morte tenha sido premeditada ou acidental, acabou por conduzir à perda da vida de um jovem rapaz.³⁸⁴

A defesa do arguido foi feita pelo seu pai que, ao educar o filho nas linhas comuns e aceites pela sociedade, não via este acto como algo mais do que um acidente.³⁸⁵

A estratégia de defesa, neste discurso, resume-se a provar que o arguido, apesar de a morte ter sido acidental, não só fez tudo o que lhe foi possível para auxiliar a vítima.

O processo surge não do homicídio involuntário, mas sim de ter sido derramado sangue. O pai da vítima acusa *D* de matar o filho por acidente.³⁸⁶ Por sua vez, o acusador reivindicava assim o direito de mostrar que fora o mais afectado no processo, e não o pai do arguido. E apesar de o homicídio ter sido involuntário e acidental, os efeitos são os mesmos.³⁸⁷

O pai da vítima desejava que a morte do filho fosse vingada: um olho por um olho, porém esse aspecto não integrava a legislação na Grécia.³⁸⁸ O queixoso apelava aos elementos do júri para não partilharem da culpa sanguinária, e que fizessem justiça pela morte que ocorreu.³⁸⁹

³⁸³ Antípho 3.1.

³⁸⁴ Antípho 3.2.

³⁸⁵ Antípho 3.2.3/10.

³⁸⁶ Antípho 3.1.1.

³⁸⁷ Antípho 3.3.3-7.

³⁸⁸ Antípho 3.3.9.

³⁸⁹ Antípho 3.3.12.

A defesa do arguido passava por abordar a seguinte questão: não existiam provas de o indivíduo *D* ter matado o indivíduo *C*.³⁹⁰ Além disso, a vítima atirou-se para frente do dardo sendo *C* o único responsável pela sua morte.³⁹¹ O indivíduo *D* não viu ninguém a correr, portanto como poderia tomar as precauções devidas?³⁹²

A vítima causou, assim, a sua própria morte³⁹³, e a lei absolvía o arguido de culpa e condenava a própria vítima. A morte foi causada pelas acções da vítima, já que se atravessou no percurso do dardo.³⁹⁴

O acusador, provavelmente, pretendia uma substituição para o sentimento de perda, já que o filho desaparecera. Este caso insere-se na categoria de homicídio accidental. Um indivíduo que era condenado pelo acontecimento accidental, não traduzia a representatividade da lei ateniense. Ou seja, as punições inseridas na legislação apenas deveriam ser aplicadas caso o arguido fosse culpado e tivesse agido de forma intencional. O castigo a que uma pessoa está sujeita, aquando o veredicto são utilizados como exemplo para o resto da comunidade. Caso, *D* fosse condenado não seria um modelo nem estaria a representar a aplicabilidade da lei, pois foi apenas um acidente.

A culpa e dor existentes nos familiares da vítima foram a razão da abertura do processo. A morte de *C*, que foi testemunhada por múltiplas pessoas, tornou-se uma perda, mas provavelmente *D* não foi condenado, já que o homicídio foi unicamente accidental.

Este caso baseia-se na procura de justiça do ponto de vista emocional³⁹⁵, bem como uma tentativa de vingança através do sistema judicial, por parte do queixoso. O acusador transforma algo que fora do regime jurídico era visto como ilegal numa situação dentro dos parâmetros legais e previsíveis dentro da lei.

³⁹⁰ Antipho 3.4.3.

³⁹¹ Antipho 3.4.4.

³⁹² Antipho 3.4.7.

³⁹³ Antipho 3.4.9-10.

³⁹⁴ Antipho 3.4.10.

³⁹⁵ Vide Michael Gagarin, "The truth of Antiphon's truth", *Before Plato, Essays in Ancient Philosophy VI*, Edited by Anthony Preus, Albany, State University of New York Press, 2001, p.176.

7.3 O homicídio justificado perante a lei

7.3.1 Legítima defesa

Os quatro discursos que fazem parte da terceira tetralogia abordam o homicídio em legítima defesa. Dos vários discursos a terceira tetralogia era o único em que observamos várias testemunhas em tribunal, que podiam corroborar a defesa do arguido.

Um homem velho e um jovem tiveram uma disputa, enquanto bebiam. *E* ficou ferido, recebeu cuidados médicos, mas acabou por falecer. A família de *E* processou *F* por homicídio intencional. Porém, *F* alegava que fora provocado e agira em legítima defesa.

A defesa tentou justificar o homicídio, referindo que a morte foi provocada pela incompetência dos cuidados de saúde prestados. No último discurso, os amigos do arguido testemunham a seu favor, algo novo nas tetralogias.

O arguido afirmava que não matara a vítima. Segundo a estratégia apresentada pela defesa, *F* morreu vários dias após o sucedido, depois ter sido colocado nas mãos de um médico incompetente, e não pelas agressões recebidas.³⁹⁶ Os ferimentos que a vítima sofreu podiam ter provocado danos internos extensos. Algo que o conhecimento da época não previa.

O arguido agiu em legítima defesa e foram várias as testemunhas que presenciaram o sucedido.³⁹⁷ A inocência do arguido era, assim, comprovada pela lei como pelo facto do oponente ser o agressor.³⁹⁸

Não terá sido por negligência médica que *E* faleceu, mas sim pela violência demonstrada pelo arguido. Toda a violência e o estado em que a vítima ficou forçaram o médico a ser chamado.³⁹⁹ Segundo o orador, o único culpado foi o réu, com a violência que exerceu.⁴⁰⁰ *E* era o agressor, e mesmo que *F* o tenha ferido, o arguido agiu apenas em consonância com os seus direitos. Quando a vítima lhe bateu, *F* utilizou os seus punhos para retaliar⁴⁰¹

³⁹⁶ Antipho 4.2.4.

³⁹⁷ Antipho 4.2.5.

³⁹⁸ Antipho 4.2.6.

³⁹⁹ Antipho 4.3.5.

⁴⁰⁰ Antipho 4.3.7.

⁴⁰¹ Antipho 4.1. 2; Antipho 4.2.2.

Os amigos surgiram como testemunhas em benefício do arguido.⁴⁰² As testemunhas indicavam que o agressor tinha sido a vítima. *F*, que se encontrava bêbedo e violento, nunca agiu na defensiva, mas sempre a atacar.⁴⁰³

Este acto inseria-se no homicídio justificado perante a lei, uma vez que o réu terá agido em legítima defesa e apenas nessa situação o arguido não devia ser condenado.

A ideia de crime pressupõe a realização de algo ilegítimo. Então neste caso o homicídio em legítima defesa não era um crime e o homicida não era criminalmente responsável, tendo apenas se defendido, bem como cumprindo a legislação.

7.4 Onde está Herodes?

Este era o caso contra Euxiteo⁴⁰⁴. Trata-se do homicídio de um jovem, que se encontrava por resolver e em que apenas era visível a existência de provas e de justificações vagas, tendo como suspeito um indivíduo do sexo masculino.

Eis os factos: Euxiteo e o ateniense Herodes embarcaram juntos para a costa da Trácia. Numa noite de convívio que se seguiu, entre toda a tripulação, Herodes bebeu demais e desapareceu. A família, ao ser informada, desconfiou de que o desaparecimento de Herodes envolvia Euxiteo.

Realizou-se uma investigação e descobriu-se, que o barco em que Herodes seguia continha manchas de sangue (algo que, no entanto, poderia dever-se aos sacrifícios propiciatórios ali realizados). Um membro da tripulação foi interrogado, sob tortura, mas sempre afirmou que Euxiteo tinha ficado no barco na noite em questão. Um segundo elemento, um escravo, foi interrogado da mesma forma, perante os seus donos, acabando por admitir que tinha ajudado Euxiteo⁴⁰⁵ a cometer homicídio. O arguido terá batido na cabeça de Herodes com uma pedra e os dois, o escravo e Euxiteo, carregaram o corpo para um barco à parte e atiraram o corpo borda fora, para o mar. O escravo foi morto e Euxiteo foi preso. De acordo com o mandado, foi levado para a prisão em Atenas e ficou à espera do julgamento, sem direito a fiança.

Surgiu ainda uma mensagem de Euxiteo para um certo Licino em que aquele afirmava que tinha assassinado Herodes. No julgamento, Euxiteo adoptou uma linha de defesa,

⁴⁰² Antipho 4.4.2.

⁴⁰³ Antipho 4.4.6.

⁴⁰⁴ Este discurso é um dos textos que dizem respeito ao período de maior maturidade do sofista, K. J. Maidment, *op.cit.*, p. 148.

⁴⁰⁵ Antipho 5.42, 43.

afirmando que as provas apresentadas pela acusação eram ambíguas, e colocou a culpa em Licino.

As testemunhas afirmaram que encontraram uma tempestade, durante a viagem.⁴⁰⁶ Após o desaparecimento de Herodes partiram à procura do rapaz. Era do conhecimento de todos que o ateniense tinha bebido demais.⁴⁰⁷ Conforme a regra, os informadores eram recompensados com dinheiro, se fossem livres, e com a liberdade, se fossem escravos⁴⁰⁸. Mas a testemunha-chave foi morta sem antes a defesa ter oportunidade de realizar o contra-interrogatório.

Segundo a acusação, Herodes foi morto perto do mar. Porém, não existiam mais testemunhas, nem qualquer vestígio de sangue⁴⁰⁹ O arguido indicava a colocação de provas no local por parte das autoridades competentes, já que a carta que alegadamente indicava o seu envolvimento no assassinio terá sido encontrada apenas na segunda busca realizada, e não na primeira.⁴¹⁰

A dúvida constante mantém-se ao longo de todo o discurso. A inocência ou culpa de Euxiteo não está apurada. Mas, o facto de o arguido chamar a atenção do júri para o papel que o seu pai tinha, bem como a contribuição para a cidade⁴¹¹, mostrava o desespero que o arguido detinha, utilizando todos os recursos para sair da situação.⁴¹²

Os familiares da vítima basearam todo o caso na extracção do testemunho de um escravo torturado, um processo conhecido como *basanos*.⁴¹³ Mas com já observámos, em determinadas circunstâncias de dor e sofrimento uma pessoa torturada pode mentir.

O caso do homicídio de Herodes foi sustentado por várias provas, como a carta enviada a Licino, o sangue no barco e o testemunho do escravo. Por outro lado, não existiram referências à relação entre os dois indivíduos, o que poderá ser um indício de um acidente, um desaparecimento, que se tornou em homicídio, com intenção de matar, mas sem premeditação.⁴¹⁴

⁴⁰⁶ Antipho 5.21.

⁴⁰⁷ Antipho 5.26.

⁴⁰⁸ Antipho 5.35.

⁴⁰⁹ Naturalmente, as técnicas forenses hoje conhecidas não existiam nesta época, o que dificultava o processo incriminatório e de defesa. Antipho 5.45.

⁴¹⁰ Antipho 5.53, 54, 55.

⁴¹¹ Antipho 5.78, 79.

⁴¹² Antipho 5.140.

⁴¹³ Vide Michael Gagarin, "The Nature of Proofs in Antiphon", *The Attic Orators*, Oxford Readings in Classical Studies, edited by Edwin Carawan, New York, Oxford University Press, 2007, p.226; Antipho 5.31- 32.

⁴¹⁴ Tendo em conta os discursos que foram analisados, de Antífonte, podemos observar que a sua reputação como homem ateniense estava longe do ideal. Utilizando o seu conhecimento para escrever os textos de defesa de arguidos acusados de homicídio (crimes de sangue).

Apesar de o caso de homicídio apresentado ser dos mais fortes, até ao momento nos discursos dos oradores (provas e testemunhos) o arguido estava a ser julgado por ser malfeitor e não por homicídio. São dois crimes distintos com penas diferentes.⁴¹⁵ A acusação podia estar relacionada com a situação social da família do indivíduo. Ou seja, o simples facto de Euxiteo ter sido constituído arguido e acusado de ser um malfeitor no crime de assassínio atingia não só a família da suposta vítima (que queria justiça), como toda a comunidade.

7.5 O Corego e o homicídio

O último caso que lemos no *corpus* deste autor teve um corego⁴¹⁶ como arguido (o qual iremos designar por X). O facto de um indivíduo com esta posição deter um papel relativamente significativo na sociedade ateniense da época tornava este caso algo peculiar.

A vítima foi um jovem do sexo masculino, pertencente ao coro, irmão de Filócrates, chamado Diódoto. O rapaz morreu envenenado⁴¹⁷ e o arguido tencionava provar que não disse ao jovem para beber a substância e que nem sequer terá presenciado o acontecimento.⁴¹⁸ O único culpado do ocorrido teria sido o acaso. A acusação indicava que o culpado pela morte de Diódoto era o corego.⁴¹⁹

A defesa argumentou que o homicídio de Diódoto não fora premeditada ou architectada.⁴²⁰ A morte ocorreu perante numerosas testemunhas, homens e rapazes, livres e escravos.⁴²¹

Filócrates, no mesmo dia do enterro do irmão apresentou-se na Hélade e declarou que o indivíduo X terá morto o jovem do coro, forçando-o a beber veneno. Caso X fosse condenado do crime de homicídio não podia continuar com a acusação inicial e os quatro oponentes ficariam sem ser punidos.⁴²²

⁴¹⁵ Em tribunal existia a informação de ser malfeitor (Antipho 5.9), mas Euxiteo estava a ser acusado de homicídio: algo que nunca aconteceu na Ática, pois os malfeitores encontravam-se associados ao roubo e as testemunhas chamadas afirmaram que ele não era um ladrão.

⁴¹⁶ Vide H-D. Blume “Choregos”, *Brill's New Pauly, Encyclopaedia of The Ancient World* edited by Hubert Cancik and Helmuth Schneider, vol. 3, Leiden, Brill, 2003, p. 244. O corego era o indivíduo que em Atenas estava encarregado de organizar e patrocinar o coro. Este indivíduo tinha como responsabilidade presidir ao coro dos cidadãos, olhar por eles durante o mês de ensaios. Era dado ao corego proeminência durante os festivais e o seu nome aparecia, oficialmente, junto do poeta vencedor.

⁴¹⁷ Antipho 6.15; Vide George Kennedy, *op.cit.*, p. 132.

⁴¹⁸ Antipho 6.15/17.

⁴¹⁹ Antipho 6.16.

⁴²⁰ Antipho 6.19.

⁴²¹ Antipho 6.19/22.

⁴²² Antipho 6.36; Antipho 6.20

A acusação entrou com o processo antes de a casa de Diódoto e Filócrates ter sido purificada ou os ritos devidos serem realizados, o dia escolhido foi o primeiro dia em que os quatro seriam julgados, tornando impossível a X continuar com o processo ou apresentar em tribunal as suas provas.⁴²³

Quando X ia acusar Arístio, Filino e Ampélio⁴²⁴, devido a desfalques a que estavam associados, ocorreu a morte de Diódoto e a denúncia. No terceiro dia, após a morte do jovem, o dia das cerimónias fúnebres, Filóneo apresentou a acusação ao tribunal.⁴²⁵

Para se defender, o corego delineou uma teoria alternativa à morte do jovem e acusou o irmão da vítima, Filócrates, como co-conspirador no acontecimento.

Podemos analisar este caso de três pontos de vista diferentes: Diódoto bebeu a substância por engano, mas os oponentes de X viram uma forma de ganharem vantagem com o acontecimento; um dos opositores de X deu ao jovem o veneno (Filócrates tornava-se assim co-conspirador), com o mesmo objectivo anteriormente referido; ou então X terá efectivamente assassinado o irmão de Filócrates, por razões desconhecidas.

No discurso que envolve o corego está presente um crime de homicídio intencional, cujo arguido é um elemento importante e participativo na cidade. Já concluímos que um crime é ilegítimo, mas a ilegitimidade surge através de uma pessoa que devia representar os princípios da cidade.

7.6 Agressão

7.6.1 Agressão ou tentativa de homicídio

Nos discursos de Lísias lemos acerca de dois casos de agressão. A inserção deste tipo de delito, neste capítulo, decorre do objectivo do acto: intenção de matar e premeditação. Ambas as situações se enquadram na categoria de agressão intencional, designada por *trauma ek pronoias*, como reforça Adriann Lanni.⁴²⁶

O motivo passional terá estado na base destas agressões. No primeiro caso (o que encontramos no *Contra Simão*), Simão processou um indivíduo (Y) por ter realizado uma agressão, com intenção de matar.⁴²⁷ Tanto Simão como o arguido queriam um jovem chamado

⁴²³ Antipho 6.37.

⁴²⁴ Faziam parte do grupo que tinha sido escolhido pelo corego para supervisionar o coro e a olhar pelos elementos.

⁴²⁵ Antipho 6.13; Antipho 6.34; Antipho 6.21.

⁴²⁶ Adriann Lanni, *op.cit.*, p. 91.

⁴²⁷ Este era um discurso de defesa, contra Simão, perante o tribunal do areópago.

Teódoto. O arguido terá tentado conquistar a afeição do rapaz com generosidade e bondade, enquanto Simão utilizou a violência.⁴²⁸ Ao ouvir que o rapaz estava em casa de Y, Simão, alcoolizado, foi até à habitação onde se encontrava o rapaz, durante a noite, arrombou as portas e invadiu a propriedade. Simão recusou-se a ir embora e tentou agredir Y. Por sua vez, o arguido apenas se terá desviado e defendido.

Posteriormente, Simão com outros amigos (Teófilo, Protarco e Autocles) agrediram Teódoto⁴²⁹, perseguiram-no e arrastaram-no com violência. O arguido indicou que apenas se defendeu quando todos se agrediram, várias testemunhas corroboram o acontecimento.⁴³⁰ O queixoso indicou que o arguido teve a audácia de dizer que pagou 300 dracmas a Teódoto, segundo um acordo feito com ele, o que levou o orador a indicar que seria mentira.⁴³¹ Teódoto não gostava de Simão e queria continuar a viver com Y. Simão ameaçou o arguido e a família de Y, perseguiu-o e tê-lo-á violentado.⁴³²

No segundo caso (o que se lê em *Sobre um ataque premeditado*), a pessoa que estava no centro do desentendimento era uma escrava. O arguido afirmava que uma rapariga escrava lhe pertencia, já que deu a mesma soma de dinheiro que o queixoso, que defendia a posse exclusiva.

Neste discurso está presente a acusação de agredir um homem com intenção de matar, devido à posse de uma rapariga escrava, que a defesa alega ser propriedade conjunta, enquanto a acusação afirma ser apenas dele.

O arguido afirmava continuamente que a mulher era de posse comum, ambos a partilhavam e que colocou a mesma soma de dinheiro que o queixoso quando a compraram.⁴³³ O queixoso invadiu a casa de H e tentou agredi-lo, I (o arguido) apenas se defendeu.⁴³⁴ O arguido não premeditou nada contra o queixoso e defendeu-se do ataque realizado, pois encontrava-se em perigo e defendeu-se.⁴³⁵

Em ambos os discursos, os arguidos indicam que agiram em legítima defesa, e que não desencadearam as disputas. Os indivíduos tentaram provar que não teria ocorrido qualquer

⁴²⁸ Lys. 3.5.

⁴²⁹ Lys. 3.11.

⁴³⁰ Lys. 3.18-21.

⁴³¹ Lys. 3.22.

⁴³² Lys. 3.28-31.

⁴³³ Lys. 4.12-16.

⁴³⁴ Lys. 4.6

⁴³⁵ Lys.4.18; A condenação neste tipo de situação, quando provada, era o exílio e a confiscação de propriedade (Lys. 3.42).

tipo de premeditação, que as nódoas negras existentes nos corpos dos queixosos eram de lutas variadas e que o primeiro acto de violência teria ocorrido por iniciativa do opositor.

À primeira vista o ciúme e a rejeição estão na base dos dois acontecimentos. Mas se verificarmos melhor, existe a possibilidade de estar presente a questão da honra. Simão não conseguiu ficar com o jovem, foi preterido por outro, algo que pode ter atingido a susceptibilidade masculina, já que os atenienses eram uma sociedade de honra. Se um ateniense não conseguia manter um mero jovem ou escrava (no caso de *H*) consigo, como poderia contribuir para a evolução da cidade e dos seus habitantes? Tanto Simão como *H* ao realizarem as acusações estavam a tentar proteger as próprias honras, tentando mostrar que só não tinham Teódoto e a escrava, porque não queriam agir contra a cidade, já que o crime é algo punível por lei, logo uma acção ilegítima. Todavia, existe a hipótese de quererem justificar estes acontecimentos em tribunal, para protegerem a honra. Pois Simão e *H* ao terem sido preteridos, revelavam que ambos os homens não conseguiam controlar os elementos dos seus círculos e isto mostrava que não estariam aptos para controlar ou participar no amplo grupo dos cidadãos.

7.7 Crimes de sangue

Em relação ao conjunto dos crimes que integra os múltiplos discursos dos oradores áticos, o delito do homicídio tem uma percentagem inferior em termos quantitativos, porém em termos de importância mantém-se no topo. Essa importância surge das questões do derrame do sangue e da sua relação com o tópico da religião.

No século V a.C., os atenienses viam o homicídio como uma ofensa que possuía repercussões religiosas. Segundo o dogma ateniense, aqueles que morriam de mortes não naturais voltariam para procurar retribuição.⁴³⁶ Não só os oradores como os escritores de tragédias associaram situações de desgraça a crimes cometidos. Tal sucede em Édipo. Sófocles demonstra como um crime de sangue (Édipo matou o pai e casou com a mãe, sem saber a relação de parentesco), sem castigo, provocou a ira divina que enviou a doença à cidade. Após Édipo e Jocasta descobrirem a verdade, a mulher suicida-se e Édipo fura os olhos, vivendo os seus dias na cegueira, mas sabendo sempre os actos que cometeu.

Em modo de conclusão, podemos verificar ao longo dos discursos respeitantes a homicídios que, apesar das óbvias diferenças, tinham algo em comum: ocorria uma lacuna na

⁴³⁶ David D. Phillips, *op.cit.*, p. 62

investigação (fosse em faltas de provas ou de não existir uma análise do acontecimento de forma pormenorizada), como aconteceu com a *Acusação de envenenamento contra a madrasta* e a *Primeira Tetralogia*; e o estatuto social da família tinha um elevado peso na decisão, como observámos no quinto discurso de Antífonte, em que Euxiteo utilizou os feitos e as proezas dos familiares para tentar uma absolvição.

Como notámos tenha sido por amor, vingança ou dinheiro, o homicídio estava presente na sociedade ateniense dos séculos V e IV a.C., existindo procedimentos e leis rigorosas que deviam ser seguidas.

Capítulo 8

Estudo Estatístico da Presença dos Crimes nos Discursos dos Oradores Áticos

Neste capítulo procedemos a um estudo estatístico, relativo aos crimes referidos nos discursos dos dez oradores áticos. A recolha de dados relativos aos discursos áticos permite determinar e realizar uma melhor análise da situação criminal da Atenas dos séculos V e IV a.C.

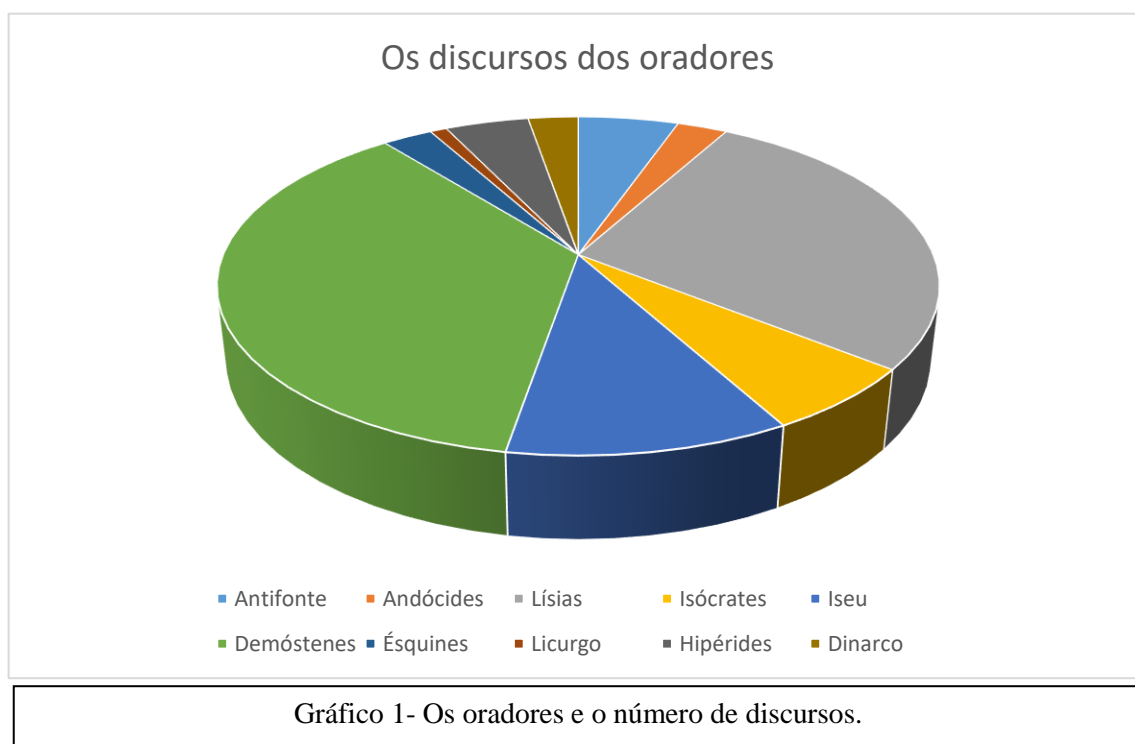
Uma interpretação dos percentis a obter é fundamental para uma elaboração teórica acerca dos comportamentos psicossociais da sociedade em estudo. É também relevante frisar que o sistema político democrático ateniense implicava a participação política do cidadão e a manutenção de deveres e direitos cívicos.

Nas páginas abaixo verificaremos a existência de três assuntos, organizadas da seguinte forma:

1. Em primeiro lugar, procedemos à recolha de dados quantitativos (contagem do número de discursos, bem como do tipo e número de crimes), associados a cada discurso/orador.
2. Em segundo lugar, determinamos os tipos de crimes presentes nos discursos e quais deles são mais frequentes;
3. Em terceiro lugar, verificamos o género a que as vítimas e os suspeitos pertencem, de modo a percebermos a predisposição do sexo masculino e feminino na realização de delitos, a partir das fontes que nos chegaram.

Como é possível verificarmos ao longo da dissertação, a amostra deste estudo é composta pelos 150 discursos que nos chegaram dos oradores sendo que o conjunto dos textos utilizados encontra-se referido no *Anexo 1*.⁴³⁷

⁴³⁷ Apesar de os discursos escritos por estes oradores serem mais, apenas nos chegaram os 150 (com excepção dos fragmentos). Assim, será a esta amostra que nos vamos cingir.



No gráfico 1, podemos observar a distribuição dos discursos pelos oradores. A percentagem mais elevada de textos corresponde a Demóstenes, com 61 discursos e com uma percentagem de 40% de discursos. O orador com contributo menor é Licurgo, com um domínio de 0,66% da amostra referida. Entre estes dois limites, temos Antifonte e Hiperides com 4% cada, Andócides com 2,67%, Lísias com 22,67%, a Isócrates corresponde 14%, a Iseu 8 %, e a Ésquines e Dinarco 2 %, respectivamente.

Em relação à tipificação dos crimes, podemos dividi-los por dois grupos:⁴³⁸

1. o crime contra um indivíduo (crime individual);
2. o crime contra a comunidade (crime colectivo).

Quando nos referimos a crime pessoal, estamos a afirmar que terá ocorrido um delito contra um indivíduo ou um conjunto de indivíduos, relacionados entre si ou não. Enquanto o

⁴³⁸ Há que ter em conta que esta tipificação, agrupamento e elaboração parte da análise quantitativa, em junção com a bibliografia e estudos lidos ao longo da dissertação, que foram referidos anteriormente, o que leva à obtenção de resultados que têm como produto final uma elaboração teórica.

crime contra a comunidade não tem apenas que ver com o número de vítimas, mas também com a tentativa de prejudicar um modelo ideológico, que se encontrava estabelecido nas raízes da formação do povo, como um modelo governativo, o que chamamos de golpe de estado, ou deserção. Um crime individual podia não ter impacto na comunidade, mas um ataque social afectaria de alguma forma o cidadão ateniense.

Deste modo, incluído no primeiro tipo de crime, temos:

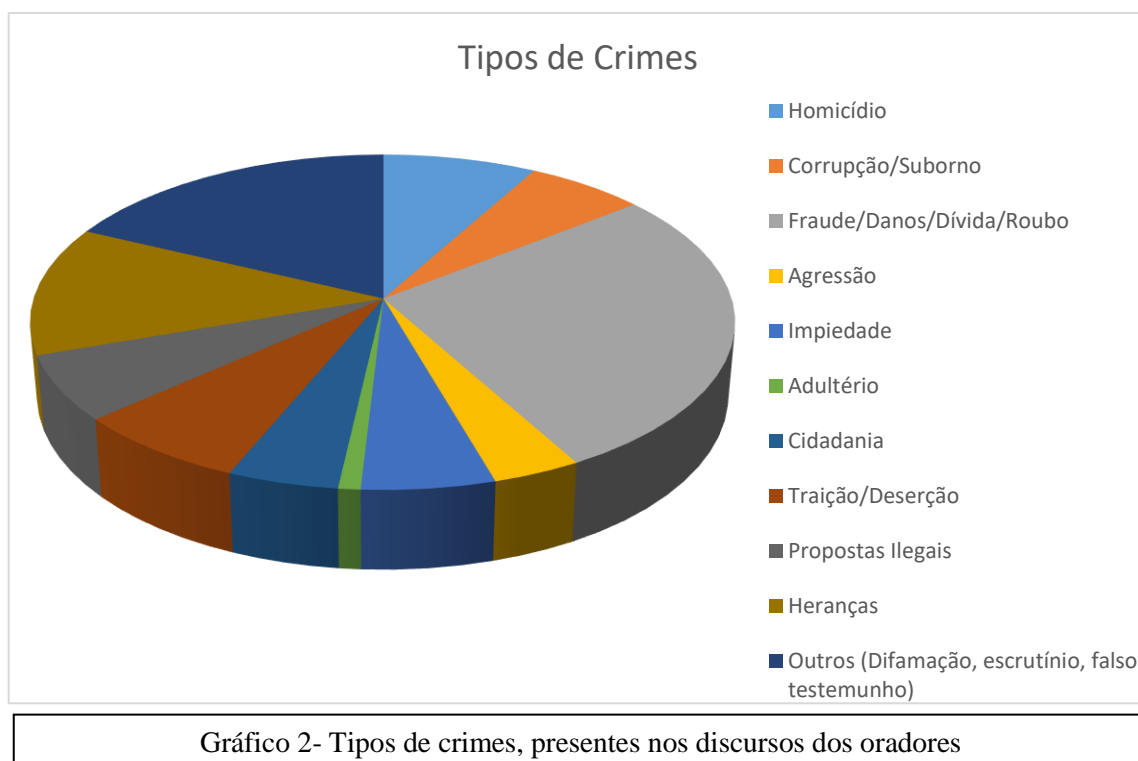
- 1.1 crimes de sangue (homicídio);
- 1.2 agressão;
- 1.3 roubo/fraude e danos/dívidas;
- 1.4 adultério.

1.5 heranças e património (encontra-se na listagem tendo em conta a definição do conceito de crime, como o acto de prejudicar o próximo, algo ilegítimo)

No segundo grupo de crimes, incluem-se:

- 2.1 impiedade;
- 2.2 perjúrio;
- 2.3 corrupção/suborno;
- 2.4 traição/actos contra a democracia/deserção;

2.5 propostas ilegais [(e.g. elementos que não deviam propor na Assembleia e acabavam por o fazer; situações em que aquele que estava a ser proposto para privilégios, não tinha esse direito) Aeschin.3.].



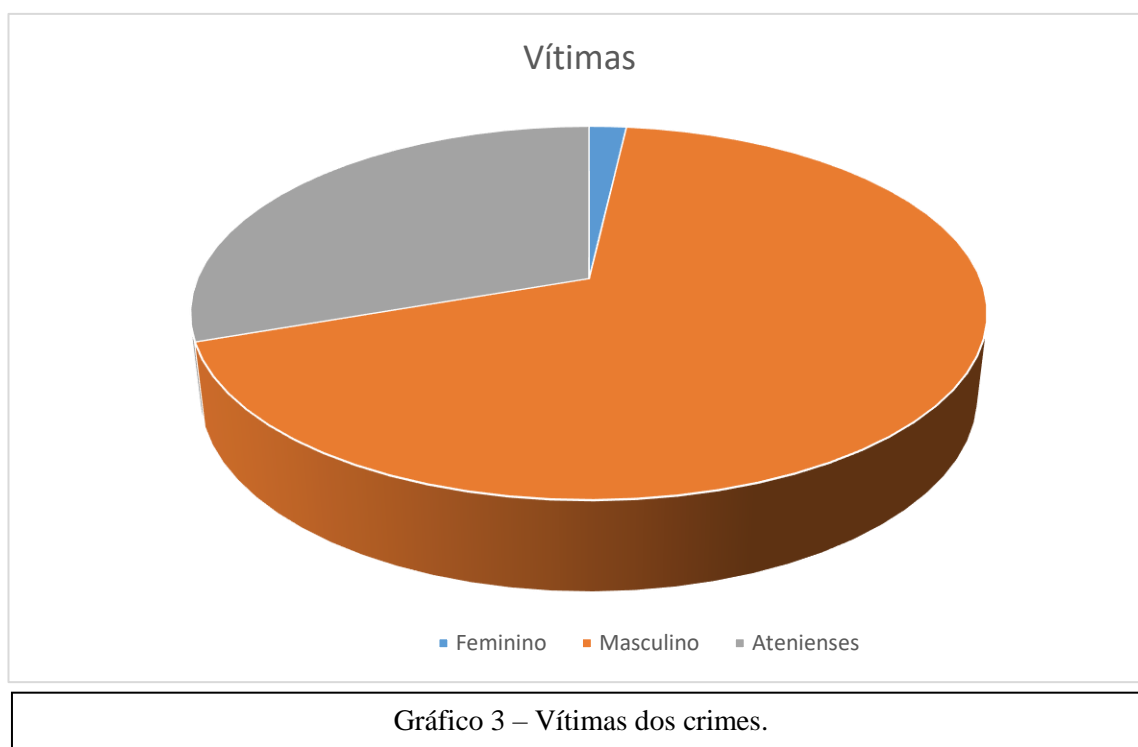
Da amostra total de 150 discursos, apenas 112 correspondem a *logoi* referentes a crimes. A percentagem mais elevada, de 27,67% refere-se a fraude, danos, dívidas e roubos, a crimes económicos, portanto. A percentagem menos elevada, de 0,89%, corresponde ao crime de adultério⁴³⁹. Entre estes dois limites é possível verificar que o homicídio se encontra em quarto lugar, com 8,03% dos casos assinalados⁴⁴⁰. Apesar de no conjunto não parecer um número muito elevado, ao termos em conta que os dois primeiros lugares equivalem a dois grupos, que na sua composição têm múltiplos crimes e não colectivos, 8,03% torna-se uma percentagem considerável.

Deste gráfico é possível fazermos mais duas leituras, a partir dos processos que nos chegaram: em primeiro lugar, o facto de o número de adultérios ser a percentagem mais baixa não significa que os mesmos não ocorressem com frequência, uma vez que podiam não ser denunciados ou levados ao conhecimento público, por uma questão de reputação familiar; em segundo lugar, os crimes de sangue estão apenas em quarto lugar, o que sugere a inexistência

⁴³⁹ Mais uma vez, quando nos referimos ao adultério, estamos perante o crime, na medida em que afecta a descendência ateniense e a sua pureza, o que poderá corromper os sistemas ideológicos defendidos.

⁴⁴⁰ 1º Fraude/Danos/Dívidas e Roubo; 2º Outros (a necessidade da designação de “outros”, resulta da existência de crimes dispersos pelos discursos ou referidos na análise de carácter, como *Contra os Negociantes de Trigo*, *Contra Áfobo* ou *Escrutínio de Evandro* ou *Contra Fílon*); 3º Heranças; 4º Homicídio; 5º Traição/Deserção/Actos contra a Democracia; 6º Corrupção, Suborno/Propostas Ilegais; 7º Impiedade; 8º Cidadania Falsa; 9º Agressão.

de entidades policiais de combate ao crime ou de investigação ou o possível facto de alguns homicídios terem sido ignorados, consoante as posses económicas do arguido/família da vítima.



Dos discursos que nos chegaram e através do estudo percentual das vítimas e dos suspeitos, podemos dividir o gráfico 3 em três categorias: vítimas femininas, vítimas masculinas e as vítimas colectivas, como o conjunto dos Atenienses (já que determinado delito, como impiedade, corrupção ou traição, pode não afectar um único indivíduo, mas sim toda a comunidade). As vítimas femininas correspondem a 1,8% da amostra, encontrando-se, assim, em terceiro lugar. As vítimas masculinas lideram a escala. Em 112 discursos, 76 atingiram o género masculino, perfazendo um total de 67,85%. O grupo restante, o colectivo, apesar de se encontrar em segundo lugar, tem uma percentagem de 30,35%. Uma vez que a amostra é o produto dos documentos que nos chegaram, podemos afirmar que o número de julgamentos em que a vítima era o Estado e a própria sociedade é bastante elevado (30,35%).

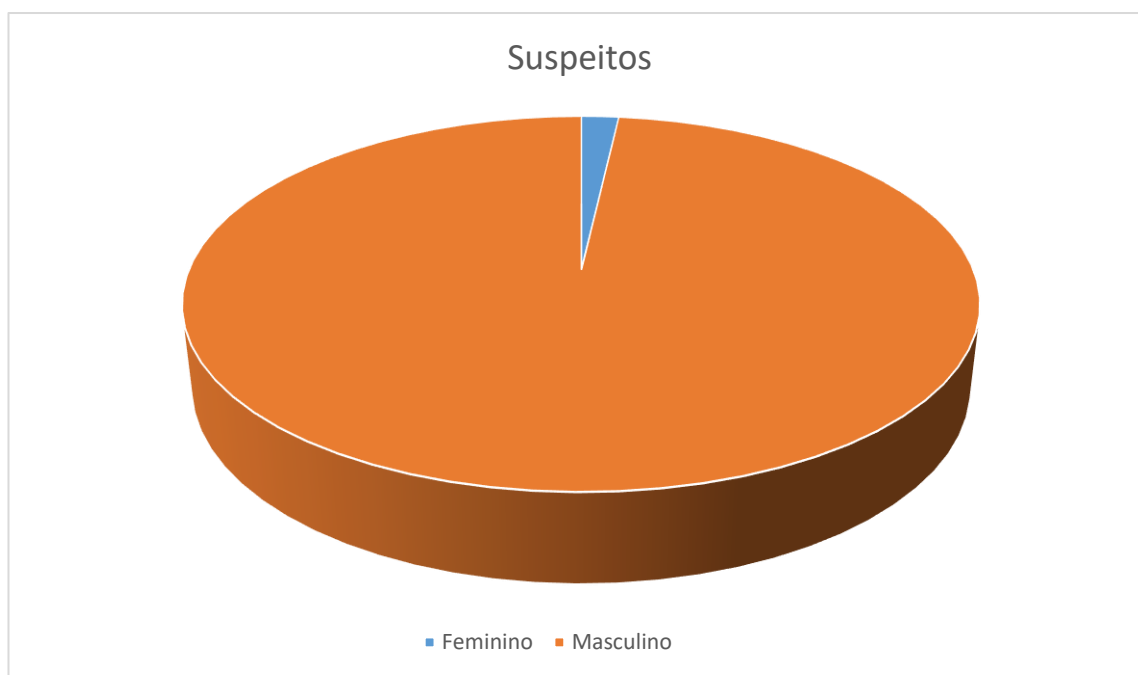


Gráfico 4- Suspeitos/arguidos, consoante o género

Os arguidos dos casos praticamente mantêm a unidade de género, uma vez que apenas 1,8% correspondem ao género feminino. Deste modo, tendo em conta a amostra com as condicionantes já enunciadas, podemos deduzir algumas conclusões:

1º a percentagem de mulheres que cometiam crimes, de forma directa, em Atenas na época em causa seria baixa. Existem três explicações para este facto:

Primeiro, a posição social da mulher era inferior à do homem. Enquanto o género feminino encontrava-se protegido no interior do *oikos*, cuja participação no exterior era bastante escassa, o homem era um elemento integrador da sociedade e da vida pública, com o dever de lutar, competir, manter a própria honra e a da família. O género masculino estava mais propício ao ambiente violento, que por sua vez gera actos criminosos.

Segundo, a questão física. A mulher é mais frágil e dócil, enquanto o homem está mais propenso à força corporal. Isto pode indicar que o método preferencial das mulheres para realizarem crimes de sangue era o veneno. Para além de não ser necessária a utilização da força física, nas questões de envenenamento, este tipo de morte, podia por vezes ser confundido com morte natural (não chamando a atenção para qualquer suspeito).

2º a escassa presença de discursos de defesa de uma mulher (as acusações seriam poucas) revela que as acções femininas podiam ser escondidas pela família. Os seus actos poderiam ser corrigidos ou castigados de forma interna e familiar, o que não permitia o conhecimento dos acontecimentos, a pessoas externas.

3º os processos cujas vítimas eram do género feminino mostram ter uma afluência baixa, o que potencia a formulação de duas explicações: os crimes que ocorriam com essas características não eram participados (quando nos referimos a participados significa que não ocorria uma acusação judicial do delito) ou então fa-se-ia a chamada «justiça popular», pelas mãos dos próprios lesados e seus familiares.

Com estes dados podemos concluir⁴⁴¹ que até o mais escasso comportamento de um individuo (X), por exemplo, em contextos favoráveis pode influenciar um grupo, e este pode ter um papel pioneiro e modificador na sociedade, que por sua vez sofrerá alterações nos vários domínios, da política e da economia às mentalidades.

⁴⁴¹ Mais uma vez, refere-se que as conclusões obtidas são referentes apenas à amostra, portanto dos processos que nos chegaram e que nos possibilitou a esta análise.

Conclusões

Diogo Furtado descreve o crime como o choque, o impacto do indivíduo com a sociedade⁴⁴², que entra em conflito com as normas sociais estabelecidas pela civilização.

O crime, como conceito axiológico⁴⁴³, tem uma característica única em meio ateniense. Apesar de o portfólio ático, o conjunto dos discursos dos oradores, ser constituído por um amplo conjunto de textos, conseguimos tipificar o crime em cinco tipos de delitos. Apesar das diferenças evidentes, existe um ponto convergente, que amplifica a sua importância: o impacto que tem numa sociedade que estima os valores e a tradição ancestral.

Observámos a composição do sistema judiciário e a importância que o areópago detinha, a génese da advocacia na figura do logógrafo, a exclusividade de cada orador ático e como os argumentos utilizados variavam consoante a sua área de especialização. Verificámos que a norma e o desvio faziam e fazem parte da sociedade, que o crime é um desvio, mas que um desvio não é necessariamente um crime.

Parece-nos pertinente a verificação de que a forma como o crime era encarado, pelos autores clássicos contempla aspectos em comum com a actualidade. Cada criminoso é em si um caso específico, que detém um conjunto de características específicas⁴⁴⁴. Cada caso é único. Platão descreveu o crime como uma doença⁴⁴⁵, que em junção com a tríade motivacional dos crimes, i.e. amor, dinheiro ou vingança, apresenta semelhanças com o estudo de Mercier apesar, dos dois mil anos que separam ambos os autores.⁴⁴⁶

“As emoções são as causas que fazem alterar os seres humanos e introduzem mudanças nos seus juízos, na medida em que elas comportam dor e prazer: tais são a ira, a compaixão, o medo e outras semelhantes assim como as suas contrárias”.⁴⁴⁷ A junção destas emoções com a predisposição genética, bem como os valores conduzem às acções criminosas.

Para mais, averiguámos que o sistema judicial ateniense clássico, supostamente rigoroso e justo, tinha as suas lacunas e, dependendo dos arguidos e da importância da família em julgamento na cidade, ocorria a manipulação do sistema através do recurso a feitos dos familiares, importância de conhecidos, mas tudo isso através da argumentação.

⁴⁴² Vide Diogo Furtado, *op. cit.*, p. 197.

⁴⁴³ Vide *idem, ibidem*.

⁴⁴⁴ Vide *idem, ibidem*, p. 199

⁴⁴⁵ Pl. R. 6.491c

⁴⁴⁶ Vide Charles Mercier, *op.cit.*

⁴⁴⁷ Arist. *Rh.* 2. 1.

Os indivíduos autores de delitos foram contra o direito individual e colectivo. Eles podem ser inseridos em quatro categorias: criminosos intencionais, criminosos acidentais, criminosos passionais ou criminosos ideológicos.

Adultério, peculato, homicídio ou impiedade. A variedade de delitos era ampla e o modo de investigação e análise era diferente de crime para crime; porém, todos os delitos atingiam a sociedade, uns de forma colectiva, outros de forma individual.

A legitimidade de um acto criminoso encontra-se ajustada segundo os parâmetros sociais. Um crime de sangue, por exemplo, pode estar previsto na lei de certos Estados e não ser punido. Assim, percebemos que existe um equilíbrio frágil entre certas acções e o religioso. Podemos considerar que o homicídio causa sempre o derramar de sangue e, consecutivamente, desperta a fúria dos deuses, polui a cidade e a expõe ao caos. Ao mesmo tempo, não foram os deuses do Olimpo a escrever a lei de Drácon, as reformas de Sólon ou de Clístenes, apesar da presença religiosa nos discursos dos oradores áticos ser bastante forte. Assim, a lei utilizava algumas bases religiosas para se justificar e impor, aproveitando-se de crenças e receios para manter a ordem, bem como conferir legitimidade à legislação.

Uma sociedade democrática é constituída pelo conjunto dos seus cidadãos, cuja maioria partilha as mesmas ideologias e princípios. O incumprimento das normas conduz à destruturação de todo o sistema. Através dos crimes cometidos, na Atenas do século V e IV a.C., presentes nos discursos áticos vivemos os delitos e verificamos a sua importância consoante o contexto, o arguido e a vítima. A relevância da situação tinha na sua composição a importância das famílias. Actos incorrectos, que por vezes não beneficiavam da imparcialidade por parte dos júris. Uma imparcialidade mascarada por interesses: assim era o crime e o julgamento no mundo ateniense.

É possível declarar que grande parte dos crimes em Atenas não seriam reportados, o que nos indica que os conflitos seriam resolvidos de forma privada. Esta possível resolução tinha como objectivo evitar a vergonha pública, que um acontecimento de calibre desonroso podia gerar, prejudicando a reputação, futuras uniões matrimoniais, negócios e ascensão a cargos políticos. Esta conclusão levanta uma questão importante: até que ponto funcionava a democracia ateniense, uma vez que a igualdade entre os cidadãos não era visível na sua totalidade.

Nos discursos dos oradores, observamos que apenas surgem duas referências a mulheres como arguidas (nos textos de Antífonte 1 e de Demóstenes 59), o que mostra como a

participação feminina em crimes era rara. Essa escassa presença feminina nos discursos pode estar relacionada com a componente física feminina bem como o seu papel a nível social. Torna-se necessário referir que os casos de adultério, da parte da mulher, não deviam ser muitas vezes de conhecimento público. O encobrimento da traição feminina podia ocorrer por vários motivos: fosse por dúvidas de legitimidade da descendência do casal que podia ser colocada em causa; ou heranças e patrimónios; ou pela vergonha a que o marido se encontrava exposto, numa sociedade em que a honra do cidadão era fundamental.

Obviamente, que estas observações são uma pequena fracção das possibilidades de estudo que o mundo grego clássico tem ainda para explorar. Tão-somente tentámos transmitir esse mundo e o modo como era vivenciado, pelas pessoas que o compunham.

Apesar da distância que nos separa do cenário analisado, parece-nos pertinente considerar que o íntimo do ser humano e os motivos propensos à execução do crime mantêm-se. O indivíduo é moldado pela sociedade que o rodeia, pela mentalidade e pelas acções comportamentais a que assiste. No entanto, percebemos que, apesar das alterações significativas ocorridas entre os séculos V e IV a.C. e o século XXI, o crime tornou-se o destino de vários indivíduos.⁴⁴⁸ Este percurso do crime revela que o mundo da antiguidade clássica está presente nos nossos dias e que duas sociedades pertencentes a séculos diferentes podem ter mais em comum do que seria de esperar.

⁴⁴⁸ Vide Diogo Furtado, *op.cit.*, p. 218.

Fontes e Bibliografia

1. Fontes

ANTIFONTE, *Discours, suivis des fragments d'Antiphon le sophiste*, trad. Louis Gernet, Paris, Société d'Éditions Les Belles Lettres, 1954.

IDEM, *Minor Attic Orators*, vol.I, trad. K. J. Maidment, Cambridge, MA, Harvard University Press; London, William Heinemann Ltd. 1968.

ANDÓCIDES, *Minor Attic Orators*, vol. I, trad. K. J. Maidment, Cambridge, MA, Harvard University Press; London, William Heinemann Ltd, 1968.

APOLODORO, *The Library*, Sir James George Frazer, F.B.A., F.R.S., Cambridge, MA, Harvard University Press, London, William Heinemann Ltd. 1921

IDEM, *Contra Neera [Demóstenes] 59*, trad. Glória Onelley, Coimbra, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 2011.

IDEM, *'Against Neaira' [D.59]*, trad. Konstantinos A. Kapparis, Berlin, Walter de Gruyter, 1999.

ARISTÓTELES, *Retórica*, trad. Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto, Abel do Nascimento Pena, Estudos Gerais, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998.

IDEM, *Constituição dos Atenienses*, trad. Delfim Ferreira Leão, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

IDEM, *Aristotle*, Vol. XXI, trad. H. Rackham. Cambridge, MA, Harvard University Press, London, William Heinemann Ltd. 1944.

DEMÓSTENES, *Demosthenes*, Vol. I, trad. J.H. Vince, London, William Heinemann Ltd, 1952.

IDEM, *Demosthenes*, Vol. II, trad. C.A.Vince and J.H. Vince, London, William Heinemann Ltd, 1953.

IDEM, *Demosthenes*, Vol. III, trad. J. H. Vince, London, William Heinemann Ltd, 1954.

IDEM, *Demosthenes*, Vol. IV, trad. A.T. Murray, William Heinemann Ltd, 1958.

DINARCO, *Dinarchus*, Minor Attic Orators, vol. II, trad. J. O. Burt, M.A. Cambridge, Harvard University Press; London, William Heinemann Ltd, 1962.

ÉSQUILO, *Oresteia* (*Agamémnon*, *Coéforas*, *Euménides*), trad. Manuel de Oliveira Pulquério, Lisboa, Edições 70, 1992.

ÉSQUINES, *Aeschines*, trad. Charles Darwin Adams, Ph.D. Cambridge, MA, Harvard University Press; London, William Heinemann Ltd, 1919.

EURÍPIDES, *As Bacantes*, trad. Maria Helena da Rocha Pereira, Lisboa, Edições 70, 1998.

IDEM, *Hipólito*, trad. Frederico Lourenço, Lisboa, Colibri, 1993.

IDEM, *Medeia*, trad. Flávio Ribeiro de Oliveira, São Paulo, Odysseus, 2006.

FERRI, Enrico, *Os Criminosos na Arte e na Literatura*, Lisboa, Livraria Clássica, 1923.

GRASSERIE, Raoul de La , *Des Principes Sociologiques de La criminologie*, Paris, Giard & Brière, 1901.

HESÍODO, *Teogonia*, trad. Ana Elias Pinheiro e de José Ribeiro Ferreira, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 2005.

HIPÉRIDES, *Hyperides*, Minor Attic Orators, vol II, trad. J. O. Burt, M.A. Cambridge, MA, Harvard University Press, London, William Heinemann Ltd. 1962.

HIPÓCRATES, *The Sacred Disease, Hippocrates Collected Works I.*, W. H. S. Jones. Cambridge. Harvard University Press. 1967, pp.139-183.

HOMERO, *Ilíada*, trad. Frederico Lourenço, Lisboa, Cotovia, 2007.

IDEM, *Odisseia*, trad. Frederico Lourenço, Lisboa, Livros Cotovia, 2003.

LYCURGUS, *Minor Attic Orators*, vol II, trad. O. Burt, M.A. Cambridge, MA, Harvard University Press, London, William Heinemann Ltd, 1962.

LYSIAS, trad. W.R.M. Lamb, M.A. Cambridge, MA, Harvard University Press; London, William Heinemann Ltd, 1930.

ISEU, *Isaeus*, trad. Edward Seymour Forster, M.A. Cambridge, MA, Harvard University Press; London, William Heinemann Ltd, 1962.

ISÓCRATES, *Isocrates*, trad George Norlin, Ph.D., LL.D. Cambridge, MA, Harvard University Press; London, William Heinemann Ltd, 1980.

PAUSÂNIAS, *Description of Greece*, trad. W. H. S. Jones, Vol. III, Cambridge, Harvard University Press, 1960.

PLATÃO, *Fedro*, trad. José Ribeiro Ferreira, Lisboa, Edições 70, 1997.

IDEM, *Górgias*, trad. Manuel de Oliveira Pulquério, Lisboa, Edições 70, 1992.

IDEM, *Las Leyes*, trad. José Manuel Pabón y Manuel Fernandez –Galiano, Madrid, Centro de Estudios Políticos e Consitucionales, 1999.

IDEM, *Laws*, vol. XI, trad. by R.G.Bury, Cambridge, Harvard University Press, 1968.

IDEM, *A República*, trad. Maria Helena da Rocha Pereira, 9ª ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

IDEM, *Timeu-Crítias*, trad. Rodolfo Lopes, Coimbra, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 2011.

IDEM, *Êutifron*, trad. de M. Oliveira Pulquério, Lisboa, Imprensa Casa da Moeda, 1985.

IDEM, *Statesman*, Vol. 12 trad. Harold N. Fowler. Cambridge, MA, Harvard University Press, London, William Heinemann Ltd. 1921.

PLUTARCO, *Vidas Paralelas, Sólon e Públicola*, trad. Delfim Leão e José Luís Brandão, Coimbra, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 2012.

SÓFOCLES, *Rei Édipo*, trad. Maria do Céu Fialho, Lisboa, Edições 70, 2006.

TUCÍDIDES, *A História da Guerra do Peloponeso*, trad. Raul M. Rosado Fernandes e M. Gabriela P. Granwehr, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.

IDEM, *Historia de la Guerra del Peloponeso*, trad. Francisco Rodríguez Adrados, Madrid, Centro de Estudios Políticos y Consitucionales, 2002.

XENOFONTE, *Banquete*, trad. Ana Elias Pinheiro, São Paulo, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos-Annablume Clássica, 2001.

IDEM, *Oeconomicus*, trad. E.C. Marchant, vol. IV, Cambridge, Harvard University Press, 1968.

2. Bibliografia

2.1. Bibliografia Geral

2.1.1. Obras de Referência

COHEN, David; GAGARIN, Michael, “Crime, Punishment, and the Rule of Law in Classical Athens.” *The Cambridge Companion to Ancient Greek Law*, Cambridge, Cambridge University Press, 2005.

GRIMAL, Pierre, *Dicionário de Mitologia Grega e Romana*, Tradução de Vítor Jabouille, 4ªed, Lisboa, Difel, 2004.

LEVICK, Barbara, “Women and Law”, *A Companion to women in the ancient world*, edited by Sharon L. James and Sheila Dillon, Oxford, Wiley-Blackwell, 2012.

MARTIN, Elizabeth A., *Dictionary of Law*, New York, Oxford University Press, 1997.

MELLO, Maria Chaves de, *Dicionário Jurídico – Law Dictionary, Português-Inglês, Inglês – Português*, Lisboa, Dinalivro, 2008.

PRIETO, Maria Helena de Teves Costa Ureña, PRIETO, João Maria de Teves Costa Ureña, PENA, Abel do Nascimento, *Índices de Nomes Próprios Gregos e Latinos*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, [s.d.].

ROBERTS, John, *The Oxford Classical Dictionary of the Classical World*, Oxford, Oxford University Press, 2005.

DORON, Roland; PAROT, Françoise, *Dicionário de Psicologia*, Lisboa, Climepsi, 2001.

2.1.2. Obras Gerais

ALBUQUERQUE, Pinto de; *Comentário do Código de Processo Penal*, Universidade Católica Editora, 2007.

ALLAN, William, "Divine Justice and Cosmic Order in Early Greek Epic", *The Journal of Hellenistic Studies*, Vol. 126, Council of The Society For the Promotion of Hellenistic Studies, 2006, pp. 1-35.

ALLEN, Danielle, "Imprisonment in Classical Athens." *Classical Quarterly* 47, 1997, pp. 121-135.

ALMEIDA, João Ferreira de; MACHADO, Fernando Luís; CAPUCHA, Luís; TORRES, Anália Cardoso, *Introdução à Sociologia*, Lisboa, Universidade Aberta, 2004.

ALMEIDA, Rosemary de Oliveira, *Mulheres que matam- Universo Imaginário do Crime no Feminino*, Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2001.

BAUMAN, RICHARD A., *Crime and Punishment in Ancient Rome*, New York, Routledge, 1996.

BALOT, R.K., *Greed and Injustice in Classical Athens*, Princeton, 2001.

BILHIM, João Abreu de Faria, *Teoria Organizacional. Estrutura e Pessoas*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2006.

BATES, Daniel G.; PLOG, Fred, *Cultural Anthropology*, New York, Alfred A. Knopf, 1976.

BONNER, R., *The Administration of Justice from Homer to Aristotle*, New York, 1968.

BOWLBY, Rachel, *Freudian Mythologies, Greek Tragedy and Modern Identities*, Oxford, Oxford University Press, 2009.

BURGESS, SANDRA J., "The Athenian Eleven: Why Eleven?" *Hermes*, Vol.133, nº3, Stuttgart, 2005, pp.328-336.

BURKERT, Walter, *Greek Religion, Archaic and Classical*, Oxford, Basil Blackwell, 1985.

CALHOUN, G.M., *The Growth of Criminal Law in Ancient Greece*, Berkely, 1927.

IDEM, *Introduction to Greek Legal Science*, Oxford, 1977.

CANTARELLA, E., *Studi sull'omicidio in diritto Greco e Romano*, Milan, 1976.

CARAWAN, EDWIN, Oxford Readings in Classical Studies, *The Attic Orators*, New York, Oxford University Press, 2007

IDEM, "The Tetralogies and Athenian Homicide Trials" *American Journal of Philology*, N°114, 1993, pp. 235-270.

IDEM, *Rhetoric and The Law of Draco*, Oxford, Oxford University Press, 1998.

CARTLEDGE, Paul; MILLETTT, Paul; TODD, Stephen, *Nomos. Essays in Athenian Law, Politics and Society*, Cambridge, Cambridge University Press. 1990.

CHAMOUX, François, *La Civilisation Grecque. A L'époque Archaïque et Classique*, Paris, Arthaud, 1963.

COHEN, DAVID, *Law, Violence, and Community in Classical Athens*. Cambridge, Cambridge University Press, 1995.

CURADO, ANA LÚCIA, *As Mulheres em Atenas: as mulheres legítimas e as outras*, Lisboa, Sá da Costa Editora, 2008.

DELDIME, R; VERMEULEN, S., *O Desenvolvimento Psicológico da Criança*. Lisboa, Asa Editores, 2001.

DOCKER, John, *The Origins of Violence - Religion, History and Violence*, London, Pluto Press, 2008.

DONALD, Merlin, *Origens do Pensamento Moderno*, prefácio de Daniel Serrão, tradução de Carlos de Jesus, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1999.

DOVER, K.J., *Greek Popular Morality, In the Time of Plato and Aristotle*, Oxford, Basil Blackwell, 1974.

DRETSKE, Fred, *Explaining Behavior, Reasons in a World of Causes*, London, The MIT Press, 1988.

EDWARDS, Michael, *The Attic Orators*, Classical World Series, London, Bristol Classical Press, 1994.

ERIKSON, Erik H., *Infância e Sociedade*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1971.

FERREIRA, Manuel Cavaleiro, *Lições de Direito Penal*, Lisboa, Verbo, 1985.

FERREIRA, José Ribeiro, *A Grécia Antiga. Sociedade e Política*, Lisboa, Edições 70, 2004.

FIALHO, Maria do Céu, “O Motivo da Philia na Medeia de Eurípides”, *A Antiguidade Clássica e Nós- Herança e identidade Cultural*, Actas, Braga, Universidade do Minho- Centro de Estudos Humanísticos, 2006, pp.53-64.

FOUCAULT, Michel, *Madness and Civilization: a history of insanity in the age of reason*, London, Routledge, 1987.

IDEM, *Doença Mental e Psicologia*, Rio de Janeiro, tempo brasileiro, 1968.

IDEM, *História da Sexualidade, A vontade de Saber*, Vol.1, Tradução de Manuel Alberto, Lisboa, Relógio d'Água, 1994.

IDEM, *História da Sexualidade, O Uso dos Prazeres*, Vol.2, tradução de Manuel Alberto, Lisboa, Relógio d'Água, 1994.

IDEM, *História da Sexualidade, O Uso de Si*, tradução de Manuel Alberto, Vol.3, Lisboa. Relógio D'Água, 1994.

FREEMAN, Kathleen, *The Murder of Herodes and other trials From the Athenian Law Courts*, New York, The Norton Library, 1963.

FURTADO, Diogo, “O Crime como Destino”, *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, Vol. 14, 1960, pp.193-218.

GAGARIN, Michael, *Writing Greek Law*, Cambridge, Cambridge University Press, 2008.

IDEM, “The truth of Antiphon’s truth”, *Before Plato, Essays in Ancient Philosophy VI*, Edited by Anthony Preus, Albany, State University of New York Press, 2001, pp.171-186.

IDEM, *Ancient Greek Law*, New York, Cambridge University Press, 2005.

IDEM, “The Nature of Proofs in Antiphon”, *Oxford Readings in The Attic Orators*, edited by Edwin Carawan, Oxford, Oxford University Press, 2007, pp.214-228.

GARNER, R., *Law and Society in Classical Athens*, Croom Helm, London, 1987.

GAUGHN, JUDY, *Murder Was Not A Crime: Homicide and Power in the Roman Republic*, Austin, University of Texas Press, 2010.

GERNET, L., “Capital Punishment”, *The Anthropology of Ancient Greece*, Baltimore, 1981, pp.252-276.

GIDDENS, Anthony, *Sociologia*, Tradução de Alexandra Figueiredo, coordenação e revisão científica de José Manuel Sobral, 8ª ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.

GREEN, W. M., “An Ancient Debate on Capital Punishment.” *Classical Journal* 24, 1929, pp. 267-275.

GREENBERG, David F., “Age, Crime and Social Explanation”, *American Journal of Sociology*, Vol. 91, nº 1, 1985, pp.1-21.

HANSEN, M. H., *The Athenian Democracy in the Age of Demosthenes*, Oxford, 1991.

HARRIES, JILL, *Law and Crime in the Roman World*. Cambridge, Cambridge University Press, 2007.

HATZFELD, Jean, *História da Grécia Antiga*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1977.

HAVELOCK, Eric A., *The Greek Concept of Justice, From Its Shadow in Homer to Its Substance in Plato*, Massachusetts, Harvard University Press, 1978.

HERMAN, G., “Honour, Revenge and the State in Fourth-Century Athens”, *Eder*, 1995, pp.43-60.

HILLMAN, James, *The Myth of Analysis, Three Essays in Archetypal Psychology*, New York, Harper & Row, 1978.

HUMPHREYS, S.C., “Social Relations on Stage: Witnesses in Classical Athens” *History and Anthropology* 1, 1985, pp.199-252.

HUNTER, Virginia, *Policing Athens: Social Control in the Attic Lawsuits: 420-320 BC*, Princeton, Princeton University Press, 1994.

JUST, Roger, *Women in Athenian Law and Life*, Routledge, London, 1989.

LANNI, Adriaan, *Law and Justice in the Courts of Classical Athens*, Cambridge, Cambridge University Press, 2006.

LEAL, José Manuel Pires, *Crime no Feminino. Trajetórias delinquentiais de Mulheres*, Coimbra, Almedina, 2007.

LEÃO, Delfim, *A Globalização no Mundo Antigo: do “polites” ao “kosmopolites”*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.

IDEM, *Sólon: Ética e Política*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

LEÃO, Delfim F.; FIALHO, Maria do Céu G.Z., *Nomos. Direito e Sociedade na Antiguidade Clássica*, Madrid, Ediciones Clásicas, S.A., 2004.

LEIGHTON, Stephen, “Passions and Persuasion”, *A companion to Aristotle*, edited by Georgios Anagnostopoulos, Chichester, Wiley-Blackwell, 2009, pp. 597-611.

LORAUX, Nicole, *Maneiras Trágicas de matar uma mulher-Imaginário da Grécia Antiga*, traduzido por Mário da Gama Kury, Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1988.

LUDIN, R.W., *Personalidade. Uma análise do Comportamento*, São Paulo, Editora Pedagógica e Universitária, 1974.

MACDOWELL, Douglas M., *The Law in Classical Athens*, Ithaca, New York, 1978.

IDEM, *Athenian Homicide Law in The Age of the Orators*, Manchester, Manchester University Press, 1963.

MARQUES-TEIXEIRA, João, *Comportamento Criminal – Perspectiva Bio-psicológica*, Linda-a-Velha, Vale e Vale Editores, 2000.

MERCIER, CHARLES, *Crime and Insanity*, London, Williams and Norgate, 1913.

MONTEIRO, Cristina Líbano; *In Dubio Pro Reo*, Coimbra, 1997.

MORLEY, Neville, *Antiquity and Modernity*, Oxford, Wiley-Blackwell, 2009.

MORRISON, J.S., “Antiphon”, *The Older Sophists*, edited by Rosamond Kent Sprague, Columbia, University of South Carolina Press, 1972, pp.106-240.

MULLAHY, Patrick, *Oedipus: Myth and Complex. A review of Psychoanalytic Theory*, New York, Grove Press, 1948.

OSBORNE, R., “Law in Action in Classical Athens”, *Journal of Hellenic Studies*, Vol. 105, 1985, pp. 40-58.

PENDRICK, Gerard J., *Antiphon, The Sophist*, Cambridge, Cambridge University Press, 2002.

PEREIRA, Maria Helena da Rocha, *Estudos de História da Cultura Clássica, I volume- Cultura Grega*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2012.

PHILLIPS, David, *Athenian Political Oratory, 16 Key Speeches*, New York, Routledge, 2004.

PORTER, John R., “Adultery by the Book: Lysias 1 (On the Murder of Eratosthenes) and Comic Diegesis”, *Oxford Readings in The Attic Orators*, edited by Edwin Carawan, Oxford, Oxford University Press, 2007, pp.60-88.

RÓHEIM, Géza, *Psychanalyse et Antthropologie*, New York, Gallimard, 1950.

RODRIGUES, Nuno Simões, “História, Filologia e Problemáticas da Antiguidade Clássica”, *Rumos e Escrita da História, Estudos em Homenagem A.A.Marques de Almeida*, Lisboa, Edições Colibri, 2006, pp.643-659.

IDEM, “Problemática da prostituição masculina na Atenas clássica”, *Idades e Género na Literatura e na Arte da Grécia Antiga*, coordenado por Ana Iriarte e Luísa Nazaré Ferreira Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015, pp.129-166.

SCHAMP, Jacques, *Les Vies des Dix Orateurs Attiques*, Suisse, Editions Universitaires Fribourg Suisse, 2000.

SEALEY, Raphael, *The Justice of The Greeks*, Ann Arbor, University of Michigan Press, 1994.

SILVA, Vítor, *Antropologia*, [s.l.], Edição do Autor, 2005.

SIMÕES, Dora; MOTA, Paulo Gama; LOUREIRO, Eugénia, “Cinderela: do conto de fadas à realidade. Perspectiva sobre os maus-tratos infantis”, *Antropologia Portuguesa*, vol.22/23, Coimbra, 2005, pp. 119-132.

SOARES, Carmen, “Transgressões gastronómicas: sobre o *consumo de Carne* em Plutarco”, *Norma e Transgressão II*, Carmen Soares, Maria do Céu Fialho, Maria Consuelo Alvarez Morán, Rosa Maria Iglesias Montiel (coord.), Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2011, pp. 99-109.

SPERBER, Dan, *Le Symbolisme en Général*, Paris, Hermann, 1974.

THUR, Gerhard; “Atimia”, *Brill’s New Pauly*, edited by Hubert Cancik and Helmuth Schneider, vol.2, Leiden, Brill, 2003, p. 292.

TITIEV, Mischa, *Introdução à Antropologia Cultural*, tradução de João Pereira Neto, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

VALA, JORGE; MONTEIRO, Maria Benedicta, *Psicologia Social*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

VERSTEEG, RUSS, *The Essentials of Greek and Roman Law*. Durham, N.C, Carolina Academic Press, 2010.

WALCOT, Peter, *Envy and The Greeks. A study of human behavior*, Warminster, Aris & Phillip, 1978.

WILHELM, Karl; “Proxenia”, *Brill’s New Pauly*, edited by Hubert Cancik and Helmuth Schneider, vol.12, Leiden, Brill, 2008, pp.87-88.

WOOD, Ellen Meiksins; WOOD, Neal, *Class Ideology & Ancient Political Theory, Socrates, Plato and Aristotle in Social Context*, Oxford, Basil Blackwell, 1978.

2.2.Bibliografia Específica

CURADO, Ana Lúcia, “História de um Crime Feminino (Antipho 1)”, *Vt par delicto sit poena-crime e justiça na antiguidade, Ágora*, suplemento 4, Coimbra, Universidade de Aveiro, 2005, pp.109-125.

GAGARIN, Michael, *Drakon and Early Athenian Homicide Law*, New Haven, Yale University Press, 1981.

IDEM, “Self-defense in Athenian Homicide Law”, *Greek, Roman and Byzantine Studies*, Vol. 19, 1978, pp.11-120.

IDEM, “The Prohibition of Just and Unjust Homicide in Antiphon’s Tetralogies”, *Greek, Roman and Byzantine Studies*, Vol. 19, 1978, pp.291-306.

IDEM, *The Murder of Herodes: A Study of Antiphon 5*, New York, 1989.

IDEM, “The Prosecution of Homicide in Athens”, *Greek, Roman and Byzantine Studies*, Vol. 20, 1979, pp.301-323.

IDEM, *Law and Society in Classical Athens*, London, 1987.

LEÃO, Delfim F., “O Horizonte Legal da Oresteia”, *Humanitas*, 57, Coimbra, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, 2005, pp.3-38.

IDEM, “Sólon e a Legislação em matéria de direito familiar”, *Dike*, 8, 2006, pp.5-31.

LOOMIS, W.T., “The Nature of Premeditation in Athenian Homicide Law”, *Journal of Hellenic Studies*, Vol. 92, 1972, pp. 86-95.

MACDOWELL, Douglas M., *Athenian Homicide Law in the Age of the Orators*, Manchester, Manchester University Press, 1999.

MORA, Carlos de Miguel, “Considerações sobre a Justiça Criminal no Mundo Greco-Romano”, *Vt par delicto sit poena-crime e justiça na antiguidade*, *Ágora*, suplemento 4, Coimbra, Universidade de Aveiro, 2005, pp.7-21.

PHILLIPS, David, *Avengers of Blood, Homicide in Athenian Law and Custom from Draco to Demosthenes*, Stuttgart, Franz Steiner Verlag, 2008.

Anexos

Anexo 1: Discursos do Cânone dos Dez

1. ANTIFONTE (480-411 a.C.)

1. *Acusação de envenenamento contra a madrasta;*
2. *Primeira tetralogia;*
3. *Segunda tetralogia;*
4. *Terceira tetralogia;*
5. *O homicídio de Herodes;*
6. *O coreuta.*

2. ANDÓCIDES (440-390 a.C.)

1. *Os Mistérios;*
2. *Sobre o regresso;*
3. *Sobre a paz com Esparta;*
4. *Contra Alcibíades.*

3. LÍSIAS (445-380 a.C.)

1. *O Assassínio de Eratóstenes;*
2. *Oração fúnebre;*
3. *Contra Simão;*
4. *Sobre um ataque premeditado;*
5. *Em defesa de Cálias;*
6. *Contra Andócides: Impiedade;*
7. *Defesa da oliveira sagrada;*
8. *Acusação de calúnia;*
9. *Defesa do soldado;*
10. *Contra Teomnesto I;*

11. *Contra Teomnesto II;*
12. *Contra Eratóstenes;*
13. *Contra Agorato;*
14. *Contra Alcibíades I;*
15. *Contra Alcibíades II;*
16. *Defesa de Mantíteo;*
17. *Sobre a propriedade de Ératon*
18. *Sobre a propriedade do irmão de Nícias;*
19. *Defesa dos bens de Aristófanes;*
20. *Em defesa de Polístrato;*
21. *Defesa contra a acusação de aceitação de subornos;*
22. *Contra os negociantes de trigo;*
23. *Contra Pâncleon;*
24. *Recusa da pensão de um inválido;*
25. *Defesa contra a acusação de subverter a Democracia;*
26. *Escrutínio de Evandro;*
27. *Contra Epícrates;*
28. *Contra Érgocles;*
29. *Contra Filócrates;*
30. *Contra Nicómaco;*
31. *Contra Fílon;*
32. *Contra Diogíton;*
33. *Discurso olímpico;*
34. *Contra a subversão da antiga constituição.*

4. ISÓCRATES (436-338 a.C.)

1. *Para Demónico;*
2. *Para Nícocles;*

3. *Nícocles ou os Cipriotas;*
4. *Panegírico;*
5. *Para Filipe;*
6. *Arquidamo;*
7. *Areopagítico;*
8. *Sobre a Paz;*
9. *Evágoras;*
10. *Elogio de Helena;*
11. *Busíris;*
12. *Panatenaico;*
13. *Contra os Sofistas;*
14. *Plataico;*
15. *Em troca;*
16. *Sobre a troca de fortunas;*
17. *Sobre a equipa de cavalos;*
18. *Contra Calímaco;*
19. *Eginético;*
20. *Contra Letes;*
21. *Contra Eutino.*

5. ISEU (415-340 a.C.)

1. *Herança de Cleónimo;*
2. *Herança de Ménecles;*
3. *Herança de Pirro;*
4. *Herança de Nicóstrato;*
5. *Herança de Diógenes;*
6. *Herança de Filoctémon;*
7. *Herança de Apolodoro;*

8. *Herança de Quíron;*
9. *Herança de Astífilo;*
10. *Herança de Aristarco;*
11. *Herança de Hágnias;*
12. *Em defesa de Eufileto.*

6. DEMÓSTENES (384-322 a.C)

1. *Primeira olíntica;*
2. *Segunda olíntica;*
3. *Terceira olíntica;*
4. *Primeira filípica;*
5. *Sobre a paz;*
6. *Segunda filípica;*
7. *Haloneso;*
8. *Quersoneso;*
9. *Terceira filípica;*
10. *Quarta filípica;*
11. *Resposta à carta de Filipe;*
12. *Carta de Filipe;*
13. *Sobre a organização;*
14. *Sobre os quadros de marinha;*
15. *Pela liberdade de Rodes;*
16. *Pelo povo de Megalópolis;*
17. *Sobre o tratado com Alexandre;*
18. *Oração da coroa;*
19. *Sobre a embaixada;*
20. *Contra Léptines;*
21. *Contra Mídias;*

22. *Contra Andrócion;*
23. *Contra Aristócrates;*
24. *Contra Timócrates;*
25. *Contra Artistogíton 1;*
26. *Contra Aristogíton 2;*
27. *Contra Áfobo 1;*
28. *Contra Áfobo 2;*
29. *Contra Áfobo 3;*
30. *Contra Onetor 1;*
31. *Contra Onetor 2;*
32. *Contra Zenótemis;*
33. *Contra Apatúrio;*
34. *Contra Fórmio;*
35. *Contra Lácrito;*
36. *Por Fórmio;*
37. *Contra Panténeto;*
38. *Contra Nausímaco;*
39. *Contra Beoto 1;*
40. *Contra Beoto 2;*
41. *Contra Espúdias;*
42. *Contra Fenipo;*
43. *Contra Macártato;*
44. *Contra Leócares;*
45. *Contra Estéfano 1;*
46. *Contra Estéfano 2⁴⁴⁹;*
47. *Contra Evergo;*
48. *Contra Olimpiodoro;*

⁴⁴⁹ Discurso pertencente a Pseudo– Demóstenes, mas que foi atribuído a Demóstenes.

49. *Contra Timóteo*⁴⁵⁰;
50. *Contra Pólicles*⁴⁵¹;
51. *Sobre a coroa trierárquica*;
52. *Contra Calipo*⁴⁵²;
53. *Contra Nicóstrato*⁴⁵³;
54. *Contra Cónon*;
55. *Contra Cálicles*;
56. *Contra Dionisodoro*;
57. *Contra Eubúlides*;
58. *Contra Teócrines*;
59. *Contra Neera*⁴⁵⁴;
60. *Oração fúnebre*;
61. *Sobre o amor*.

7. ÉSQUINES (395-322 a.C.)

1. *Contra Timarco*;
2. *Sobre a embaixada fraudulenta*;
3. *Contra Ctesifonte*.

8. LICURGO (390-329 a.C.)

1. *Contra Leócrates*.

9. HIPERIDES (390-322 a.C.)

1. *Defesa de Lícofron*;

⁴⁵⁰ Vide idem, *ibidem*.

⁴⁵¹ Vide idem, *ibidem*.

⁴⁵² Vide idem, *ibidem*.

⁴⁵³ Vide idem, *ibidem*.

⁴⁵⁴ Discurso atribuído a Apolodoro, mas que integra os textos de Demóstenes. Vide nota de rodapé 191.

2. *Contra Filípides;*
3. *Contra Atenógenes;*
4. *Em defesa de Euxenipo;*
5. *Contra Demóstenes;*
6. *Oração fúnebre.*

10. DINARCO (360-290 a.C.)

1. *Contra Demóstenes;*
2. *Contra Aristogíton;*
3. *Contra Fílocles.*